

**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL**

JOELMA BUSATO

**A CONCEPÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA UNIVERSIDADE
TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ CÂMPUS PATO BRANCO**

DISSERTAÇÃO

PATO BRANCO

2012

JOELMA BUSATO

**A CONCEPÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA UNIVERSIDADE
TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ CÂMPUS PATO BRANCO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Tecnológica Federal do Paraná Câmpus Pato Branco como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento Regional - Área de concentração: Desenvolvimento Regional Sustentável.

Orientadora: Profa. Dra. Maria de Lourdes Bernartt

Coorientador: Prof. Msc. Glademir Alves Trindade

PATO BRANCO

2012

Catálogo na Fonte por Elda Lopes Lira CRB9/1295

B976c Busato, Joelma

A Concepção de desenvolvimento da Universidade Tecnológica Federal do Paraná Câmpus Pato Branco / Joelma Busato – 2012.
164 f. : il.; 30 cm.

Orientador: Maria de Lourdes Bernartt

Coorientador: Glademir Alves Trindade

Dissertação (Mestrado) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. Pato Branco / PR, 2012.

Bibliografia: f. 154 - 161

1.Desenvolvimento. 2.Sudoeste do Paraná. 3.Universidade Tecnológica Federal do Paraná Câmpus Pato Branco. 4.Grupo gestor do Território Sudoeste do Paraná. I.Bernartt, Maria de Lourdes, orient. II.Trindade, Glademir Alves, coorient. III.Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. V.Título.

CDD(22. ed.) 330



TERMO DE APROVAÇÃO Nº 11

Título da Dissertação

A concepção de desenvolvimento da UTFPR Câmpus Pato Branco

Autora

Joelma Busato

Esta dissertação foi apresentada às 14 horas do dia 28 de março de 2012, como requisito parcial para a obtenção do título de MESTRE EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL – Linha de Pesquisa Regionalidade e Desenvolvimento – no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. A autora foi arguida pela Banca Examinadora abaixo assinada, a qual, após deliberação, considerou o trabalho aprovado.

Prof.ª Dra. Maria de Lourdes Bernartt – UTFPR
Orientadora

Prof. Dr. Edival Sebastião Teixeira – UTFPR
Examinador

Prof. Dr. Domingos Leite Lima Filho – UTFPR
Examinador

Prof. Dr. José Luiz Zanella – UNIOESTE
Examinador

Visto da Coordenação

Prof. Dr. Edival Sebastião Teixeira
Coordenador do PPGDR

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço Àquele que me fortalece, me guia, me ilumina e me mantém em pé.

Agradeço aos meus pais, José e Marta Alice, pela forma simples com que me ensinaram grandes lições e pela compreensão em relação às minhas ausências.

Aos meus irmãos, sobrinhos, cunhados, tios, primos, sogra e vovó Santinha pelo carinho e paciência em tantos momentos de ausência.

Aos amigos, tanto do Espírito Santo quanto do Paraná, pela amizade maravilhosa mesmo com meu comportamento antissocial dos últimos tempos.

Aos dirigentes da UTFPR Câmpus Pato Branco pela prestatividade e colaboração na realização desta pesquisa.

Aos colegas de trabalho pelo apoio recebido, em especial, às Anas (Maria e Paula), com quem pude contar em todos os momentos.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, em especial, aos que tive a oportunidade de ser aluna: professores Edival Sebastião Teixeira, Hieda Maria Pagliosa Corona, Miguel Ângelo Perondi, Nilvânia Aparecida de Mello, Maria de Lourdes Bernartt, Marcos Aurélio Saquet e Roseli Alves dos Santos, pelo exemplo de empenho, dedicação, profissionalismo, amizade e sensibilidade.

Ao meu coorientador, professor Glademir Alves Trindade pelo carinho, atenção, incentivo e colaboração.

Aos colegas da primeira turma do PPGDR, com quem dividi tantas alegrias, incertezas, dúvidas e com quem pude também aprender tantas coisas: Ana Paula Debastiani Vasco, Andréia Mesacasa, Arlete Venturin, Arminda Almeida da Rosa, César Augusto Martini, Clariana Maria Werkauser Bressiani, Graziela Scopel Borges, Helder Jaime Kus, Jaiarys Capa Bataglin, Lucilene Sander, Luiz Pasquali, Marco Aurélio Steffani, Pedro Paulo Pereira, Roberto Shigueyasu Yamada, Rogério Rech e Rosane Dalpiva Bragatto.

À professora Thelma Belmonte pela paciência e dedicação em suas aulas de inglês.

Aos professores Domingos Leite Lima Filho e Nilson Marcos Dias Garcia pela oportunidade de cursar uma disciplina no Programa de Pós-Graduação em Tecnologia da UTFPR Câmpus Curitiba.

Ao professor José Luiz Zanella pela oportunidade de cursar uma disciplina no Programa de Pós-graduação em Geografia da UNIOESTE Câmpus Francisco Beltrão.

Aos professores Domingos Leite Lima Filho e Vânia Lionço pelas contribuições no Exame de Qualificação.

Aos coordenadores do Grupo Gestor do Território Sudoeste do Paraná e aos representantes do Câmpus Pato Branco neste Grupo pela fundamental colaboração nesta pesquisa.

À Dona Líbera e à Edimara, pelo apoio operacional em assuntos domésticos.

Ao Marrão e à Brankinha, por tornarem meus dias mais alegres.

Àqueles que foram imprescindíveis para a realização deste trabalho:

Meu amado marido Everaldo, companheiro de todas as horas, meu porto seguro nas turbulências, pelo amor, compreensão, carinho e encorajamento. Sua presença na minha vida tem tornado meus dias mais coloridos.

E minha querida orientadora, professora Maria de Lourdes Bernartt, muito mais que orientadora, uma mãe, amiga e companheira. Agradeço profundamente pela confiança depositada em mim, pelo encorajamento e apoio nos momentos difíceis, pelo exemplo de dedicação, sensibilidade, amor ao próximo, coragem, garra, enfim, por ser uma mulher que aprendi a amar e a admirar cada dia mais.

É muito bom ter tantas pessoas a quem agradecer, porém, há sempre o risco de se deixar passar em branco algum nome. Assim, quero agradecer profundamente a todos que, de uma maneira ou de outra, contribuíram para que esse trabalho fosse realizado, independente de terem seus nomes aqui citados.

O desvendamento do real nas suas múltiplas determinações não se dá por “verdades” prontas, mas pela produção da verdade do real cada vez mais global, abrangente, ainda que sempre passível de ampliação e superação.

(FRIGOTTO, Gaudêncio, 1993)

RESUMO

BUSATO, Joelma. A concepção de desenvolvimento da UTFPR Câmpus Pato Branco. 2012. 164 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Pato Branco, 2012.

Esta pesquisa teve por objetivo identificar a concepção de desenvolvimento da UTFPR Câmpus Pato Branco, localizado na região sudoeste do Paraná. Para isso, realizou-se uma pesquisa bibliográfica, documental e de campo exploratória. Os dados foram coletados por meio de: documentos da universidade, sendo: a Lei n. 11.184/2005, de criação da UTFPR; o Estatuto da Universidade Tecnológica Federal do Paraná; o Projeto Político-Pedagógico Institucional (PPI); e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2009-2013); roteiro de entrevistas semiestruturado com os dirigentes do Câmpus, com coordenadores do Grupo Gestor do Território Sudoeste do Paraná (GGETESPA), e com representantes do Câmpus Pato Branco neste grupo. Para o tratamento dos dados nos documentos foram selecionadas algumas expressões relacionadas ao desenvolvimento: desenvolvimento local, comunitário, regional, do estado do Paraná, nacional, sustentável, econômico, político, social, ambiental, cultural, científico e tecnológico. A ideologia foi a categoria de análise que permeou a pesquisa. O estudo foi organizado em três partes. Na primeira, buscou-se contextualizar a região sudoeste paranaense, a UTFPR Câmpus Pato Branco e o GGETESPA. Na segunda, destacou-se o surgimento do conceito de desenvolvimento no mundo e como este se propagou no Brasil, inserindo-se nos mais diversos modelos de desenvolvimento. A terceira parte contém os resultados da pesquisa empírica. Os resultados obtidos na pesquisa evidenciaram a carência de clareza do Câmpus em relação ao desenvolvimento, bem como a carência de uma política institucional consistente sobre desenvolvimento. As manifestações/ações do Câmpus em prol do desenvolvimento estão mais centradas em pessoas e/ou em cursos específicos. Embora nas falas dos entrevistados tenham predominado menções que evidenciam uma visão economicista de desenvolvimento, o Câmpus apresenta iniciativas relevantes, como a atuação de grupos de pesquisa e pós-graduação, os quais vêm contribuindo com discussões e ações em torno do desenvolvimento da região sudoeste do Paraná. Pode-se concluir que, a UTFPR Câmpus Pato Branco, inserida nas contradições da sociedade capitalista, é reflexo dessas contradições, revelando a ideologia que perpassa no seu interior. Falar em desenvolvimento no interior de uma universidade é considerar o quanto esta última vem sendo influenciada, cobrada, pelas novas necessidades do capital e o quanto ela pode contribuir para o enfrentamento dessa realidade, apresentando, assim, possibilidades e limites à construção de um projeto emancipador de educação e desenvolvimento.

Palavras-chave: Desenvolvimento. Sudoeste do Paraná. Universidade Tecnológica Federal do Paraná Câmpus Pato Branco. Grupo Gestor do Território Sudoeste do Paraná. Ideologia.

ABSTRACT

BUSATO, Joelma. The conception of development of UTFPR Campus Pato Branco. 2012. 164 f. Master's Degree (Regional Development Master's Degree) - Postgraduate Program in Regional Development, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Pato Branco, 2012.

The goal of this research was to identify the conception of development of UTFPR Campus Pato Branco, located in the southwest region of Paraná. For this, it was carried out a bibliographical research and field exploration. Data were collected through: documents of the university, as follows: The UTFPR creation law no. 11.184/2005, the Universidade Tecnológica Federal do Paraná Statute, the *Institutional Political and Educational Project* (PPI) and the *Institutional Development Plan* (PDI 2009-2013); set of interviews semistructured with the leaders of the Campus, with coordinators of the *Manager Planning Group of the southwest of Paraná* (GGETESPA), and representatives of the Campus Pato Branco in this group. In order to treat the data in the documents were selected some expressions related to the development: local development, community, regional, Paraná state, national, sustainable, economic, political, social, environmental, cultural, scientific and technological. Ideology was a category of analysis that has pervaded the research. The study was organized into three parts. At first, it was tempted to contextualize the southwestern Paraná region, the UTFPR Campus Pato Branco and GGETESPA. After that, the highlight was the emergence of the concept of development in the world and how it has spread in Brazil, inserting itself in various development models. The third part contains the results of empirical research. The results obtained in this research showed a lack of clarity of the Campus related to development, as well as the lack of a consistent policy on institutional development. The demonstrations / performances of the Campus for development are more people-centered and / or in specific courses. Although the speeches of respondents have prevailed entries that show an economic view of development, the Campus presents relevant initiatives such as the performance of research groups and postgraduate studies, which have contributed to discussions and actions around the development of the southwest of Paraná. It can be concluded that, UTFPR Campus Pato Branco, inserted into the contradictions of capitalist society, is the reflect of these contradictions, revealing the ideology that pervades inside. Speaking in development within a university is to consider how the last one has been influenced, charged by the new needs of capital and how it can contribute to face this reality, showing then, possibilities and limits of the construction of an emancipatory project of education and development.

Key words: Developing. Southwest of Paraná. Universidade Tecnológica Federal do Paraná Campus Pato Branco. Manager Planning Group of the southwestern of Paraná. Ideology.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Localização dos 12 Câmpus da UTFPR no estado do Paraná.....	59
Figura 2- Papel das universidades no desenvolvimento das regiões onde estão inseridas	131
Figura 3 - Participação do Câmpus Pato Branco no desenvolvimento do sudoeste paranaense.....	132
Figura 4 - Participação da Diretoria entrevistada no desenvolvimento do sudoeste paranaense	133
Figura 5 - Participação do Câmpus Pato Branco e do representante do Câmpus no GGETESPA	134
Figura 6 - Concepção de desenvolvimento dos dirigentes do Câmpus Pato Branco	135
Figura 7 - Origem, importância, ações e impactos do GGETESPA no desenvolvimento do sudoeste paranaense	137
Figura 8 - Dinâmica do GGETESPA: limites, desafios e relacionamento com outras instâncias de desenvolvimento.....	138
Figura 9 - Papel das universidades no desenvolvimento das regiões onde estão inseridas e participação delas e do Câmpus Pato Branco no GGETESPA e no desenvolvimento do Território.....	139
Figura 10 - Escolha do representante da UTFPR no grupo	140
Figura 11 - Concepção de desenvolvimento do GGETESPA	140
Figura 12 - Surgimento do GGETESPA e participação da UTFPR nele.....	142
Figura 13 - Importância do GGETESPA para o desenvolvimento do sudoeste paranaense.....	143
Figura 14 - Participação da UTFPR no desenvolvimento do sudoeste.....	143
Figura 15 - Escolha e participação do representante da UTFPR no GGETESPA	144
Figura 16 - Concepção de desenvolvimento do representante da UTFPR Câmpus Pato Branco no GGETESPA	145
Figura 17 - Concepção de desenvolvimento do Câmpus Pato Branco	146

LISTA MAPAS

Mapa 1- Mapa da Faixa de Fronteira.....	34
Mapa 2 - Território Federal do Iguaçu e pretendido Estado do Iguaçu	36
Mapa 3 - Mapa das Regiões Geográficas do Estado do Paraná.....	41
Mapa 4 - Mapa da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul	47
Mapa 5 - Territórios Rurais no estado do Paraná	72

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Matrículas na educação superior da região sudoeste do Paraná - 2009	44
Quadro 2 - Evolução da incorporação de municípios ao Território Sudoeste do Paraná.....	71
Quadro 3 – Composição do Colegiado Territorial e da Coordenação do GGETESPA.....	74

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Menções ao termo Desenvolvimento e número de ocorrências na Lei n. 11.184/2005.....	110
Tabela 2 - Menções ao termo desenvolvimento e número de ocorrências no Estatuto da UTFPR.	112
Tabela 3 - Menções ao termo desenvolvimento e número de ocorrências no Projeto Político-Pedagógico Institucional (PPI).....	117

LISTA DE SIGLAS

ACAMSOP	Associação das Câmaras Municipais do Sudoeste do Paraná
ACESI	Associação do Centro de Educação Sindical
AGÊNCIA	Agência de Desenvolvimento Regional do Sudoeste do Paraná
AMSOP	Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná
ANDES-SN	Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
APLs	Arranjos Produtivos Locais
ARCAFAR	Associação das Casas Familiares Rurais
ASSEC	Associação dos Secretários Municipais de Agricultura
ASSEMA	Associação dos Secretários Municipais de Agricultura e Meio Ambiente
ASSESOAR	Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIOMA	Grupo de Pesquisa Aplicada em Tecnologia de Biomassa e Meio Ambiente
CANGO	Colônia Agrícola Nacional General Osório
CAPA	Centro Apoio ao Pequeno Agricultor
CBAI	Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial
CEDRAF	Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar
CEFET/ES	Centro Federal de Educação Tecnológica do Espírito Santo
CEFET/PR	Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná
CEFETs	Centros Federais de Educação Tecnológica
CENBAPAR	Centro de Biotecnologia Agropecuária do Paraná
CEPAD	Centro de Pesquisa e Apoio ao Desenvolvimento Regional
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e Caribe
CESREAL	Faculdade de Realeza
CESUL	Faculdade de Direito Francisco Beltrão

CFRs	Casas Familiares Rurais
CITLA	Clevelândia Industrial Territorial Ltda.
CMDR	Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural
CODEI	Comissão Executiva Pró Criação do Estado do Iguaçu
COOPAFI	Cooperativa de Produção da Agricultura Familiar
COOPERIGUAÇÚ	Cooperativa Iguaçu de Prestação de Serviços
CRESOL/BASER	Cooperativa de Crédito com Interação Solidária
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DESER	Departamento de Estudos Socioeconômicos Rurais
e-Tec	Programa Escola Técnica Aberta do Brasil
EMATER	Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FADEP	Faculdade de Pato Branco
FAED	Faculdade Educacional de Dois Vizinhos
FAF	Faculdade da Fronteira
FAMPER	Faculdade de Ampere
FEFB	Faculdade Educacional de Francisco Beltrão
FESC	Fundação de Ensino Superior de Clevelândia
FETRAF	Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar
FI	Faculdade Iguaçu
FMD	Faculdade Mater Dei
FPA	Faculdade Palas Atena de Chopinzinho
FUNESP	Fundação de Ensino Superior de Pato Branco
GETSOP	Grupo Executivo de Terras para o Sudoeste do Paraná
GGETESPA	Grupo Gestor do Território Sudoeste do Paraná
IAPAR	Instituto Agrônomo do Paraná
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IES	Instituições de Ensino Superior
IFES	Instituto Federal do Espírito Santo
IFPR	Instituto Federal do Paraná
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INTIC	Incubadora de Tecnologia de Informação e Comunicação
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
LACTEC	Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento
LDB	Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MASTES	Movimento dos Agricultores Sem Terra do Sudoeste
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MEC	Ministério da Educação
MI	Ministério da Integração Nacional
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NRE	Núcleo Regional de Educação
ONG	Organização Não-Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OS	Organizações Sociais
OSCIP	Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PDFF	Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PIB	Produto Interno Bruto
PNDR	Política Nacional de Desenvolvimento Regional
POLITEC	Pólo de Tecnologia do Sudoeste
PPA	Plano Plurianual
PPI	Projeto Político-Pedagógico Institucional

PPGA	Programa de Pós-Graduação em Agronomia
PPGDR	Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional
PROEM	Programa de Empreendedorismo e Inovação
PROEP	Programa de Expansão da Educação Profissional
PROES	Programa de Extensão Social
PROFMAT	Mestrado Profissional em Matemática em Rede Nacional
PROMESO	Programa de Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-regionais
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONAT	Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais
PROTEC	Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico
PSD	Partido Social Democrático
PTDRS	Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável
REUNI	Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SDR	Secretaria de Desenvolvimento Regional
SDT	Secretaria de Desenvolvimento Territorial
SEAB	Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento
SETI	Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
SETP	Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social
SISCLAF	Sistema de Cooperativas de Leite da Agricultura Familiar
SISU	Sistema de Seleção Unificada
SOFTEX	Programa Nacional de Software para Exportação
TEXCEL	Centro de Excelência em Educação Profissional
UAB	Sistema Universidade Aberta do Brasil
UDN	União Democrática Nacional
UFFS	Universidade Federal da Fronteira Sul
UNEDs	Unidades de Ensino Descentralizadas
UNICENTRO	Universidade Estadual do Centro-Oeste

UNILAGOS	Faculdade Unilagos
UNIOESTE	Universidade Estadual do Oeste do Paraná
UNIPAR	Universidade Paranaense
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná
VAF	Valor Adicionado Fiscal
VIZIVALI	Faculdade Vizinhança Vale do Iguaçu

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	21
2.	A REGIÃO SUDOESTE DO PARANÁ, A UTFPR CÂMPUS PATO BRANCO E O GRUPO GESTOR DO TERRITÓRIO SUDOESTE DO PARANÁ: CENÁRIO DA PESQUISA	28
2.1	A Região Sudoeste do Paraná	28
2.1.1	A Região Sudoeste do Paraná: ocupação e colonização	28
2.1.2	A Região Sudoeste do Paraná: expansão e caracterização atual	40
2.1.3	A Região Sudoeste do Paraná: suas relações com o desenvolvimento	44
2.2	A UTFPR CÂMPUS PATO BRANCO	48
2.2.1	A UTFPR Câmpus Pato Branco: origem, interiorização, expansão e atuação no sudoeste do Paraná.	49
2.2.2	A UTFPR Câmpus Pato Branco: expansão e relações com o desenvolvimento.....	60
2.3	O GRUPO GESTOR DO TERRITÓRIO SUDOESTE DO PARANÁ: RELAÇÕES COM O DESENVOLVIMENTO REGIONAL	67
2.3.1	O Grupo Gestor do Território Sudoeste do Paraná: origem.....	67
2.3.2	O Grupo Gestor do Território sudoeste do Paraná: composição e PTDRS.....	73
3.	O DESENVOLVIMENTO: ORIGEM E MULTIPLICIDADE DE SIGNIFICADOS ..	78
3.1	DESENVOLVIMENTO: UM TERMO CARREGADO DE CONTRADIÇÕES	78
3.2	DESENVOLVIMENTO NO CONTEXTO BRASILEIRO: UM BREVE PERCURSO HISTÓRICO.....	84
4.	O DESENVOLVIMENTO: EM DOCUMENTOS, DISCURSOS E PRÁTICAS.....	107
4.1	MENÇÕES AO DESENVOLVIMENTO NA LEI N. 11.184/2005 E NOS DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS DA UTFPR	108
4.1.1	As Menções ao Desenvolvimento na Lei n. 11.184/2005	109
4.1.2	As Menções ao Desenvolvimento no Estatuto da Universidade Tecnológica Federal do Paraná	110
4.1.3	As Menções ao Desenvolvimento no Projeto Político-Pedagógico Institucional (PPI) 112	
4.1.4	Menções ao Desenvolvimento no Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI (2009-2013)	117

4.1.5	As Menções de Concepção de Desenvolvimento da UTFPR Câmpus Pato Branco nos documentos.....	120
4.2	MENÇÕES AO DESENVOLVIMENTO NA FALA DOS DIRIGENTES DO CÂMPUS PATO BRANCO.....	130
4.3	MENÇÕES AO DESENVOLVIMENTO NAS PRÁTICAS: PARTICIPAÇÃO DA UTFPR CÂMPUS PATO BRANCO NO GRUPO GESTOR DO TERRITÓRIO SUDOESTE DO PARANÁ.....	135
4.3.1	Participação da UTFPR Câmpus Pato Branco no GGETESPA: fala da Coordenação do Grupo Gestor	136
4.3.2	Participação da UTFPR Câmpus Pato Branco no GGETESPA: fala dos representantes da UTFPR no Grupo Gestor	141
4.4	A CONCEPÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA UTFPR CÂMPUS PATO BRANCO A PARTIR DE DOCUMENTOS, DISCURSOS E PRÁTICAS	145
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	148
	REFERÊNCIAS	154
	APÊNDICE A – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS COM OS DIRIGENTES DO CÂMPUS PATO BRANCO	162
	APÊNDICE B – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS COM OS COORDENADORES DO GGETESPA.....	163
	APÊNDICE C – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS COM OS SERVIDORES DO CÂMPUS PATO BRANCO QUE REPRESENTARAM A UTFPR NO COLEGIADO DO GGETESPA	164

1. INTRODUÇÃO

A temática do desenvolvimento está presente cada vez mais nos espaços e esferas da sociedade. Trata-se de um discurso forte, amplo e frequente, que se perpetua e se renova ao longo do tempo.

Em meio a tantas menções ao desenvolvimento, o interesse por investigar tal temática nesta pesquisa surgiu a partir de algumas observações e inquietações, como:

1) A observação da influência que as políticas públicas de desenvolvimento do país têm exercido na trajetória das instituições federais de educação profissional e tecnológica. Tal observação foi pautada pela experiência profissional em duas instituições federais: de 1994 a 2006, no Instituto Federal do Espírito Santo (IFES), antigo Centro Federal de Educação Tecnológica do Espírito Santo (CEFET/ES) e a partir de 2006 na Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) Câmpus Pato Branco, antigo Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná (CEFET/PR – UNED/Pato Branco);

2) A observação sobre como são fortes a ideia e o discurso em torno do desenvolvimento na região sudoeste do Paraná e da forma diferenciada com que essa região se insere nas políticas públicas de desenvolvimento, pois sua inserção nesse processo é permeada por adesões e contraposições;

3) A constituição de um grupo de pesquisa no Câmpus Pato Branco denominado Centro de Pesquisa e Apoio ao Desenvolvimento Regional (CEPAD), que busca contribuir com o desenvolvimento da região sudoeste do Paraná.

4) A criação de um Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, no Câmpus Pato Branco.

5) A constituição, no sudoeste paranaense, de um grupo denominado Grupo Gestor do Território Sudoeste do Paraná (GGETESPA), que é formado por entidades governamentais e não-governamentais, com o objetivo de discutir o desenvolvimento do sudoeste e gerir os recursos públicos destinados ao Território Sudoeste do Paraná, oriundos do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

6) A participação do Câmpus Pato Branco na dinâmica do desenvolvimento, demonstrada em documentos institucionais, discursos, práticas, dentre elas sua participação em entidades voltadas ao desenvolvimento como, por exemplo, no Grupo Gestor do Território Sudoeste do Paraná (GGETESPA).

Essas razões apresentadas explicitam alguns movimentos em torno do desenvolvimento tanto do Câmpus Pato Branco quanto da região sudoeste do Paraná.

Além dessas razões, assiste-se na atualidade a uma grande expansão e interiorização das redes federais de educação profissional e tecnológica e de educação superior em todo o país. Aos Institutos Federais, com os quais a UTFPR tem uma identidade histórica, foi atribuída a missão de “orientar a oferta de educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo e fortalecer os arranjos produtivos locais”. A expansão tem priorizado municípios com alto percentual de pobreza, mesorregiões ainda não contempladas e áreas do entorno de grandes investimentos, de forma a contribuir para o desenvolvimento de cada região do país. (BRASIL, 2011a, p. 72). Às universidades federais foi reservada a tarefa de “interagir com as vocações e as culturas regionais, repartindo o saber e a tecnologia com toda a sociedade. A interiorização foi uma das principais diretrizes norteadoras do mapa da expansão, com foco voltado para as necessidades e vocações econômicas de cada região.” (BRASIL, 2011a, p. 92).

Como se pode notar o surgimento e a expansão destas instituições está atrelado ao papel das mesmas no desenvolvimento das regiões onde estão inseridas. Diante desse contexto e da ênfase no desenvolvimento e da complexidade que envolve o termo, uma vez que o mesmo é polissêmico, é que a presente pesquisa busca identificar a concepção de desenvolvimento da UTFPR Câmpus Pato Branco, pois teria ela clareza sobre sua concepção de desenvolvimento?

Segundo Pochmann (2010), um dos autores que mais discutem o desenvolvimento na atualidade, estamos vivendo um momento de profunda reestruturação do sistema capitalista, em que um novo padrão de produção e consumo precisa surgir, como também uma nova matriz energética. Para o surgimento desse novo modelo de produção e consumo o autor destaca a importância das inovações técnico-científicas e da educação superior. Assim, nesse momento, que o autor considera como sendo de fragilidade mundial, “abrem-se oportunidades históricas para que alguns países periféricos assumam algum protagonismo, até então impossibilitado pela divisão hierárquica do poder mundial.” (POCHMANN, 2010, p. 159).

Dentro desse contexto capitalista, em que há a necessidade de o capital se expandir cada vez mais e de se reestruturar para enfrentar suas crises cíclicas, observa-se que a região sudoeste do Paraná, mesmo estando inserida nesse processo e acompanhando a dinâmica do capital, apresenta um posicionamento em que tal processo não se dá de forma homogênea nem consensual, pois há no sudoeste paranaense movimentos de resistência e contraposição

aos interesses do capital, movimentos de organização e luta, que acenam possibilidades e limites.

É nesse contexto que se considera importante a presente investigação, pois se há a falta de clareza quanto à sua concepção de desenvolvimento por parte da instituição isto poderia impactar nos rumos que a instituição iria tomar frente às políticas públicas de desenvolvimento e educacionais, em suas escolhas políticas, na construção de sua identidade enquanto universidade tecnológica, já que sua transformação em universidade é um fato relativamente recente (em 2005).

Visando compreender a complexidade que envolve essa concepção utilizou-se a abordagem qualitativa, pois segundo Minayo (1994, p. 21) a pesquisa qualitativa “trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis”.

Assim, optou-se por uma proposta dialética para a análise dos dados. Para a autora, a dialética

se propõe a abarcar o sistema de relações que constrói, o modo de conhecimento exterior ao sujeito, mas também as representações sociais que traduzem o mundo dos significados. [...] Busca encontrar, na parte, a compreensão e a relação com o todo; e a interioridade e a exterioridade como constitutivas dos fenômenos. (MINAYO, 1994, p. 24).

Dessa forma, são consideradas as relações dos sujeitos com o contexto em que estão inseridos, haja vista a relação dinâmica que existe entre o mundo real, objetivo e a subjetividade dos sujeitos. Porém, é preciso não perder de vista o desafio que tal proposta representa, convertendo-se muito mais em um ideal que foi perseguido nesta pesquisa do que uma realidade plenamente conquistada. Mas como o resultado final de uma pesquisa deve ser sempre encarado de forma provisória e aproximativa, decidiu-se correr tal risco.

O objeto de estudo pautou-se em perspectiva teórica que considera o desenvolvimento enquanto uma ideologia. Para a análise dos dados da pesquisa empírica usou-se, como método de investigação a concepção epistemológica do materialismo histórico dialético, mais precisamente a partir da categoria ideologia.

A escolha da categoria ideologia se deu por se considerar o desenvolvimento enquanto uma ideologia, uma representação criada e propagada ao mundo e que visaria dar conta do caráter universalista e polissêmico do termo desenvolvimento, uma vez que desenvolvimento é um campo ideológico por excelência.

A ideologia dominante, em uma determinada forma de sociedade, consiste, pois, na ideologia da classe dominante. Isso em razão de a classe dominante dominar não só a produção material, mas também a produção intelectual, uma vez que é dona dos meios de produção material e intelectual. Assim, a ideologia da classe dominante tem a aparência de representar os interesses universais da sociedade (MARX; ENGELS, s/d).

Segundo Chauí (1984, p. 10-11), “um dos traços fundamentais da ideologia consiste, justamente, em tomar as ideias como independentes da realidade histórica e social, de modo a fazer com que tais ideias expliquem aquela realidade que torna compreensíveis as ideias elaboradas”. Dessa forma, segundo a autora, as ideias passam a expressar a realidade de forma invertida e dissimulada, uma vez que a ideologia separa a produção de ideias do momento histórico-social em que são produzidas.

A autora afirma, assim, que a ideologia é um fato social por ser produzida pelas relações sociais, sendo um dos instrumentos da dominação de classe e uma das formas da luta de classes. Como a divisão do trabalho divide a sociedade em classes, cada classe passa a ter suas próprias ideologias onde “cada indivíduo passa a ter uma atividade determinada e exclusiva que lhe é atribuída pelo conjunto das relações sociais [...]” e “o conjunto das relações sociais aparece nas ideias como se fossem coisas em si, existentes por si mesmas e não como consequência das ações humanas” (CHAUÍ, 1984, p. 64). Isso naturaliza as diferenças, como se as coisas são como são obedecendo a uma ordem natural, sem questionamentos, facilitando a imposição da ideologia da classe dominante.

Assim, o desenvolvimento enquanto ideologia é utilizado em benefício do capital por deturpar, embaçar a realidade, não deixando ver as reais causas dos problemas, ao mesmo tempo em que impulsiona e mobiliza pessoas e nações na busca ilusória do desenvolvimento para todos.

A investigação pautou-se em três fontes, quais sejam: documentos institucionais, fala de seus dirigentes e participação da instituição em uma instância de desenvolvimento.

Diante disso, a coleta dos dados consistiu em três instrumentos básicos: a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental e a pesquisa de campo exploratória.

A pesquisa bibliográfica tem como principal vantagem, segundo Gil (1999, p. 71), “permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente”.

A pesquisa documental é muito semelhante à bibliográfica, sendo que o diferencial entre elas está na natureza das fontes. De acordo com Gil (1999, p. 66), “a pesquisa

documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa”.

A pesquisa de campo exploratória consistiu na coleta de dados por meio de entrevistas semiestruturadas. A entrevista, segundo Chizzotti (1995, p. 45), é “uma comunicação entre dois interlocutores, o pesquisador e o informante, com a finalidade de esclarecer uma questão” e sendo semiestruturada é “um discurso livre orientado por algumas perguntas-chaves”. Para Trivinos (1987, p. 152) a entrevista semiestruturada “favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão da sua totalidade tanto dentro de uma situação específica como de situações e dimensões maiores”.

Quanto à coleta de dados nos documentos institucionais, optou-se pelos seguintes documentos: Lei n. 11.184/2005, lei de criação da UTFPR; Estatuto da Universidade Tecnológica Federal do Paraná; Projeto Político-Pedagógico Institucional (PPI) e Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2009-2013). A opção por esses documentos se justifica em função dos mesmos representarem o referencial que norteia os rumos do Câmpus Pato Branco, direcionando suas ações.

Para a definição das unidades de análise nos documentos optou-se, após leitura completa dos mesmos, pelo mapeamento das menções explícitas ao termo desenvolvimento, consideradas unidades de registro e a explicitação de tais menções inseridas em suas unidades de contexto, ou seja, nas frases.

Foram consideradas como menções ao desenvolvimento nesses documentos as seguintes expressões: desenvolvimento local, comunitário, regional, do estado do Paraná, nacional, sustentável, econômico, político, social, ambiental, cultural, científico e tecnológico.

A leitura completa dos documentos possibilitou visualizar ênfases em alguns aspectos que, embora não fizessem menção direta ao termo desenvolvimento (e, por isso, não foram quantificados), demonstraram uma vinculação ao objetivo da pesquisa, reforçando aspectos presentes nas menções, o que contribuiu para a análise.

Vale ressaltar que algumas menções ao desenvolvimento não foram consideradas por se verificar em seu contexto a não vinculação aos propósitos da pesquisa, uma vez que o termo assumia formas que indicavam nome de documentos e órgãos, por exemplo.

Para a identificação da concepção de desenvolvimento presente na fala dos dirigentes do Câmpus foram realizadas entrevistas individuais semiestruturadas aos dirigentes das seguintes diretorias: Diretoria Geral, Diretoria de Graduação e Educação Profissional, Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Diretoria de Relações Empresariais e Comunitárias e Diretoria de Planejamento e Administração.

Para verificar sobre a participação do Câmpus em uma instância de desenvolvimento e com isso buscar dados que possam auxiliar na identificação da concepção de desenvolvimento do Câmpus, surgiu a necessidade de se buscar dados em uma das mais significativas instâncias de manifestação em prol do desenvolvimento e da qual o Câmpus participa. Assim, para essa pesquisa, a instância escolhida foi o Grupo Gestor do Território Sudoeste do Paraná (GGETESPA). Tal escolha se justifica pelo fato de esse Grupo representar uma das manifestações em prol do desenvolvimento na região que discute o desenvolvimento nos 42 municípios que compõem tanto a região sudoeste do Paraná, quanto o Território Sudoeste do Paraná, sendo fruto de uma política pública de desenvolvimento e de experiências territoriais que ocorreram na região. E como o sudoeste é considerado como uma região que tem uma identidade comum acredita-se que a entidade que abrange essa espacialidade territorial seja representativa das manifestações de desenvolvimento que aí se encontram. Além disso, a constituição do Território Sudoeste do Paraná, que será abordada no Capítulo 1, retrata a forma diferenciada com que essa região lida com a questão do desenvolvimento, de certa forma antecipando-se às próprias políticas públicas e dando-lhe contornos que retratam a identidade regional.

Para tanto, foram realizadas entrevistas individuais semiestruturadas com os membros da Coordenação do GGETESPA, bem como com os servidores do Câmpus Pato Branco que foram representantes da UTFPR no Colegiado deste Grupo.

Em face disso, a presente dissertação está organizada em três capítulos, a saber:

O capítulo 2 busca contextualizar a região sudoeste do Paraná, a UTFPR Câmpus Pato Branco e o GGETESPA. Trata-se da construção de um cenário que visa possibilitar a compreensão das especificidades que a região sudoeste apresenta, como resultado de seu processo de colonização e das políticas de desenvolvimento que incidiram sobre essa região; das especificidades do Câmpus Pato Branco da UTFPR, que apesar de carregar princípios e valores historicamente estabelecidos, por ser parte de uma instituição centenária, tem recebido os reflexos do contexto social em que está inserido e das políticas públicas de educação e de desenvolvimento do país; das especificidades do GGETESPA, que embora seja fruto de uma política pública de desenvolvimento que se estende a outros territórios, tem sua dinâmica e seu processo de constituição marcados também pelo contexto social próprio do sudoeste paranaense.

O capítulo 3 pretende trazer à tona discussões pertinentes à temática do desenvolvimento. Para tanto, faz-se necessário um percurso sobre a origem das discussões em torno do desenvolvimento, enfocando como a ideia de desenvolvimento surgiu e foi sendo

disseminada de forma ideológica, assim como os vários contornos que o desenvolvimento foi assumindo no Brasil, de acordo com as mudanças ocorridas no cenário nacional e mundial, e as implicações do Estado nesse processo.

O capítulo 4 busca identificar, com base nos dados coletados na pesquisa, a concepção de desenvolvimento do Câmpus Pato Branco. Para isso, apresenta, com o auxílio de quadros e tabelas, a síntese do conteúdo extraído dos documentos e das entrevistas.

Por último, são apresentadas as considerações finais no intuito de identificar a concepção de desenvolvimento da UTFPR Câmpus Pato Branco, bem como esclarecer as possibilidades e limites que tal concepção apresenta.

2. A REGIÃO SUDOESTE DO PARANÁ, A UTFPR CÂMPUS PATO BRANCO E O GRUPO GESTOR DO TERRITÓRIO SUDOESTE DO PARANÁ: CENÁRIO DA PESQUISA

O sudoeste paranaense é uma região cujo processo de desenvolvimento tem se articulado às políticas de desenvolvimento do país. A UTFPR Câmpus Pato Branco, situada neste contexto, por sua vez, também é fruto de políticas de desenvolvimento, e o Grupo Gestor do Território Sudoeste do Paraná, no qual a universidade tem participação, por seu turno, é também reflexo de políticas públicas, constituindo-se como um dos exemplos sobre como a questão do desenvolvimento está presente, tanto na região, quanto na instituição, quanto no país.

Para que se possa compreender melhor como a universidade se insere no desenvolvimento da região, este capítulo adentra na sua trajetória histórica, bem como na história da região e na constituição e evolução de um grupo denominado Grupo Gestor do Território Sudoeste do Paraná.

2.1 A REGIÃO SUDOESTE DO PARANÁ

O objetivo desta contextualização é trazer elementos que permitam a visualização do cenário regional onde está situada a UTFPR Câmpus Pato Branco, através de seus momentos e movimentos mais significativos. Dessa forma, será apresentada primeiramente sua história de ocupação e colonização, seguida por uma breve apresentação de dados que a caracterizam na atualidade, demonstrando por fim suas relações com o desenvolvimento.

2.1.1 A Região Sudoeste do Paraná: ocupação e colonização

Para a construção desse cenário buscou-se apoio em alguns autores que estudaram o sudoeste paranaense, como Abramoway (1981), Lazier (1983), Waschowicz (1987), Corona (2003), Bernartt (2006), Perondi (2007), dentre outros, os quais demonstram que essa região possui certas especificidades que a tornam singular, o que poderá ser observado ao longo dessa contextualização.

Alguns autores, como Bernartt (2006), afirmam que a região que hoje corresponde ao sudoeste paranaense teve sua formação e ocupação marcada por conflitos em torno da

propriedade e da posse da terra, pela consolidação de uma agricultura de base familiar e pelo surgimento de diversos movimentos sociais. No seu processo de ocupação e de expansão, o contexto regional traz marcas de diferenciação de sistemas agrários, conforme mostra Perondi (2007), ao abordar quatro frentes de ocupação¹: frente indígena, antes de 1800, primeiro sistema agrário; frente cabocla, de 1800 a 1957, baseada na agricultura e pecuária extensiva; frente de colonos, de 1957 a 1970, baseada em colônias agrícolas, e sistema agrário atual, caracterizado pela produção de leite e grãos mecanizados. De acordo com o autor, tais frentes de ocupação agregaram características socioeconômicas, étnicas e culturais à região.

A frente indígena, kaingang, era organizada sobre uma economia baseada na caça, pesca, coleta e agricultura complementar. Assim, preferiam habitar as regiões de campos e florestas de Araucária, tendo o pinhão como sua principal fonte de subsistência. As mulheres eram responsáveis pelos cuidados com as crianças, o preparo da comida, a produção de objetos cerâmicos e os plantios nas proximidades da aldeia, cujas culturas cultivadas eram: milho, abóbora, feijão e mandioca (MUSEU PARANAENSE, 2011).

Contudo, a partir do século XIX, com a atividade tropeira e a expansão das fazendas de gado, o território ocupado por esses indígenas, que eram os campos de Palmas e de Guarapuava, passou a ser alvo de violentos embates², pois os indígenas que ali viviam não aceitavam a presença do homem branco, o que gerou muitos conflitos que foram intercalados por momentos de colaboração entre as partes (WASCHOWICZ, 1987).

Esse tipo de economia baseado na criação de gado foi, segundo Furtado (1976), um fator fundamental na ocupação do interior brasileiro, pois a ocupação da terra se dava de forma extensiva e até mesmo itinerante.

Nessa época, os colonizadores brancos, ao tomarem conhecimento da existência dos campos de Palmas, através dos kaingang de Guarapuava, passaram a ocupar essa região, uma vez que, segundo Waschowicz (1987), nesse período a fronteira entre Brasil e Argentina não estava totalmente definida e havia, por parte dos argentinos, o interesse em ocupar esse espaço.

¹ Vale destacar que a divisão proposta de tais momentos não será considerada de forma rígida, uma vez que as mudanças não se processam de forma estanque. O que se busca com isso é facilitar a visualização dos pontos mais salientes de cada período, sem a pretensão de se ter um quadro estático e definitivo.

² D. João VI ao aportar no Brasil, em 1808, já trazia a preocupação em ocupar os campos da região central do atual estado do Paraná, que na época pertenciam à província de São Paulo e eram conhecidos como campos de Guarapuava, cujo propósito seria a criação de gado, pois as matas de araucária e florestas subtropicais não tinham muito valor e a agricultura praticada era apenas de subsistência (WASCHOWICZ, 1987).

Para ocupar essa região, os colonizadores luso-brasileiros estavam amparados pela Carta Régia de 1º de abril de 1809, a qual “Approva o plano de povoar os Campos de Guarapuava e de civilisar os indios barbaros que infestam aquelle território” (BRASIL, 1809). Nesta Carta, dentre outros assuntos, o príncipe regente D. João VI orienta que:

[...] considerando que não é conforme aos meus princípios religiosos, e politicos o querer estabelecer a minha autoridade nos Campos de Guarapuava, e territorio adjacente por meio de mortandades e crueldades contra os Indios, extirpando as suas raças, que antes desejo adiantar, por meio da religião e civilisação, até para não ficarem desertos tão dilatados e immensos sertões, e que só desejo usar da força com aquelles que offendem os meus Vassallos, e que resistem aos brandos meios de civilisação que lhes mando offerecer [...] (BRASIL, 1809).

Pelo exposto, observa-se que ao indígena não restaria escolha entre se submeter passivamente ao processo de catequização e de ‘civilização’ ou sofrer as violentas consequências por sua insubordinação. Ao índio caberia, ainda, conforme o referido documento, ajudar a preencher os espaços vazios dos imensos sertões paranaenses.

Os documentos históricos produzidos e acumulados pelo poder provincial do Paraná, no período entre 1853 a 1870, referente aos indígenas, e sob a guarda do Arquivo Público do Paraná, deixam claro que as relações entre brancos e índios não se davam de forma harmoniosa, embora ocorressem trocas de favores entre algumas lideranças indígenas e as autoridades provinciais. Os primeiros davam garantias de segurança aos colonizadores e os auxiliavam em vários serviços em troca de dinheiro, armas e outros objetos (ARQUIVO..., 2007).

A segunda frente de ocupação, a cabocla, mencionada por Perondi (2007), e estudada também por Abramoway (1981), carece de registros na história, pois além da escassez de documentos escritos, o período que essa população predominou no sudoeste paranaense não ultrapassou 40 anos, o que dificultou o estudo sistemático do modo de vida desta população (ABRAMOWAY, 1981). O autor destaca que a maior parte dos caboclos que povoaram o sudoeste paranaense era originária de três fontes: antigos agregados das fazendas de gado dos campos de Palmas, que acabaram se convertendo em mão-de-obra sobrando dos latifúndios; caboclos oriundos do Rio Grande do Sul, deslocados pela política de colonização do Império, que privilegiava o imigrante europeu por ter a posse privada da terra; caboclos deslocados pela Guerra do Contestado, que foi uma revolta entre camponeses espoliados de suas terras e empresas estrangeiras, ocorrida entre 1912 a 1916 em uma região de litígio na fronteira entre Paraná e Santa Catarina.

Nessa época, início do século XX, o sudoeste paranaense representava um grande vazio demográfico, favorável à economia cabocla, pois, segundo Abramoway (1981), a baixa densidade demográfica era condição necessária para que essa economia se desenvolvesse.

Semelhante à economia indígena a economia cabocla era pautada na caça, pesca, coleta e secundariamente na agricultura, daí a preferência pelas áreas de matas. Além disso, não havia por parte dos caboclos a necessidade da propriedade privada da terra, o que justifica a busca por terras livres como as florestas. Pautados em uma lógica diversa da lógica mercantil, a floresta proporcionava ao caboclo viver com liberdade, de forma nômade. Vivendo praticamente isolado, pela inexistência de meios de comunicação e transporte, o caboclo dava pouca importância ao mercado, desenvolvendo um comércio escasso, pautado na venda de erva mate, peles de animais e alguns produtos agrícolas. O trabalho era realizado a partir de valores de uso, com destaque para o trabalho coletivo. Porém, com a chegada dos colonos, próxima frente de ocupação, no final da década de 1940, a economia cabocla foi sendo dissipada de forma pacífica, na medida em que ocorreu uma mudança significativa na relação estabelecida entre o caboclo e a mata. De uma relação de uso passou-se para uma relação de troca, em que o dinheiro adquirido com a venda da posse da terra ao colono passou a fazer parte cada vez mais de sua vida (ABRAMOWAY, 1981).

Segundo Wachowicz (1987), os caboclos se desfaziam facilmente de suas posses no sudoeste paranaense por dois motivos: por não terem a documentação da terra, o que tornava a posse insegura; e pela forma de criação de porcos (soltos), o que impossibilitava a convivência com as plantações dos colonos, que criavam seus porcos presos.

Vale ressaltar que a falta de registros sobre a ocupação dos caboclos pode indicar a pouca importância que é dada socialmente a esse grupo, que por viver numa lógica estranha à lógica do capital, é muitas vezes considerado preguiçoso, displicente e até mesmo inferior.

Abramoway (1981) afirma que o mundo da propriedade, que é representada pela próxima frente de ocupação, só se afirmou graças à eliminação do mundo do usufruto, ou seja, a extinção social do caboclo.

A terceira frente de ocupação do sudoeste paranaense, formada por colonos provenientes do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, de descendência europeia, provocou profundas alterações culturais na região, principalmente a partir do final da década de 1940. Pelo grande número de migrantes em um pequeno espaço de tempo houve um rápido povoamento da região, baseado na pequena propriedade. Segundo Abramoway (1981), as propriedades dos colonos eram divididas em três partes: uma pequena área para pastagem, uma área com lavouras e uma área de capoeira ou pousio. Seu sistema de produção era

baseado na policultura-criação, fazendo uso da mecanização com trabalho animal semelhante ao modelo camponês europeu e na mão de obra familiar. Nesta fase inicial, o agricultor mantinha independência em relação ao mercado, uma vez que este não interferia em sua forma de produzir.

Segundo Perondi et al. (2002), tais migrantes ocuparam a região comprando a posse da terra dos caboclos, ocupando terras devolutas ou através de iniciativas colonizadoras tanto oficiais, como a Colônia Agrícola Nacional General Osório (CANGO), quanto privadas, como a Clevelândia Industrial Territorial Ltda. (CITLA).

Essa frente de ocupação foi marcada por um conflito que ficou na história do sudoeste paranaense, a Revolta dos Posseiros, em 1957. É preciso, pois, destacar aqui rapidamente a série de disputas territoriais que ocorreram nessa região ao longo do tempo até essa data e que demonstram por que o sudoeste paranaense possui características que o distinguem das demais regiões.

Pode-se considerar, como dito anteriormente, que a primeira disputa ocorrida na região foi entre os primeiros habitantes, os indígenas e os colonizadores luso-brasileiros, estes interessados principalmente na ocupação dos campos para a criação de gado. Na sequência, ocorreu uma série de disputas, muitas delas simultaneamente, pautadas em diversos interesses.

Uma dessas disputas foi desencadeada pela falta de definição na demarcação das fronteiras entre o Brasil e a Argentina, provocando a luta por um território conhecido como Contestado. Além disso, havia também a disputa entre os estados do Paraná e de Santa Catarina, o que fazia com que a região fosse considerada terra de ninguém. A disputa entre Brasil e Argentina, conhecida como Questão de Palmas, foi resolvida em 1895, com a arbitragem do presidente dos Estados Unidos, Stephen Grover Cleveland, a favor do Brasil. Com isso, a partir desta data, grande parte das terras do atual sudoeste paranaense passou definitivamente ao domínio brasileiro. Porém, a construção da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande por uma empresa multinacional, a Brazil Railway Co., de capital norte-americano e inglês, no início do Século XX, fez surgir mais uma disputa, desta vez entre posseiros que viviam na região e os donos dessa empresa.

Os antigos moradores do contestado eram, segundo Wachowicz (1987, p. 98), oriundos de “Lages, Palmas, Chapecó, São João, Campos Novos, os derrotados de 94³,

³ Os derrotados de 94 a que se refere Wachowicz (1987) correspondem aos federalistas, também conhecidos como maragatos, que lutaram na Revolução Federalista iniciada em 1892 no Rio Grande do Sul e foram derrotados em 1894 pelas tropas fiéis ao governo de Floriano Peixoto.

posseiros em profusão, desertores das polícias estaduais, foragidos da justiça dos estados meridionais etc.". Uma verdadeira miscelânea cultural formada por "negros e mulatos descendentes dos antigos escravos foragidos para a região, descendentes de índios [...], caboclos, imigrantes e/ou filhos de imigrantes etc." (WACHOWICZ, 1987, p. 99). A eles foram se incorporando muitos outros: gaúchos e catarinenses ex-integrantes das tropas federalistas, descendentes de poloneses e presidiários retirados das penitenciárias brasileiras, estes últimos que vieram trabalhar na construção de uma ferrovia (WACHOWICZ, 1987).

Como o governo brasileiro não dispunha de recursos financeiros para pagar a construção da ferrovia, o pagamento previsto no contrato seria feito através de terras devolutas, a serem tituladas pelo governo do Paraná. Nesse período, o Paraná perdia na justiça as terras do contestado para Santa Catarina, mantendo ainda, no entanto, a posse das mesmas. Numa jogada de 'esperteza' o governo paranaense titulou a empresa multinacional com as terras que passariam posteriormente para Santa Catarina. Santa Catarina, por sua vez, havia concedido essas mesmas terras ao empresário José Rupp, para exploração de madeira e erva mate. Esse foi o início de um emaranhado jurídico, repleto de desmandos políticos que desnudaram interesses econômicos e políticos absurdos⁴.

A empresa multinacional resolveu expulsar os habitantes das terras que lhe foram concedidas, desencadeando, assim, a Guerra do Contestado, cujo período foi de 1912 a 1916, e se caracterizou por um sangrento conflito marcado por questões políticas, econômicas, e até mesmo religiosas.

Nesse conturbado período, várias iniciativas separatistas surgiram na região, como a de uma Monarquia Sul Brasileira, que seria composta pelas três províncias do sul – Rio Grande, Santa Catarina e Paraná - e ainda pela anexação do Uruguai, a qual não logrou êxito. Ao mesmo tempo, surgiu o movimento pela criação de um estado independente, o Estado das Missões, por iniciativa de lideranças paranaenses inconformadas com a decisão do Supremo Tribunal Federal de dar ganho de causa a Santa Catarina na disputa pelas terras do contestado. Para resolver a questão, o governo federal interferiu nas negociações chegando-se finalmente a um acordo em 1916 em que o Paraná ficou com 20.000 km² e Santa Catarina 28.000 (WACHOWICZ, 1987).

Na década de 1930, inicia-se no país a discussão em torno da criação de territórios federais nas regiões de fronteira para acelerar o seu povoamento. De acordo com Wachowicz

⁴ Tal processo pode ser melhor entendido em Wachowicz (1987).

(1987), a Comissão da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro sugeriu a criação de 10 territórios, dentre eles o do Iguazu, que compreenderia o oeste e sudoeste do Paraná e oeste de Santa Catarina. Segundo o autor, tal proposta teve o apoio da população local, que se sentia abandonada pelos governos dos dois estados, pois a região era controlada por capitalistas argentinos.

No governo de Getúlio Vargas, o interventor federal do Paraná adotou algumas medidas para restabelecer a confiança no estado, como o Decreto nº 300, que fez retornar ao domínio do estado do Paraná as terras sob o domínio das empresas estrangeiras e uma forte campanha de nacionalização da região (WACHOWICZ, 1987). Surge assim um movimento pela ocupação e nacionalização da fronteira iniciado pelo estado do Paraná e encampado pelo governo federal, chamado Marcha para o Oeste. Abramoway (1981) afirma que a Marcha para o Oeste foi um dos mais ambiciosos objetivos do governo Getúlio Vargas: a ocupação de terras distantes e desocupadas, com base na pequena propriedade.

Wachowicz (1987) afirma que capitalistas gaúchos interessados em realizar excelentes negócios de terras na região eram contrários à cessão das terras das empresas para o estado do Paraná, pois isso atrapalharia seus negócios. Passaram então a fazer pressão sobre o presidente, que após assumir poderes ditatoriais, criou a Faixa de Fronteira, em 1937 e o Território Federal do Iguazu, em 1943, tirando dos estados os poderes de colonizar tais áreas.

Pelo Mapa 01 abaixo é possível observar a delimitação da faixa de fronteira, que adentra atualmente 150 km do território nacional e na qual está incluída grande parte da região sudoeste do Paraná.



Mapa 1- Mapa da Faixa de Fronteira
Fonte: Tomazoni (2002 apud BERNARTT, 2006, p. 38).

A criação do Território Federal do Iguazu foi acompanhada pela criação da Colônia Agrícola Nacional General Osório (CANGO), que distribuía gratuitamente propriedades agrícolas aos migrantes. No entanto, segundo Wachowicz (1981), sua criação foi um ato juridicamente arbitrário, uma vez que grande parte do território dessa Colônia estava em terras *sub judice*, pois a justiça não havia decidido ainda quem era o legítimo proprietário dessas terras: se o estado do Paraná ou a empresa estrangeira. Sendo a CANGO criação do governo federal não seria possível passar a escritura legal aos colonos que ali chegavam.

Sobre a CANGO, Abramoway (1981) a considerou uma das poucas experiências cujos resultados foram significativos, sendo um produto democrático nascido de uma iniciativa conservadora e ditatorial. No entanto, o autor destaca um aspecto interessante: apesar de ser um processo democrático, pois as terras eram distribuídas gratuitamente a todos que quisessem nelas trabalhar, havia a necessidade de ocupá-las como proprietário, o que não correspondia à racionalidade econômica do caboclo. Daí o fato de a maior parte dos que adquiriram as terras serem colonos de origem europeia.

Com o fim da ditadura imposta pelo Estado Novo, em 1945, lideranças políticas paranaenses encabeçaram o movimento para desfazer o Território Federal do Iguazu, o qual foi extinto na Constituinte de 1946. O fim do Território do Iguazu significou também o fim de um projeto histórico que beneficiava exclusivamente o Rio Grande do Sul, pois, segundo Wachowicz (1987), esse Território foi criado para ser colonizado preferencialmente por gaúchos. A CANGO e várias companhias imobiliárias, principalmente as de capital gaúcho, desenvolveram um processo acelerado de fixação de migrantes. A década de 1950 foi marcada por um grande afluxo de migrantes gaúchos e catarinenses para a região sudoeste, com predominância dos gaúchos. O crescimento da população foi tão grande nesse período que, segundo Lazier (1983), entre os anos de 1946 a 1956 a população da região aumentou em 504%.

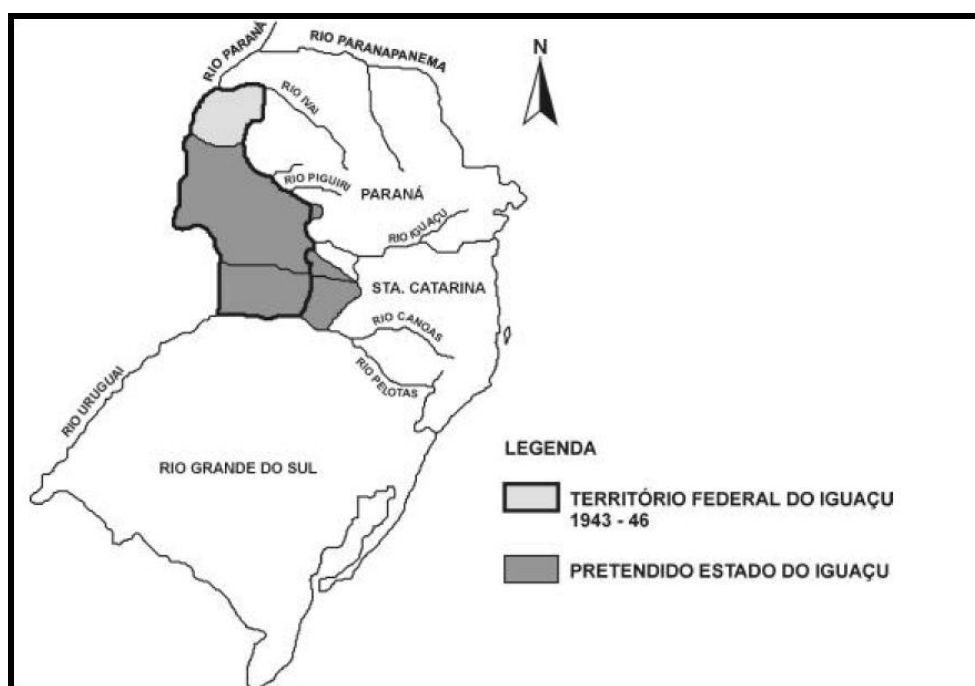
A década de 1950 foi marcada também por acirradas disputas entre as empresas que agiam ilegalmente na região, com amparo e participação de políticos poderosos e que se diziam donas das terras, e os colonos que receberam anteriormente essas mesmas terras gratuitamente através da CANGO ou através da compra da posse dos caboclos.

Num clima de guerra os colonos foram pressionados a assinarem promissórias e assumirem dívidas altíssimas, caso contrário seriam expulsos de suas terras e até mesmo mortos. Com o agravamento da violência e o descaso das autoridades, visto que as mesmas eram cúmplices das empresas exploradoras, os colonos resolveram dar um basta à absurda situação em que se encontravam, iniciando um processo de organização e luta. Assim, em

outubro de 1957 reagiram à ação das empresas e seus jagunços, finalizando um conflito que se estendia por sete anos na região.

Findo o conflito e com nenhuma medida sendo tomada por parte dos governos para regularizar a situação das terras no sudoeste, ganha fôlego novamente a ideia separatista, pois o projeto de emancipação regional não havia desaparecido completamente. Assim, em 1962 foi criada a Comissão Executiva Pró Criação do Estado do Iguaçu (CODEI).

Pelo Mapa 02 abaixo se pode verificar a delimitação do Território Federal do Iguaçu, assim como da proposta do Estado do Iguaçu.



Mapa 2 - Território Federal do Iguaçu e pretendido Estado do Iguaçu
Fonte: Wachowicz (1987, p. 131).

Segundo Wachowicz (1987), os principais argumentos apresentados pelo CODEI para a criação do Estado do Iguaçu foram: a quase ausência dos governos do Paraná e de Santa Catarina na região; a má localização das capitais; a quase ausência de escolas de boa qualidade para as novas gerações; a ocorrência de vários acontecimentos históricos na região que a tornavam diferente das demais (Questão de Palmas, Guerra do Contestado, proposta de criação do Estado das Missões, a existência do Território Federal do Iguaçu); formação étnica homogênea da região (a área proposta para esse estado era a que tinha maior número de migrantes do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, de descendência europeia); alta arrecadação pelos cofres estaduais e pouca reinversão na região. Nesse movimento, afirma Wachowicz (1987), foram as forças endógenas, os segmentos sociais urbanos, que buscaram essa

separação, ao contrário do Território, que era marcado por forças exógenas, de cima para baixo, do governo federal. Mas, por não possuir bases políticas nem populares, tal movimento teve vida curta. Porém, ressalta o autor, esse movimento propiciou o desenvolvimento e a sedimentação de uma identidade regional, projetou o homem sudoestino na política paranaense e a região passou a ter reconhecidas suas particularidades.

Em 1962, com a criação do Grupo Executivo de Terras para o Sudoeste do Paraná (GETSOP), que tinha a tarefa de titular as terras, e com a vinda do Presidente João Goulart e do Governador do Paraná Ney Braga a Pato Branco, começa-se um processo de tranquilidade na região, que a essa altura contava com 200.000 pessoas (WACHOWICZ, 1987).

Segundo Wachowicz (1987, p. 226), nesse período de indefinições quanto à propriedade da terra, entre 1957 e a criação do GETSOP em 1962, “foi destruída a maior concentração de araucárias do planeta”. Uma perda lastimável não só para a região, mas para o país e o mundo.

Na década de 1970, inicia-se um sistema agrário, vigente até a atualidade, caracterizado pela produção de leite e grãos mecanizados, conforme mencionado por Perondi (2007). Segundo o autor, as comunidades rurais existentes hoje na região sudoeste são o reflexo da agricultura familiar dos descendentes europeus da última fronteira colonial dos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, que com a Revolução Verde⁵ passaram a se diferenciar entre si de acordo com o grau de integração ao mercado.

A possibilidade de acúmulo de capital pelos suinocultores, o acesso ao crédito subsidiado e a detenção de terras planas, somados ao advento do calcário, foram os fatores citados pelo autor que determinaram essa diferenciação, pois nesse caso, houve a possibilidade de produção em escala motomecanizada.

Assim, o autor cita três sistemas agrários existentes atualmente, de acordo com as restrições ambientais e socioeconômicas: os agricultores de terras planas, os de encosta e os de terras mistas. Os primeiros são os que possuem condições de produzir de forma especializada e motomecanizada; os segundos têm sua produção baseada na policultura-criação e mecanização por tração animal; os terceiros são os que conseguem associar a policultura-criação com o acesso a tecnologias mais modernas via associativismo ou terceirização.

⁵ O termo Revolução Verde é utilizado para identificar o modelo de modernização da agricultura mundial [...] que tem como pilares a monocultura com plantas híbridas e o alto aporte de energia na forma de agrotóxicos, adubos e mecanização (FERRAZ, 2011).

De acordo com Corona (2003), as transformações que ocorreram na base técnica da produção camponesa – que inseriram a motomecanização, produtos químicos, defensivos e pesquisa genética na rotina do campo, no formato de um pacote tecnológico – provocaram alterações não só econômicas, mas na própria identidade do camponês. Tais transformações faziam parte do projeto de modernização do país proposto pelos militares, baseado em incentivos financeiros na forma de crédito agrícola, o que beneficiou somente uma pequena parcela dos agricultores, excluindo principalmente os menores. A política nacional de extensão rural criada nesse período contribuiu para a especialização da produção e acabou excluindo a maioria dos produtores que não tiveram condições de ter acesso a tal modernização. Assim, a modernização acabou provocando a exclusão do campo dos agricultores com poucos recursos e poucas terras, que por não atenderem os critérios exigidos para usufruírem dos financiamentos e, conseqüentemente, das inovações tecnológicas, mantiveram-se no ‘atraso’.

Corona (2003) afirma que a homogeneização pretendida pelo projeto de modernização não se efetivou plenamente. O que ocorreu, ao contrário, foi a junção de elementos da tradição camponesa com elementos da modernização, provocando uma diversidade nas formas de reprodução social dos agricultores familiares. Dessa forma, ocorreu, segundo a autora, uma mudança na identidade do colono que passou a se reconhecer como agricultor ou agricultor familiar, pois,

Ser “colono” durante os anos 1950/60 era pertencer ao projeto de “desenvolvimento” e “progresso” do país, contra o “atraso” dos caboclos e indígenas. [...] Na medida em que aquele modelo entrou em declínio, a partir da modernização, ser “colono” passou a significar ser “atrasado”, porque aderir ao projeto de modernização requeria substituir vários aspectos da tradição camponesa, presentes na vida do “colono” do sul (CORONA, 2003, p. 17).

Como a modernização no campo não conseguiu melhorar as condições de vida da maioria das populações rurais nem das urbanas, Corona (2003) afirma que na década de 1980, em pleno processo de redemocratização brasileira, surgiram mobilizações em defesa da agricultura familiar, a partir de movimentos sindicais e associativistas, que se contrapunham ao modelo modernizador e buscavam alternativas para os agricultores empobrecidos. A autora destaca o papel da Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (ASSESOAR) nesse processo, entidade composta e gerida por agricultores familiares sob influência da igreja católica e os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais vinculados à Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Esses movimentos foram tão fortes que, de acordo com Torrens (2007), o sudoeste paranaense passou a ser reconhecido nacionalmente como um dos berços do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), uma vez que na década de 1980 milhares de agricultores ocuparam latifúndios improdutivos da região, articulados em torno do Movimento dos Agricultores Sem Terra do Sudoeste (MASTES).

Segundo Wachowicz (1987), a Revolta dos Posseiros em 1957 e outras formas de organização dos colonos acabaram dando ao sudoeste a fama de ser a região mais politizada do Paraná. Por isso, é perceptível a força que associações, cooperativas, sindicatos, movimentos sociais, exercem na região, o que tem proporcionado de certa forma a sobrevivência da agricultura familiar frente ao mercado globalizado.

Segundo Lazier (1983), o povoamento efetivo da região sudoeste do Paraná ocorreu dentro da crise geral do sistema capitalista, no contexto da política de intervenção estatal na economia. O desenvolvimento regional acompanhou a política geral de desenvolvimento do Paraná e do Brasil, fazendo parte da conjuntura mundial, dinamizada pelo sistema capitalista.

As mudanças na estrutura agrária do Sudoeste ocorridas a partir de 1970 foram o resultado de um modelo econômico. Trata-se do surgimento de um núcleo capitalista da economia nacional, dinâmico e modernizante. A partir desse período a economia da região teve um grande desenvolvimento, com um aumento da receita agropecuária em 399% entre 1970 a 1975, resultante da modernização da agricultura (LAZIER, 1983).

O autor afirma que a modernização ocorreu no sudoeste do Paraná graças a vários fatores, dentre eles o crédito rural e o surgimento e desenvolvimento da indústria de tratores e petroquímica no Brasil. Essa modernização provocou transformações econômicas, sociais e culturais, como a concentração da renda e da propriedade agrícola, a expulsão do homem do campo, a passagem da produção de subsistência para a produção de exportação, de uma economia familiar para a especialização agrícola mecanizada, ocorrendo o início da passagem do setor primário à agroindústria. Mas a modernização da região só foi possível com a legalização da terra, ou seja, com a passagem do agricultor de posseiro à condição de proprietário, que dessa forma tinha acesso aos financiamentos (LAZIER, 1983).

Dessa forma, o sudoeste do Paraná enquadrou-se quase totalmente no processo de modernização em curso no país, surgindo assim um novo sudoeste, mais próximo do modelo de desenvolvimento brasileiro. Mas será que as transformações ocorridas na estrutura agrária contribuíram para uma melhora econômica e social da população regional? Alguns enriqueceram, mas a maioria piorou social e economicamente (LAZIER, 1983).

No entanto, esse processo de modernização não ocorreu de forma homogênea nem consensual. Há no sudoeste vários movimentos de resistência, que se contrapõem ao capital, que buscam autonomia frente ao mercado.

Torrens (2007) destaca esse movimento contraditório ocorrido no sudoeste paranaense nas últimas décadas, o que de certa forma não deixa de ser uma disputa entre o capital e o trabalho: de um lado a forte ação do Estado na implantação de um modelo conservador de desenvolvimento agrícola e rural; de outro, um movimento de organização e resistência por parte da agricultura familiar. Como a força do capital acabou sendo maior que a dos agricultores, o autor afirma que o perfil econômico regional que se configurou foi voltado para a produção de grãos, leite, carnes e, em menor escala, hortifruticultura.

Esse tem sido o desenrolar da ocupação e colonização do sudoeste do Paraná, o que possibilita compreender alguns aspectos predominantes na região, como a forte presença da agricultura familiar e a organização dos movimentos sociais, herança de um passado de lutas em torno da terra.

A seguir, apresentam-se alguns dados dessa região que a caracterizam em seus aspectos naturais, econômicos e sociais.

2.1.2 A Região Sudoeste do Paraná: expansão e caracterização atual

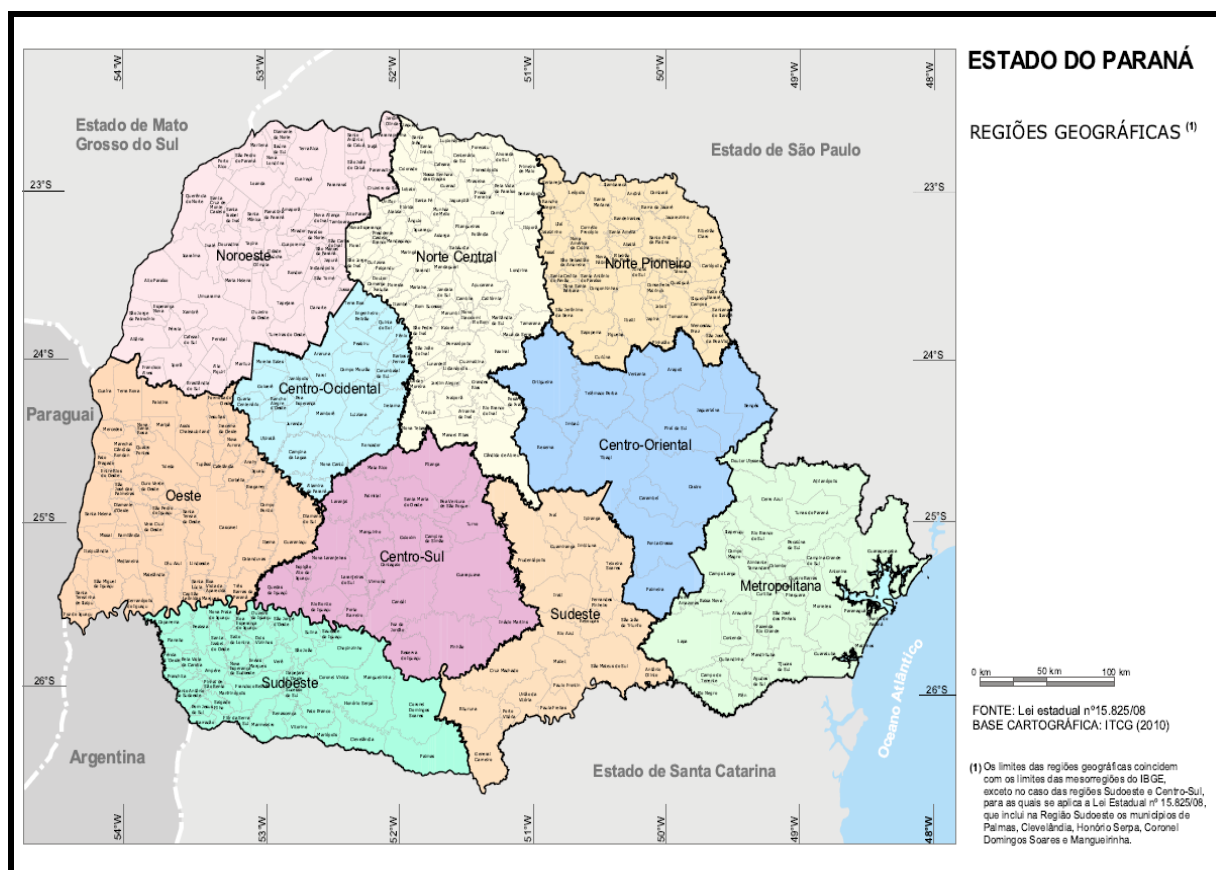
A região sudoeste do Paraná está localizada no Terceiro Planalto Paranaense, situada à margem esquerda do rio Iguaçu, fazendo divisa ao sul com o estado de Santa Catarina e a oeste com a República da Argentina.

Em relação ao número de municípios que compõem essa região, há divergências entre o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES). Para o IBGE, o sudoeste paranaense configura-se geograficamente como uma mesorregião, composta por 37 municípios, divididos em 3 microrregiões geográficas: Capanema, Francisco Beltrão e Pato Branco. Para o IPARDES, no entanto, o sudoeste é uma região geográfica composta por 42 municípios (o IPARDES considera mais 5 municípios, que segundo o IBGE, fariam parte da microrregião de Palmas e pertenceriam a outra mesorregião).

A divisão do IPARDES é amparada pela Lei Estadual nº 15.825/2008, que reconhece a inclusão dos 5 municípios para efeitos estatísticos de órgãos públicos do estado do Paraná.

Por sua vez, a Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná (AMSOP), entidade criada em 1968, com o objetivo de defender os interesses específicos da região, também considera os 42 municípios⁶ na composição regional.

Neste estudo, será considerada a divisão geográfica do IPARDES e da AMSOP, a qual pode ser visualizada no Mapa 03 abaixo.



Mapa 3 - Mapa das Regiões Geográficas do Estado do Paraná

Fonte: IPARDES (2010).

Disponível em: http://www.ipardes.gov.br/pdf/mapas/base_fisica/regioes_geograficas_base_2010.pdf. Acesso em: 10 out. 2011.

A região sudoeste do Paraná possui uma grande diversidade de ecossistemas, o que lhe permite cultivar espécies vegetais típicas de ambientes frios e quentes, resultando numa diversidade de produtos agrícolas. Isso acontece devido à variação de altitude e de clima que ocorre na região. Nas partes mais altas predomina o tipo climático temperado e nas partes mais baixas o subtropical. Entre esses dois tipos climáticos podem ser identificados ainda

⁶ Ampére, Barracão, Bela Vista da Caroba, Boa Esperança do Iguaçu, Bom Jesus do Sul, Bom Sucesso do Sul, Capanema, Chopinzinho, Clevelândia, Coronel Domingos Soares, Coronel Vivida, Cruzeiro do Iguaçu, Dois Vizinhos, Enéas Marques, Flor da Serra do Sul, Francisco Beltrão, Honório Serpa, Itapejara d'Oeste, Manfrinópolis, Mangueirinha, Marmeleiro, Mariópolis, Nova Esperança do Sudoeste, Nova Prata do Iguaçu, Palmas, Pato Branco, Pérola d'Oeste, Pinhal de São Bento, Planalto, Pranchita, Realeza, Renascença, Salgado Filho, Salto do Lontra, Santa Izabel do Oeste, Santo Antônio do Sudoeste, São João, São Jorge d'Oeste, Saudade do Iguaçu, Sulina, Verê e Vitorino.

cerca de dezoito microclimas, permitindo assim a diversidade de produtos agrícolas e pecuários (GRUPO GESTOR, 2011).

A região faz parte da Bacia Hidrográfica do Rio Iguaçu, composta por malhas hídricas abundantes e por muitas corredeiras, o que acabou favorecendo a construção de usinas e centrais hidrelétricas. As barragens hidroelétricas construídas geram impactos ambientais, como o risco de extinção de várias espécies de peixes existentes exclusivamente nesta região.

De acordo com os dados do Censo Demográfico 2010 do IBGE, a área territorial dessa região é de 17.057,8 km², com uma população de 587.496 habitantes. Pelos dados é possível verificar que os municípios mais populosos da região sudoeste (com uma população acima de 20.000 habitantes) são: Francisco Beltrão (78.943), Pato Branco (72.370), Palmas (42.888), Dois Vizinhos (36.179) e Coronel Vivida (21.749). Grande parte dos municípios restantes apresenta uma população abaixo de 10.000 habitantes.

Em relação à densidade demográfica os municípios de maior densidade são: Francisco Beltrão, Pato Branco e Dois Vizinhos. Já os municípios com maior índice de urbanização são: Pato Branco (94,1%), Palmas (92,8%), Clevelândia (85,6%), Francisco Beltrão (85,4%) e Dois Vizinhos (77,7%).

Quanto à distribuição da população entre as áreas urbana e rural, embora no total a maior parte da população do sudoeste encontra-se na área urbana (70,2%), vários municípios tem a maior parte de sua população distribuída na área rural. Dos 42 municípios do sudoeste paranaense, 40,5%, ou seja, 17 municípios, têm mais de 50% da população na área rural, sendo o município de maior percentagem Manfrinópolis, com 79,1%. Tais dados demonstram o papel que o rural desempenha no contexto regional. Se comparado ao estado do Paraná, que tem 14,7%, e ao país, que tem 15,6%, o percentual de residentes na área rural do sudoeste é bem superior (29,8%).

A agropecuária tem desempenhado um papel central na economia do sudoeste paranaense, destacando-se as culturas de soja e milho e a produção de aves e suínos. Além destas, pode-se incluir ainda a produção de fumo, feijão, mandioca, fruticultura e a produção bovina, que tem apresentado um forte crescimento nos últimos anos em função da importância dada à produção de leite.

Vem ocorrendo também na região uma tendência à diversificação das atividades agropecuárias e o crescimento da agricultura orgânica, acompanhada ainda pelo crescimento de atividades industriais e comerciais. Um mapeamento dos Arranjos Produtivos Locais do

Estado do Paraná identificou três atividades no sudoeste: softwares, confecções e móveis (IPARDES, 2006).

A distribuição do Valor Adicionado Fiscal (VAF) produzido em 2010 pela região sudoeste, por setor de atividade, permite verificar essas mudanças. A maior parte do VAF produzido em 2010 pela região sudoeste foi industrial, seguido pela produção primária, pelo comércio e serviços e, por fim, por recursos e autos. No entanto, vale considerar que grande parte das atividades industriais e de serviços do sudoeste desenvolveu-se a partir de e para atender as demandas da agropecuária.

Sendo assim, as atividades agropecuárias desempenham um importante papel na geração de postos de trabalho e renda, promovendo um dinamismo regional diferenciado, com as menores taxas de desemprego do estado do Paraná (IPARDES, 2006).

Outro ponto a ser destacado é o papel da agricultura familiar na estrutura fundiária da região sudoeste. Dos 44.479 estabelecimentos agropecuários existentes na região, de acordo com o Censo Agropecuário 2006 do IBGE, a grande maioria (88,9%) faz parte da agricultura familiar, embora esta ocupe pouco mais da metade (58,42%) da área dos estabelecimentos rurais (IBGE, 2006).

Quanto aos aspectos educacionais, além de possuir estabelecimentos de ensino nas esferas municipal, estadual e federal, a região sudoeste conta também com Casas Familiares Rurais (CFRs) que utilizam a Pedagogia da Alternância como uma alternativa para a educação no campo, visando à qualificação dos filhos de agricultores familiares. Existem atualmente no sudoeste 17 casas familiares rurais⁷. Tais casas são mantidas pelas associações locais – que congregam pais, lideranças, representantes de entidades e instituições públicas – e mantêm parcerias com a Secretaria de Estado de Educação e com as prefeituras municipais.

Em relação à educação superior, a região conta com diversas Instituições de Ensino Superior (IES) públicas⁸ e privadas⁹. Todas justificam sua inserção regional em prol do

⁷ As CRFs estão localizadas nos seguintes municípios: Bom Jesus do Sul, Capanema, Chopinzinho, Coronel Vivida, Dois Vizinhos, Enéas Marques, Francisco Beltrão, Manfrinópolis, Marmeleiro, Nova Prata do Iguçu, Pato Branco, Pérola do Oeste, Santa Izabel do Oeste, São Jorge do Oeste, Santo Antônio do Sudoeste, Sulina e Realeza.

⁸ Dentre as públicas tem-se: Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) com três Câmpus: Pato Branco, Dois Vizinhos e Francisco Beltrão; Universidade do Oeste do Paraná (UNIOESTE) com um Câmpus em Francisco Beltrão; Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO) com um Câmpus avançado em Chopinzinho e extensão em Coronel Vivida; Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) com um Câmpus em Realeza e mais recentemente a instalação de um Câmpus do Instituto Federal do Paraná (IFPR) na cidade de Palmas, que oferece cursos superiores.

⁹ Dentre as privadas tem-se: Faculdade de Pato Branco (FADEP) e Faculdade Mater Dei (FMD) em Pato Branco; Faculdade Palas Atena de Chopinzinho (FPA) em Chopinzinho; Faculdade Vizinhança Vale do Iguçu (VIZIVALI) e Faculdade Educacional de Dois Vizinhos (FAED) em Dois Vizinhos; Universidade Paranaense (UNIPAR), Faculdade de Direito Francisco Beltrão (CESUL), Faculdade Educacional de Francisco Beltrão

desenvolvimento. Além disso, a maioria dos municípios do sudoeste conta com educação superior ofertada na modalidade a distância. Essa modalidade tem tido um considerável crescimento nos últimos anos, sendo ofertada principalmente pela iniciativa privada.

O Quadro abaixo permite visualizar o quantitativo de matrículas na educação superior no ano de 2009.

Nível de ensino	Esfera				Total
	Privada	Pública			
		Municipal	Estadual	Federal	
Educação Superior	9.151	443	1.425	2.155	13.174

Quadro 1 - Matrículas na educação superior da região sudoeste do Paraná - 2009

Fonte: Adaptado de IPARDES (2011).

Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/imp/index.php>. Acesso em 21 nov. 2011.

2.1.3 A Região Sudoeste do Paraná: suas relações com o desenvolvimento

Somente a partir da década de 1940, com a política estatal voltada para a ocupação dos espaços vazios, denominada Marcha para o Oeste, a região sudoeste do Paraná entrou no circuito de desenvolvimento do país. Até então a região era invisível aos olhos do Estado.

Bernartt (2006, p. 40) afirma que a região sudoeste “já surge com manifestações em prol do desenvolvimento”. E a autora vai além, afirmando que o processo migratório, de mobilidade populacional, que possibilitou a colonização e o desenvolvimento da região, estava associado na verdade à mobilidade do trabalho e do capital.

No contexto nacional, o momento (a partir da década de 1940) era de grande euforia em torno do desenvolvimento. O período coincidia com o Pós-Segunda Guerra Mundial, momento de reestruturação da Europa, de surgimento de uma nova hegemonia econômica – os Estados Unidos da América – de propagação das ideias de modernização e progresso aos países do chamado Terceiro Mundo. O cenário previa mudanças profundas, num processo de expansão do capitalismo no Brasil e no mundo.

Bielschowsky (2000, p. 33) destaca que a ideologia econômica que predominou no Brasil nos anos de 1950, chamada desenvolvimentismo, foi considerada “o projeto de

(FEFB) em Francisco Beltrão; Fundação de Ensino Superior de Clevelândia (FESC) em Clevelândia; Faculdade UnilagOS (UNILAGOS) em Manguieirinha; Faculdade da Fronteira (FAF) em Barracão; Faculdade Iguaçu (FI) em Capanema; Faculdade de Realeza (CESREAL) em Realeza e Faculdade de Ampere (FAMPER) em Ampere.

superação do subdesenvolvimento através da industrialização integral, por meio de planejamento e decidido apoio estatal”. Com a política de substituição de importações e o incentivo à industrialização, a agricultura passou a desempenhar um papel fundamental: fornecer alimentos e matérias-primas ao mercado urbano industrial em expansão e consumir produtos gerados pela indústria, principalmente maquinários, produtos químicos e defensivos.

Era preciso se desenvolver a qualquer preço, aumentar a produção, se industrializar, construir estradas, ocupar os espaços vazios. O Estado passava a assumir o controle do desenvolvimento, embora com o pulso firme demais, pois de acordo com as análises de Pochmann (2010), no Brasil, somente no período de ditadura militar é que houve um planejamento nacional, uma intervenção planejada, segura e racional.

A partir da década de 1980 começou a haver mudanças na economia do sudoeste, até então restrita ao setor primário, com o surgimento de indústrias, principalmente de transformação, produtos alimentares, beneficiamento de madeira e de matérias plásticas (BERNARTT, 1999).

Durante essa década, as discussões em prol do desenvolvimento no país passaram por um período de enfraquecimento, sendo quase abandonadas, haja vista que essa década foi marcada por uma grave crise da dívida externa e pela transição política da ditadura para a democracia. Em contrapartida, ganhos sociais foram conquistados. Pochmann (2010) afirma que apesar do contexto econômico desfavorável, a emergência de medidas sociais amenizaram os efeitos perversos do ciclo da financeirização da riqueza.

Com efeito, na década de 1990 as discussões em prol do desenvolvimento retornaram à cena no panorama nacional e, segundo Bernartt (2006), no sudoeste paranaense não foi diferente.

Foi nessa época que se instalou na região a Unidade de Ensino Descentralizada de Pato Branco, vinculada ao então Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná (CEFET-PR), atual Câmpus Pato Branco da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, cujo início das atividades ocorreu em 1993. O surgimento dessa instituição foi fruto do Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico (PROTEC), do governo federal, que previa a expansão de unidades do CEFET-PR para o interior do estado do Paraná. A história dessa instituição será tratada de forma mais detalhada na próxima seção.

Nessa mesma época também se assistiu à expansão do ensino superior no sudoeste paranaense, o que pode ser melhor verificado nos estudos de Oliveira e Pezarico (2003), Bernartt (2006) e Turmena (2009).

Sobre a década de 1990, Pochmann (2006) considera que esta configurou uma nova fase de reinserção externa do país e de implantação de um novo modelo econômico, que promoveu a abertura comercial, a desregulamentação financeira, novas relações de trabalho – na verdade, a desestruturação do mercado de trabalho, com desemprego e trabalho precário.

De acordo com o receituário neoliberal que passou a ser seguido pelos países periféricos, o Estado teve seu papel revisitado. Pochmann (2010, p. 104) afirma que se desencadeou um processo de “privatização do espaço público, com a presença crescente das organizações sociais (OS) e das organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP), substituindo parcialmente a atuação do Estado”.

Nesse novo contexto as discussões estavam voltadas para o desenvolvimento regional. Políticas públicas foram formuladas com orientações ao desenvolvimento das regiões. Novas regionalizações foram criadas para atender a esse desenvolvimento de tipo ‘novo’, o que coincidiu com a criação do Ministério da Integração Nacional (MI), em 1999. Este Ministério, por meio de sua Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR), passa a ser responsável pela gestão da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) que, em 2007, foi elevada à condição de uma política de governo, e pela condução de programas e projetos de promoção do desenvolvimento regional nas mais diversas escalas: macro, micro e sub-regionais.

Um dos programas do MI é o Programa de Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-regionais (PROMESO), que busca a redução das desigualdades sociais e regionais, tendo como objetivos: “induzir a atuação integrada do Governo Federal em novas escalas especiais”, as chamadas Mesorregiões Diferenciadas¹⁰; “promover a identificação de demandas e soluções à chamada problemática regional com a participação efetiva da sociedade civil [...]” (BRASIL, 2011b) e ainda,

Buscar a superação dos desequilíbrios com base no fomento a todas as regiões que apresentem potencialidades e ativos de capital humano e social, parcerias, capacidade de construir planos e pactos, redes de cooperação entre agentes econômicos, cooperação entre instituições públicas e privadas (BRASIL, 2011b).

¹⁰ “As Mesorregiões Diferenciadas são espaços subnacionais contínuos que compreendem territórios de um ou mais Estados da Federação, menores que as macrorregiões, com identidades definidas e com objetivos específicos voltados para a identificação de potencialidades e vulnerabilidades socioeconômicas, culturais, político-institucionais e ambientais que propiciem uma ação mais efetiva das políticas públicas [...] na busca de uma ação territorial mais efetiva e coordenada, com o objetivo de contribuir para a redução das desigualdades regionais, promovendo novas dinâmicas de desenvolvimento” (BRASIL, 2011b).

No Plano Plurianual do Governo (PPA) 2000/2003, foram criadas treze Mesorregiões Diferenciadas no país, dentre elas a Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul, a qual abrange 415 municípios: todos os da região sudoeste do Paraná, os do oeste catarinense e os do noroeste do Rio Grande do Sul, como pode ser visualizado pelo Mapa 04 abaixo:



Mapa 4 - Mapa da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul

Fonte: BRASIL (2010)

Disponível em: <http://www.integracao.gov.br/programas/programasregionais/fronteira/abrangencia.asp>.

Acesso em: dez. 2010.

Em 2000, por iniciativa da Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná (AMSOP), foi criada a Agência de Desenvolvimento Regional do Sudoeste do Paraná (AGÊNCIA), com o papel de promover e estimular o desenvolvimento do sudoeste do Paraná, bem como operacionalizar as ações do PROMESO para a região sudoeste do Paraná. Essa Agência se caracteriza como uma Organização Não-Governamental (ONG) e se qualifica como uma OSCIP (AGÊNCIA, 2011).

O mais novo programa do MI é o Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF), que tem como principal objetivo desenvolver a Faixa de Fronteira “por meio de sua estruturação física, social e econômica, com ênfase na ativação das potencialidades locais e na articulação com outros países da América do Sul” (BRASIL, 2011c).

Este programa foi inserido no Plano Plurianual de Investimentos (PPA 2004-2007) e certamente afetará o sudoeste paraense, uma vez que grande parte dos municípios sudoestinos está localizada na faixa de fronteira.

Além de estar integrado à Política Nacional de Desenvolvimento Regional, o sudoeste paranaense passou a fazer parte também, a partir de 2003, de uma política direcionada ao desenvolvimento sustentável dos territórios rurais, proposta pelo governo brasileiro através da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Essa SDT tem como finalidade “articular, promover e apoiar as iniciativas da sociedade civil e dos poderes públicos, em prol do desenvolvimento de regiões onde predominam agricultores familiares e beneficiários da reforma e do reordenamento agrário” (BRASIL, 2011d).

Para isso, o MDA reformulou a Linha Infraestrutura e Serviços do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), com a criação do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT) no âmbito do Plano Plurianual (PPA 2004-2007). Essa nova proposta incorpora a dimensão espacial de desenvolvimento, estruturada por meio da abordagem territorial, substituindo a dinâmica setorial (indústria, agricultura, comércio etc) que até então vinha sendo adotada.

Segundo Hespanhol (2010, p. 125), ocorreu uma mudança na forma como o processo de desenvolvimento passou a ser visto: “se antes as diferenças regionais eram apreendidas como negativas, devendo ser eliminadas, na atualidade essas diferenças passaram a ser reconhecidas como características positivas a serem preservadas e valorizadas”.

Foi assim que, a partir de 2003, a região sudoeste se constituiu como Território Sudoeste do Paraná. A apresentação deste Território ocorrerá mais adiante, na contextualização do Grupo Gestor do Território Sudoeste do Paraná.

Com base no cenário exposto, pode-se dizer que nas relações que se estabeleceram na região sudoeste do Paraná, em torno da questão do desenvolvimento, há certa alternância entre momentos de pronta adesão às políticas públicas de desenvolvimento nacionais com outros de resistência e luta, o que possibilitou um novo contorno às próprias políticas nacionais.

É importante lembrar que nesta região estão situados três dos doze Câmpus da UTFPR. Na sequência, far-se-á a apresentação e contextualização do Câmpus Pato Branco, *locus* desta pesquisa.

2.2 A UTFPR CÂMPUS PATO BRANCO

Para contextualizar o Câmpus Pato Branco é preciso antes trazer à tona a trajetória da Universidade Federal do Paraná (UTFPR), uma vez que ele é reflexo das diretrizes que

emanam desta, embora tenha especificidades próprias. Assim, buscar-se-á primeiramente retomar sua origem e seu processo de interiorização e expansão, para em seguida verificar suas relações com o desenvolvimento.

2.2.1 A UTFPR Câmpus Pato Branco: origem, interiorização, expansão e atuação no sudoeste do Paraná.

A UTFPR é a primeira Universidade Tecnológica Federal criada no Brasil, através da Lei n. 11.184/2005, fazendo parte, no âmbito do sistema federal de ensino, da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, que é composta por: Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Institutos Federais, Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais, e Centros Federais de Educação Tecnológica – CEFET-RJ e CEFET-MG.

A trajetória dessa instituição é marcada por profundas transformações, processos de expansão, interiorização e internacionalização, que vão de sua criação como ‘Escola de Aprendizizes Artífices do Paraná’ em 1909, passando a ‘Liceu Industrial do Paraná’ em 1937, ‘Escola Técnica de Curitiba’ em 1942, ‘Escola Técnica Federal do Paraná’ em 1959, ‘Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná’ em 1978 e sua transformação em ‘Universidade Tecnológica Federal do Paraná’ em 2005.

A interiorização se deu a partir da década de 1990, sendo representada atualmente no estado do Paraná por seus 12 Câmpus: Curitiba (1909), Medianeira (1990), Cornélio Procópio (1993), Ponta Grossa (1993), Pato Branco (1993), Campo Mourão (1995), Dois Vizinhos (2003), Apucarana (2007), Londrina (2007), Toledo (2007), Francisco Beltrão (2008) e Guarapuava (2011).

A expansão se deu em vários momentos e de várias formas, ora rumo à interiorização, ora à internacionalização, ora à verticalização do ensino, ampliação de vagas, de acordo com as exigências do contexto econômico, político e social de cada momento.

A criação da UTFPR ocorreu no início do século passado, através do Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, do presidente Nilo Peçanha, que criou escolas profissionalizantes nas capitais¹¹ do país. No estado do Paraná, essa instituição foi

¹¹ Foram criadas Escolas de Aprendizizes Artífices nas 19 capitais dos estados brasileiros: Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe e Campos/RJ. Esta última foi a única criada fora da capital, pois o “Presidente do estado do Rio de Janeiro Alfredo Backer não se dispôs a oferecer ao governo

denominada “Escola de Aprendizes Artífices do Paraná”, cuja função era o ensino profissional, primário, gratuito. “Isso inaugurou, oficialmente, o ensino técnico profissionalizante no Paraná, em nível de escolaridade primária” (BERNARTT, 1999, p. 96). As considerações do referido decreto de criação, explicitadas abaixo, demonstram que a preocupação do governo não era necessariamente com o aspecto educacional:

Considerando: que o aumento constante da população das cidades exige que se facilite às classes proletárias os meios de vencer as dificuldades sempre crescentes da luta pela existência; que para isso se torna necessário, não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual, como fazel-os adquirir hábitos de trabalho profícuo, que os afastará da ociosidade ignorante, escola do vício e do crime; que é um dos primeiros deveres do Governo da República formar cidadãos úteis à Nação [...] (BRASIL, 1909).

Vê-se que, inicialmente, o objetivo de tal instituição era ‘ocupar os desocupados’, como forma de conter a violência e criminalidade das cidades, que já demonstravam um rápido crescimento “que trouxe a miséria, as epidemias, a falta de água, a formação de cortiços, o desemprego e o aumento da criminalidade, além da preocupação com o destino das crianças pobres, manifestada pelos jornais da época” (UNIVERSIDADE..., 2009a, p. 10). Nota-se um caráter assistencialista e ao mesmo tempo disciplinador, no sentido de tornar essas crianças ‘úteis à Nação’, leia-se, úteis ao trabalho.

O fato de as escolas serem criadas nas capitais dos estados, com exceção do Rio de Janeiro, mostra segundo Cunha (2000, p. 95), “uma preocupação mais política do que econômica”. Primeiro, porque a população e as atividades manufatureiras estavam distribuídas de forma desigual entre os estados, o que também exigiria uma distribuição diferenciada das escolas, e, segundo, porque em alguns casos as atividades manufatureiras não estavam concentradas nas capitais, demonstrando que se tratava de uma tentativa de cooptação, por parte do governo federal, de setores locais das oligarquias, instalando-se na sede do poder político de cada estado, que eram as capitais.

O contexto econômico e social do país nesse período, que corresponde à República Velha (1889-1930), não sofreu inicialmente grandes alterações em relação ao período anterior, Império, que era baseado em um modelo econômico agrário, com predomínio da monocultura, voltado à satisfação de um mercado externo e dependente e de uma grande desigualdade de classe. Segundo Pochmann (2010), a associação de um Estado mínimo com

federal facilidades físicas para a instalação da escola na capital do estado” (CUNHA, 2000, p. 95), o que fez com que o presidente Nilo Peçanha a instalasse na sua cidade natal, Campos.

um baixo dinamismo econômico da sociedade agrária contribuiu para a prevalência de uma estrutura social primitiva e atrasada em termos socioeconômicos. Ressalta-se também que, em função da cultura escravocrata, ainda muito presente, o trabalho e o ensino profissional não eram valorizados nessa época.

A década de 1930 significou uma ruptura com o período anterior, uma vez que, segundo Pochmann (2010), o desenvolvimento brasileiro, no longo prazo, pode ser dividido em dois padrões: o da sociedade agrária e o da sociedade urbano-industrial. Esta última ganhou força a partir da década de 1930, cujo movimento de industrialização nascente deslocou grande parte da população rural para as cidades.

Nesse período a instituição passou por várias mudanças: em 1936 mudou-se para a sede atual, na Rua Sete de Setembro, em Curitiba; em 1937 a mudança afetou o tipo de ensino ofertado e a denominação da instituição. A partir da Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937, passou a chamar-se “Liceu Industrial do Paraná” e acompanhando as exigências do novo contexto do país, que exigiam uma mão de obra mais qualificada para a indústria, passou a ministrar ensino industrial em nível ginasial. Isso fez com que o perfil dos alunos fosse aos poucos sendo alterado, pois “o ensino industrial se tornaria responsável por formar uma espécie de elite entre os trabalhadores” (UNIVERSIDADE..., 2009a, p. 13).

O cenário era marcado pela nova Constituição de 1937, que pela primeira vez abordava o ensino industrial, além de ter instituído o regime ditatorial do Estado Novo. Tal regime fazia uso dos Liceus para disseminar sua propaganda ideológica e buscar apoio popular – “as escolas foram estimuladas a fortalecer valores cívicos, a disciplina, o vigor físico, o trabalho” (UNIVERSIDADE..., 2010a, p. 36).

Segundo Pochmann (2010), a transição do Estado mínimo para o Estado desenvolvimentista, que começa a surgir nesse período, ocorreu acompanhada pelas desigualdades da sociedade agrária e pela restrição à democracia.

Em 1942, novas mudanças ocorreram na instituição com o advento da Lei Orgânica do Ensino Industrial¹², Decreto-Lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942. Por essa lei, o ensino industrial foi dividido em dois ciclos – o primeiro ciclo abrangendo o ensino industrial básico, ensino de mestría, ensino artesanal e de aprendizagem, e o segundo ciclo, o ensino técnico e ensino pedagógico. Outro ponto da Lei foi a possibilidade de os portadores de diploma de técnico ingressarem no ensino superior, desde que em cursos diretamente relacionados com o

¹² A Lei Orgânica do Ensino Industrial foi a primeira de uma série de legislações, denominada Reforma Capanema, que organizava a educação por ramos: industrial, secundário, comercial, normal e agrícola.

curso técnico concluído (BRASIL, 1942). Isso propiciou certa equiparação com o ensino secundário e uma formação mais completa ao aluno, futuro profissional das indústrias crescentes. Com essa mudança o nome dos Liceus foi alterado pelo Decreto-Lei nº 4.127, de 25 de fevereiro de 1942, para Escolas Técnicas, que no caso em questão passou a se chamar “Escola Técnica de Curitiba”.

A partir de 1945 vivia-se no país o auge do ciclo ideológico desenvolvimentista que, de acordo com Bielschowsky (2000), pregava a superação do subdesenvolvimento através da industrialização capitalista, planejada e apoiada pelo Estado. O contexto mundial era de surgimento de uma nova hegemonia, os Estados Unidos, que buscava propagar as ideias de modernização e progresso aos países do Terceiro Mundo.

Dentro desse cenário, em 1946, ocorreu um fato que certamente deu projeção à Escola Técnica de Curitiba frente às demais Escolas Técnicas do país. Trata-se da participação da instituição em um programa de cooperação entre Brasil e Estados Unidos, cujo objetivo era o de formar professores para atuar no ensino industrial. Esse acordo deu origem à Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial (CBAI) que, a partir de 1957, transferiu-se de Brasília para as dependências da Escola Técnica de Curitiba, escolhida para abrigar o Centro de Pesquisas e Treinamento de Professores, por ser considerada a mais bem equipada escola técnica da rede federal (UNIVERSIDADE..., 2010a). Esse fato propiciou a melhoria das instalações da instituição, a capacitação de seu corpo docente e sua notoriedade no estado e no país.

A partir das décadas de 1950 e 1960 as teorias que embasavam a educação e que começaram a entrar em evidência no Brasil foram as teorias da economia da educação, as quais consideravam a educação como um investimento, necessário para o desenvolvimento do país. Tais teorias consideravam a existência de uma alta correlação entre crescimento econômico e nível educacional (FREITAG, 2005).

Em 1959, uma nova mudança na legislação que regia o ensino industrial ocorreu através da Lei nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959, por meio da qual as escolas técnicas e industriais foram transformadas em autarquias, conquistando com isso maior autonomia. O ensino técnico passou por um processo de unificação em todo o país, acabando assim a organização por ramos de ensino. Essa mudança se fez acompanhar por uma nova alteração no nome da instituição que passou a denominar-se “Escola Técnica Federal do Paraná”.

Com a Lei nº 4.024/1961, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o ensino industrial foi dividido em ensino ginásial, com duração de quatro anos, e ensino colegial, com o mínimo de três anos. A junção desses dois ciclos era chamada de ensino médio e abrangia,

entre outros, os cursos secundários, técnicos e de formação de professores para o ensino primário e pré-primário (BRASIL, 1961). De acordo com Lima Filho (2002), esta lei significou uma conquista para o ensino técnico industrial do país, pois a equiparação aos demais cursos secundários permitiu o acesso dos alunos egressos ao ensino superior, sem restrições, o que aumentou o valor dado ao ensino industrial e às instituições que o ofereciam.

Na década de 1960, o contexto do país passava a exigir cada vez mais mão de obra qualificada para as indústrias, o que fez com que o número de vagas nas escolas técnicas fosse ampliado. Além disso, a legislação educacional foi direcionada para atender essa demanda por mão de obra, com a Lei nº 5.692/71, que fixou as diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus tornando obrigatória a qualificação para o trabalho no ensino de 2º grau (atual ensino médio).

Pode-se dizer que no plano educacional as décadas de 1960 e 1970 foram marcadas pela pedagogia tecnicista, baseada no pressuposto da neutralidade científica, nos princípios de eficiência, produtividade e racionalidade. De cunho instrumental e sob forte influência americana, essa pedagogia provocou mudanças significativas na educação brasileira, como, por exemplo, a especialização das funções e fragmentação do processo ensino-aprendizagem; ênfase no uso de tecnologias de ensino; e predomínio da teoria do capital humano, que considera a educação como um investimento.

A Escola Técnica Federal do Paraná apresentava marcas dessa pedagogia, pois a formação de seus profissionais recebeu influências das orientações americanas. Por ser reconhecida nacionalmente pela qualidade do seu ensino, por sua estrutura física e formação de seus profissionais, a Escola Técnica Federal do Paraná foi escolhida pelo governo federal para ofertar cursos superiores de curta duração. Tais cursos, chamados de Engenharia de Operação, eram adaptados do modelo europeu de cursos superiores de engenharia de curta duração e tiveram início em 1974 (UNIVERSIDADE..., 2010a).

No contexto estadual, teve início, a partir de 1973, a instalação da cidade industrial de Curitiba, o que fez aumentar as possibilidades de emprego para os alunos do ensino profissional, ampliando assim a procura e valorização por esse tipo de ensino (UNIVERSIDADE..., 2010a).

Em 1978, a instituição foi transformada em “Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná” (CEFET-PR), tendo os cursos de Engenharia de Operação, de curta duração, transformados em Engenharia Industrial, de graduação plena. Esta transformação possibilitou também a oferta de cursos de extensão, aperfeiçoamento e especializações na área

técnica e industrial e de intercâmbio com instituições nacionais e estrangeiras (UNIVERSIDADE, 2010a).

Na década de 1980, a instituição retoma os cursos superiores de curta duração, com os cursos superiores de tecnologia, que tinham sua criação incentivada pelo Ministério da Educação (MEC). Outros destaques do período foram: o investimento na formação do corpo docente, com cursos emergenciais, conhecidos como Esquema I e Esquema II; a criação do primeiro programa de pós-graduação *stricto sensu*, em 1988; a busca de uma maior aproximação com o meio empresarial; melhoria das instalações, laboratórios, oficinas, equipamentos, biblioteca, recursos de informática e comunicação, adequação dos currículos à nova realidade; desenvolvimento de pesquisas; criação do programa editorial, dentre outros (UNIVERSIDADE..., 2010a).

Na legislação educacional brasileira, a Lei nº 7.044/1982 alterou a Lei nº 5.692/1971 nos dispositivos que tratavam da profissionalização, substituindo a qualificação para o trabalho pela preparação para o trabalho. Com isso, acabou-se a obrigatoriedade de qualificação para o trabalho no ensino de 2º grau (atual nível médio).

No final da década de 1980, em atendimento à solicitação feita pelo MEC, iniciaram-se os trabalhos voltados para a expansão da instituição para o interior do estado.

A década de 1990 foi marcada por muitas mudanças na instituição. Tais mudanças consistiram em reflexo do contexto mundial, baseadas no surgimento de um novo paradigma da organização do trabalho, que exigia um trabalhador mais flexível; de um novo posicionamento do Estado, o Estado mínimo; de propagação de ideias neoliberais e de desenvolvimento do processo de globalização.

No âmbito educacional, Frigotto (2006, p. 265) afirma que o que ocorreu no ideário pedagógico brasileiro foi “uma travessia da ditadura civil-militar para uma ditadura do mercado”. O primeiro período de ditadura, década de 1960 a 1980, foi marcado pela ideologia do capital humano; ao passo que o segundo, década de 1990, as teses em vigor são da sociedade do conhecimento, pedagogia das competências e da empregabilidade.

Assim, além da expansão da instituição para o interior do estado assistiu-se a grandes mudanças na legislação educacional, como a nova Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/96, e a reforma da educação profissional, que iam ao encontro do atendimento das exigências desse novo contexto mundial.

Segundo Amorim (2002), a reforma da educação profissional foi inspirada nas exigências impostas pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) ao Brasil, como

forma deste receber recursos para seu Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP)¹³.

O maior impacto dessa reforma no âmbito do então CEFET-PR foi a extinção dos cursos técnicos integrados ao ensino médio e sua substituição por cursos básicos (sem exigência de escolaridade), técnicos (desvinculados do ensino médio) e de tecnologia (superiores de curta duração). Essas mudanças na legislação educacional da década de 1990 provocaram mudanças no rumo da instituição, que, a partir de então, teve o foco direcionado à sua transformação em universidade tecnológica. Tal possibilidade surgiu a partir do parágrafo único do art. 52 da nova LDB, que facultava a criação de universidades especializadas por campo do saber.

Segundo Lima Filho (2002, p. 251), tal processo não se deu de forma consensual, mas foi fruto de “um processo tenso e conflituoso”, em que a decisão que prevaleceu resultou “do embate de posições divergentes ou convergentes – conciliáveis ou contraditórias – do qual tiveram participação importante: o poder exercido pelas direções, a resistência organizada pelo movimento sindical docente e as manifestações do movimento estudantil”.

Em 2004, após processo de mudança política no governo federal, é editado o Decreto nº 5.154, revogando assim o Decreto 2.208/1997, que acabava com os cursos técnicos integrados. Esse novo decreto traz a possibilidade da oferta de cursos técnicos integrados ao ensino médio, sem, no entanto, abolir os cursos concomitantes e subsequentes. Com isso a instituição retorna a oferta de cursos integrados ao ensino médio, mantendo outros subsequentes.

Em 2005, com a Lei nº 11.184, de 07 de outubro, ocorre a transformação do CEFET-PR em "Universidade Tecnológica Federal do Paraná". A partir disso, a instituição tem passado por mudanças pedagógicas e administrativas para se adaptar à nova realidade institucional.

De lá para cá novas mudanças foram ocorrendo na instituição, em virtude das políticas de desenvolvimento e educacionais do país.

Com o lançamento do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), em 2007, vários decretos, leis, portarias e resoluções foram editados para viabilizar a consecução deste Plano. No âmbito da educação superior, seu impacto se deu através de duas legislações principais que compõem o plano: o Decreto nº 6.096/2007, que Instituiu o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) e a Lei nº

¹³ A respeito da reforma da educação profissional e suas implicações na instituição ver Lima Filho (2002).

11.892/2008, que Instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, da qual a UTFPR faz parte, e que criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

O REUNI busca ampliar o acesso e permanência de alunos na educação superior por meio do aumento de vagas nos cursos de graduação, ampliação da oferta de cursos noturnos, aumento do número de alunos por professor, redução dos custos por aluno, flexibilização de currículos, elevação da taxa de conclusão das graduações presenciais, diminuição da evasão e inovações pedagógicas, ampliando a estrutura física, acadêmica e pedagógica das instituições federais de educação superior. Para tanto, as universidades interessadas em receber os recursos tiveram que enviar seus projetos de reestruturação para o MEC. A UTFPR aderiu ao REUNI, tendo, a partir de 2008, o início da ampliação de sua estrutura física, recursos humanos, cursos e número de vagas.

O ponto crítico de tal legislação, conforme documento do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN, 2007, p. 8) é a questão de que a proposta do governo é “ampliar o acesso à universidade sem a correspondente ampliação dos investimentos feitos pelo Estado”. Isso é agravado por outra lei, a Lei nº 10.973/2004, Lei da Inovação Tecnológica, que tem como objetivo “facilitar a interação entre universidades, institutos tecnológicos e o setor produtivo, estimulando o desenvolvimento de produtos e processos inovadores e melhorando a competitividade do país” (SILVA, 2006, p. 67). Por trás dessa lei o que pode ocorrer é uma apropriação, pelo setor privado, dos recursos (infraestrutura e recursos humanos) das instituições públicas, em que as mesmas passariam a atender às demandas do mercado.

Pela Lei nº 11.892/2008 os antigos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), Escolas Técnicas Federais, Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais e Escolas Agrotécnicas Federais poderiam se agregar formando uma única instituição, o Instituto Federal, com autonomia para ministrar, além dos seus cursos de origem, licenciaturas, bacharelados, engenharias, pós-graduação *lato sensu*, pós-graduação *stricto sensu*, desenvolver pesquisa aplicada, dentre outros.

A preocupação que se coloca em relação a essas duas formas de expansão está relacionada à manutenção dessas instituições, pois as metas a serem atingidas para que as mesmas recebam os recursos desconsidera o passivo que essas instituições vem acumulando ao longo de vários anos de uma política educacional de desmantelamento da educação pública.

Outra preocupação, que também está relacionada ao financiamento, é a questão da pesquisa: qual tipo de pesquisa espera-se de tais instituições? Pela análise dos documentos legais, tanto da UTFPR quanto dos Institutos Federais, a pesquisa que está sendo proposta é a pesquisa aplicada. Para Lima Filho (2006, p. 43), o setor empresarial brasileiro não investe em pesquisa e busca se apropriar dos CEFETs para que essas instituições passem a produzir “protótipos e adequações tecnológicas requeridas pela competição intercapitalista”, ou seja, o público a serviço do privado e não da sociedade, uma vez que esta não se restringe apenas a empresas.

Em 2009, a instituição aderiu totalmente a uma nova proposta do governo, que consiste em utilizar as notas do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) na seleção de seus alunos de graduação, adotando o Sistema de Seleção Unificada (SISU). Tal proposta foi posta em prática a partir de 2010, atraindo alunos de várias partes do país para seus cursos e mudando o perfil de sua clientela, que deixou de ser tão regionalizada.

Quanto ao processo de internacionalização, apesar de vir sendo desenvolvido há muitos anos pela instituição, tem sido ampliado recentemente, acompanhando também a tendência do momento. Pode-se considerar seu início a partir do momento em que a Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial (CBAI), citada anteriormente, começou a atuar dentro das dependências da instituição, na década de 1950. Na década de 1980, iniciativas de cooperação internacional foram firmadas, resultando na institucionalização, em 2000, de programas de intercâmbio de estudantes e professores (UNIVERSIDADE..., 2010a, p. 89). Atualmente esses programas têm sido incentivados pelo governo federal, com ampliação no número de bolsas no exterior (UNIVERSIDADE..., 2011a).

Verificando a história dessa instituição, contada no Livro comemorativo ao seu centenário ‘UTFPR: uma história de 100 anos’ e na Revista ‘Universidade Tecnológica Federal do Paraná Edição comemorativa 100 anos’ percebe-se que inicialmente “havia, mesmo, uma proximidade da escola que estava surgindo, com a área empresarial, já que os interesses eram convergentes” (UNIVERSIDADE..., 2010a, p. 16), proximidade esta que se manteve ao longo do tempo.

Percebe-se ainda o pronto atendimento por parte dos dirigentes da instituição às determinações que vinham dos órgãos superiores do governo. Essa característica de adaptação, ao invés de contraposição por parte dos dirigentes da instituição, pode ser verificada no relato de um ex-diretor geral: “a instituição sempre foi dirigida por pessoas que se adaptavam às exigências de cada época” (UNIVERSIDADE..., 2009a, p. 65).

Outro ponto saliente é a busca constante da instituição em se destacar e se diferenciar das demais instituições federais congêneres, como pode ser observado no relatório elaborado por um Diretor-Geral, referente à sua gestão, que foi de 1984 a 1987. No documento o diretor afirma que duas orientações básicas deveriam conduzir suas ações, dentre elas:

Criar, ampliar e intensificar as condições e recursos necessários para que o Centro Federal conquistasse seu espaço no âmbito das Instituições de Ensino Superior, se afirmasse como entidade com **características peculiares e diferenciadas das demais instituições**, continuasse a oferecer ensino com excelência e alcançasse seus objetivos com plenitude (UNIVERSIDADE..., 2010a, p. 86, grifo nosso).

No relato de outros ex-diretores da instituição também é possível verificar essa característica de querer ser diferente, ser melhor, ser elite, de estar à frente, de vencer: “o sonho que eu, ao lado de outros colegas, tínhamos de transformar a Escola Técnica, que já era uma **instituição de elite**, em um centro de educação profissional de nível superior de fato aconteceu [...]” (UNIVERSIDADE..., 2009a, p. 62 grifo nosso); “essa trajetória ilustra nosso **perfil inovador e vitorioso**, sempre apoiado num projeto institucional que foi aprimorado e fortalecido por sucessivas gestões” (UNIVERSIDADE..., 2009a, p. 66 grifo nosso).

Havia ainda o orgulho pela mudança no perfil da clientela da instituição, presente na fala de dois ex-dirigentes: “de uma escola de aprendizes artífices, **para o filho dos outros**, tornou-se uma instituição de renome **para os nossos filhos** [...]” (UNIVERSIDADE..., 2009a, p. 64 grifo nosso); e ainda, “[...] ao longo dos anos ela passou de escola **para o filho dos outros** a uma instituição em que professores, dirigentes e funcionários sonham em ter **seus filhos** nela [...]” (UNIVERSIDADE..., 2009a, p. 65 grifo nosso).

Esses foram alguns aspectos das transformações que ocorreram na instituição ao longo do tempo e que deixaram marcas no presente.

O processo de interiorização da instituição teve início na década de 1990, resultante do Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico (PROTEC), do governo federal, que previa a instalação de Unidades de Ensino Descentralizadas (UNEDs) no interior dos estados.

Esse processo surgiu a partir da constatação, por parte do MEC, de que o avanço da industrialização no país estava fazendo surgir parques industriais em locais afastados dos grandes centros, transformando essas localidades em pólos de desenvolvimento e de que nessas localidades faltava pessoal qualificado para atender as necessidades das indústrias (UNIVERSIDADE..., 2010a).

Assim, para atender essa demanda, foi oficializada em 1986 a criação de UNEDs, que seriam vinculadas às escolas técnicas federais, escolas agrotécnicas federais e aos centros

federais de educação tecnológica, integrando a rede federal de educação tecnológica (UNIVERSIDADE..., 2010a).

A primeira UNED implantada foi a de Medianeira, na região oeste do estado, que entrou em funcionamento em 1990. Em 1993 foram implantadas as unidades de Cornélio Procopio, Ponta Grossa e Pato Branco, situadas nas regiões norte pioneiro, centro-oriental e sudoeste, respectivamente. Em 1995 ocorreu a implantação de Campo Mourão, na região centro-ocidental. Em 2003, a Unidade existente no município de Dois Vizinhos, no sudoeste paranaense, vinculada à Escola Agrotécnica Federal de Rio do Sul-SC foi incorporada ao sistema CEFET. Em 2007 iniciaram suas atividades os Câmpus de Apucarana, Londrina e Toledo, estando os dois primeiros situados na região norte central e o último na região oeste. Em 2008 entrou em funcionamento o Câmpus Francisco Beltrão, no sudoeste do estado e em 2011 o Câmpus Guarapuava, na região centro-sul, totalizando doze Câmpus até o momento.

A figura 01 abaixo apresenta a distribuição dos Câmpus da UTFPR pelo estado do Paraná.



Figura 1- Localização dos 12 Câmpus da UTFPR no estado do Paraná

Fonte: UTFPR (2010b)

Disponível em: <http://www.utfpr.edu.br/a-instituicao/informacoes-e-indicadores-universitarios/catalogo-de-cursos-2010/view> Acesso em: 15 out. 2011.

Cabe ressaltar a contribuição desempenhada pelo Câmpus Pato Branco aos Câmpus Dois Vizinhos e Francisco Beltrão no início do funcionamento destes. O primeiro, ao ser incorporado ao CEFET-PR em 2003 ficou sob a administração do Câmpus Pato Branco até o ano de 2006, adquirindo autonomia a partir de então e o segundo ficou sob a gestão

administrativa do Câmpus Pato Branco quando da incorporação do Centro de Excelência em Educação Profissional (TEXCEL) de Francisco Beltrão à UTFPR em 2007.

Apesar de suas especificidades, os Câmpus da UTFPR seguem determinados princípios e valores historicamente estabelecidos e que denotam a preocupação com o desenvolvimento das regiões onde estão inseridos, como: “o respeito às características de cada região, orientando a oferta de cursos que atendam às demandas locais e regionais”; “a promoção e o apoio às atividades extensionistas, levando às comunidades locais e regionais a produção acadêmica desenvolvida pela Universidade como forma de contribuição à emancipação econômica e social dessas localidades” e “a participação nas iniciativas locais de incubadoras e parques tecnológicos como estímulo ao desenvolvimento regional” (UNIVERSIDADE..., 2009b, p. 44-45).

Pode-se verificar que esse processo de interiorização da instituição, que teve início na década de 1990, coincidiu com o contexto econômico, político e social maior, que tinha as discussões voltadas para o desenvolvimento regional. Como já visto anteriormente, na contextualização da região sudoeste, políticas públicas foram formuladas em âmbito nacional com orientações ao desenvolvimento das regiões e novas regionalizações foram criadas para atender a esse desenvolvimento de tipo ‘novo’.

No caso específico do sudoeste paranaense, este também acompanhou esse movimento maior de expansão do capital e reestruturação produtiva, porém, por suas especificidades, já tratadas anteriormente, esse movimento foi adquirindo contornos e formas que se fizeram acompanhar de resistências, avanços e recuos, e o Câmpus Pato Branco, imerso nesse contexto, não passou imune a esses processos.

No momento atual assiste-se a um novo processo de interiorização das instituições federais, dentro de um processo de expansão nunca visto antes em que as universidades federais estão sendo chamadas a “interagir com as vocações e as culturas regionais, repartindo o saber e a tecnologia com toda a sociedade”. O foco desse processo passa a ser o atendimento “das necessidades e vocações econômicas de cada região” (BRASIL, 2011a).

É nesse contexto que, a seguir, passa-se à contextualização do Câmpus Pato Branco, considerando suas relações com o desenvolvimento.

2.2.2 A UTFPR Câmpus Pato Branco: expansão e relações com o desenvolvimento

O Câmpus Pato Branco teve seu surgimento envolto em uma promessa de desenvolvimento para a cidade e para a região sudoeste.

A euforia em torno do desenvolvimento que a vinda da instituição poderia trazer para a região pode ser verificada em alguns documentos que revelam que a instalação da instituição em Pato Branco “vai figurar mesmo como marco divisor: Pato Branco do antes; Pato Branco do depois” e que “no rastro do CEFET vão vir as empresas. As pequenas, as médias, as grandes. As nacionais, as multinacionais. Aqui elas têm o que priorizam na escolha da área para se instalar: mão de obra especializada local”. E ainda, “o CEFET é o fulcro que faltava ao Sudoeste para que pudesse manifestar as potencialidades naturais e as de sua gente” (CENTRO FEDERAL..., 2003, p. 6).

Tempos depois se afirmava que o Câmpus Pato Branco “foi determinante no desenvolvimento da cidade, que adotou um novo perfil” e que “o município promoveu a diversificação de sua economia ao oferecer incentivos fiscais a empresas dos setores de informática e eletroeletrônico” (UNIVERSIDADE..., 2010a, p. 143). Assim, percebe-se a forte expectativa de desenvolvimento criada com a presença do Câmpus na região e seus reflexos já sentidos no município de Pato Branco.

Outro aspecto relevante é que, apesar de iniciar suas atividades em 1993 ofertando cursos técnicos integrados ao ensino médio, como as demais UNEDs da época, logo em seguida, em 1994, ocorreu a incorporação da Fundação de Ensino Superior de Pato Branco (FUNESP), que possibilitou a oferta de cursos de nível superior.

Esse fato novamente causou euforia na cidade, como pode ser observado pelas notícias veiculadas na imprensa local:

10 ANOS EM 1. FUNESP AGORA É CEFET. [...] Pato Branco será a segunda cidade do Paraná – a outra é Curitiba – a contar com ensino superior custeado pelo governo federal. E isso já a partir do ano que vem. Segundo o prefeito Delvino Longhi, é como evoluir ‘10 anos em 1’. Jornal Correio do Sudoeste, 03 de agosto de 1993 (CENTRO FEDERAL..., 2003, p. 7).

Vê-se o quanto é forte a ideia de evolução e progresso presente na nota acima, denotando a importância que este evento significou para a população local. Em outra matéria do mesmo jornal tem-se ainda:

UNIVERSIDADE FEDERAL, UM SONHO QUE VIROU REALIDADE. O município possui, a partir deste advento, com certeza a maior estrutura educacional do interior do Paraná, com padrão de 1º mundo, graças à competência do CEFET (...) Claynor Fernando Mazzarolo – presidente da ACIPB. Jornal Correio do Sudoeste, 08 de agosto de 1993 (CENTRO FEDERAL..., 2003, p. 7).

A nota acima já tratava a instituição como universidade, embora faltasse ainda um longo trajeto até essa transformação. Porém, é nítido o orgulho que a oferta de educação superior por uma instituição federal despertava nas pessoas.

Em relação aos cursos ofertados pelo Câmpus, alguns sofreram modificações, outros foram extintos e muitos outros foram surgindo ao longo do tempo. Os cursos técnicos iniciados em 1993 foram de Eletrônica e Edificações. Em 1994 foi ofertado mais um curso técnico – Eletromecânica – e deu-se continuidade aos seguintes cursos superiores da FUNESP: Administração, Ciências Contábeis, Agronomia, Ciências com habilitação em Matemática e Tecnologia em Processamento de Dados. A exceção foi o curso de Licenciatura em Letras, que foi extinto.

O fato de ofertar cursos superiores, inclusive em áreas não comuns às instituições federais de educação tecnológica, alterou a estrutura pedagógica do Câmpus, propiciando a diversificação de seu corpo docente, que passou a ser composto por várias áreas do conhecimento e também sua maior qualificação, uma vez que se fazia necessária uma formação mais qualificada em função da oferta desses cursos. Pode-se considerar esse fato como um diferencial do Câmpus Pato Branco em relação aos demais Câmpus da UTFPR, por praticamente já nascer ofertando cursos superiores em um amplo leque de áreas do conhecimento. Isso trouxe, na sequência, a possibilidade da oferta de especializações e o desenvolvimento de pesquisas.

Do período de 1993 a 1998 teve-se, além do início dos cursos técnicos integrados ao ensino médio em 1993 e da incorporação da FUNESP em 1994, a extinção dos referidos cursos técnicos em 1998 e a oferta em seu lugar do curso de Ensino Médio, de acordo com as mudanças ocorridas na legislação da educação profissional na década de 1990. No ano de 1996 o curso de Ciências com habilitação em Matemática, herdado da antiga FUNESP, foi transformado em Licenciatura em Matemática.

Em 1998 deu-se o surgimento da Incubadora Gene Empreender, oriunda do Programa SOFTEX¹⁴ e fruto do direcionamento do Câmpus aos processos de transferência e inovação tecnológica. Em 1999 foi criado o Hotel Tecnológico, com o intuito de abrigar os projetos de transferência de tecnologia dos alunos e em 2003 a Incubadora de Tecnologia de Informação e Comunicação (INTIC). Esse processo gerou vários empreendimentos

¹⁴ O Programa Nacional de Software para Exportação, denominado SOFTEX 2000, tinha como objetivo estimular o surgimento de uma indústria brasileira de software voltada para a exportação. Tal programa foi fruto das políticas governamentais para a área de informática iniciadas na década de 1990. Hoje esse programa é denominado Programa para Promoção da Excelência do Software Brasileiro. (ASSOCIAÇÃO..., 2011).

tecnológicos para o município de Pato Branco e região sudoeste do Paraná (UNIVERSIDADE..., 2011b).

O Relatório do IPARDES de 2006 que trata dos Arranjos Produtivos Locais (APLs) do Paraná, mais especificamente do APL de Software de Pato Branco, Dois Vizinhos e Região Sudoeste afirma que, apesar da agricultura ser uma atividade econômica muito forte na região sudoeste, outras atividades tem se destacado, principalmente industriais e comerciais. O documento afirma ainda que o marco inicial para o desenvolvimento de software em Pato Branco e também no sudoeste paranaense foi a criação do Curso de Tecnologia em Processamento de Dados da FUNESP, posteriormente incorporado e continuado pelo CEFET-PR, por ter formado grande parte dos empresários do setor (IPARDES, 2006).

Em 1999, ainda em conformidade com as mudanças envolvendo a educação profissional, foram criados os Cursos Superiores de Tecnologia em: Eletrônica, Construção Civil, Eletromecânica e Informática. Tais cursos sofreram alterações em suas matrizes curriculares e nomenclaturas para melhor se adequarem às exigências do MEC. Nesse mesmo ano foi extinto o Curso Superior de Tecnologia em Processamento de Dados, herança da antiga FUNESP.

Em 2000 foi implantado o Curso Superior de Tecnologia em Química Industrial, que também sofreu mudança na matriz curricular e na nomenclatura.

Em 2003 deu-se a abertura do Curso Técnico Pós-Médio em Secretariado Executivo e foi criado também o Centro de Biotecnologia Agropecuária do Paraná (CENBAPAR), fruto do primeiro convênio estabelecido entre a Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI) e o Câmpus Pato Branco.

Outro evento de 2003 foi a assinatura do repasse, pela Escola Agrotécnica Federal de Rio do Sul-SC, da Unidade de ensino de Dois Vizinhos ao sistema CEFET-PR, como já citado anteriormente, ficando esta unidade vinculada administrativamente ao Câmpus Pato Branco a partir do início de 2004.

O período de 2005 a 2010 provocou muitas alterações no Câmpus Pato Branco. A primeira delas foi a transformação, em 2005, do então CEFET-PR em Universidade, que alterou toda a estrutura documental da instituição (Estatuto, Regimentos etc.) e deu às unidades de ensino descentralizadas o status de Câmpus universitário. No ano de 2005 foi extinta a oferta do Curso Técnico Pós-médio em Secretariado Executivo.

Em 2006, devido à nova mudança na legislação da educação profissional, o Câmpus voltou a ofertar cursos técnicos integrados ao ensino médio – Alimentos e Geomensura –

aproveitando a oportunidade trazida pelo Decreto nº 5.154/2004. O curso de Geomensura teve sua denominação alterada para atender o Catálogo de Cursos Técnicos do MEC. Nesse mesmo ano foi extinta a oferta do curso de Ensino Médio e o Câmpus Dois Vizinhos adquiriu autonomia em relação ao Câmpus Pato Branco.

Em 2007 iniciaram-se os cursos de Engenharia de Produção Civil, de Produção Eletromecânica e Industrial Elétrica e o Bacharelado em Química Industrial e Licenciatura em Química. Tais cursos tiveram seus projetos e nomenclaturas alterados em 2010 para se adaptarem as exigências do MEC. Dois Cursos Superiores de Tecnologia tiveram sua oferta extinta e teve início ainda o primeiro curso de pós-graduação *stricto sensu* do Câmpus – o Mestrado em Agronomia. Outro fato ocorrido foi a incorporação do TEXCEL Francisco Beltrão à UTFPR, que teve o início de suas atividades em 2008 e ficou inicialmente sob a gestão administrativa do Câmpus Pato Branco.

Ainda em 2007, o Câmpus recebeu da Prefeitura Municipal de Pato Branco uma área de 303.486,30 m² nas suas proximidades, denominada Área Experimental. Tal área possibilitou a expansão dos experimentos do curso de Agronomia, tanto em nível de graduação quanto de pós-graduação. E a partir do termo de comodato firmado nesse mesmo ano entre o Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento (LACTEC) e o Câmpus Pato Branco, foi possível a instalação do Pólo de Tecnologia do Sudoeste (POLITEC), fruto da parceria entre a Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI), o LACTEC e o Câmpus. O termo de comodato previa a utilização de um imóvel por parte do Câmpus, nas suas proximidades, pelo período de 10 anos (UNIVERSIDADE..., 2011b).

Em 2008 a instituição aderiu ao REUNI, como já comentado anteriormente, dando início à expansão de suas instalações físicas, recursos humanos e vagas. Nesse ano ocorreu a extinção da oferta do Curso Técnico de Alimentos e a abertura do Curso de Licenciatura em Letras Português-Inglês, denotando o perfil do Câmpus de direcionar seu foco nos cursos de nível superior.

Em 2009 teve início mais um curso de Engenharia – de Computação – e também mais um Mestrado – em Engenharia Elétrica. Nesse ano foi extinta a oferta de mais um Curso Superior de Tecnologia e iniciou-se o Curso Técnico Subsequente em Informática – modalidade à distância, através do Programa Escola Técnica Aberta do Brasil (e-Tec).

Em 2010 iniciaram-se as atividades do terceiro programa de pós-graduação *stricto sensu* do Câmpus, com o Mestrado em Desenvolvimento Regional e o primeiro Curso de Especialização à distância, em Gestão Pública, ofertado através do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB).

Em 2011, um novo programa de pós-graduação iniciou suas atividades, o Mestrado em Tecnologia de Processos Químicos e Bioquímicos.

O ano de 2012 deu início ao Mestrado Profissional em Matemática em Rede Nacional (PROFMAT)¹⁵, que tem no Câmpus Pato Branco um pólo desse programa. Iniciou-se também nesse ano o primeiro Doutorado do Câmpus – em Agronomia.

Quanto aos cursos de pós-graduação *lato sensu*, em virtude dos mesmos dependerem da iniciativa dos docentes para a oferta e da demanda por parte da comunidade para a abertura, não houve regularidade quanto ao número de turmas ofertadas. Tais cursos tiveram sua oferta iniciada já a partir de 1995, sendo que grande parte foi ofertada em convênio com outras entidades.

O Câmpus Pato Branco tem desenvolvido também diversas atividades de extensão, inclusive cursos de curta duração, que podem ser oferecidos na forma de treinamento específico em tecnologia para funcionários de uma empresa ou cursos em assunto de interesse geral da comunidade.

Quanto às matrículas, o Câmpus conta atualmente com mais de 3.000 alunos matriculados em seus cursos técnicos, superiores de tecnologia, bacharelados, licenciaturas, pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*.

Mais um aspecto relevante a ser considerado na trajetória do Câmpus Pato Branco foi o engajamento de pesquisadores e grupos de pesquisa em projetos de desenvolvimento. Já em 1994 um grupo de docentes realizou estudos para verificar as tendências regionais. A finalidade do estudo era entender a dinâmica regional, identificando potenciais demandas no que se referisse à oferta de novos cursos, programas de extensão e de pesquisa, além de identificar as possibilidades de inserção da instituição no projeto de desenvolvimento dessas regiões. Essa produção de informações sobre a região sudoeste propiciou a criação de um banco de dados no Câmpus. Em 1999 esse grupo de docentes constituiu um grupo de pesquisa, o Centro de Pesquisa e Apoio ao Desenvolvimento Regional (CEPAD) (UNIVERSIDADE..., 2009c).

Na realidade, o desenvolvimento da pesquisa no Câmpus Pato Branco tem acompanhado o processo de qualificação de seu corpo docente. Dos 252 docentes lotados no Câmpus em 2010, 128 apresentavam a titulação de mestre e 79 de doutor, de acordo com os dados disponíveis no Relatório de Gestão 2010 (UNIVERSIDADE..., 2011c) e o número de

¹⁵ O PROFMAT é um curso semipresencial, com oferta nacional, realizado por uma rede de Instituições de Ensino Superior, no contexto da Universidade Aberta do Brasil, e coordenado pela Sociedade Brasileira de Matemática.

grupos de pesquisa cadastrados que constam no site do Câmpus é 26 (UNIVERSIDADE..., 2011c).

Esse engajamento dos docentes no desenvolvimento da região desencadeou, além de pesquisas, uma série de atividades, cursos e eventos. Isso fez com que se ampliasse o intercâmbio e o diálogo entre os pesquisadores da instituição, bem como destes com outras instituições públicas, organizações não governamentais e comunidade regional.

Um dos eventos que talvez melhor explicita essa preocupação com o desenvolvimento da região é a criação do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional, fruto da articulação do grupo de pesquisa CEPAD e o Grupo de Pesquisa Aplicada em Tecnologia de Biomassa e Meio Ambiente (BIOMA), este último criado em 2005 com o objetivo de contribuir para a consolidação de tecnologias apropriadas ao desenvolvimento regional. Além desses dois grupos de pesquisa - CEPAD e BIOMA - também houve a colaboração de um grupo de professores do Programa de Pós-Graduação em Agronomia (PPGA) do Câmpus Pato Branco (UNIVERSIDADE..., 2009c).

Para o Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR), o desenvolvimento regional vai além de uma perspectiva focada exclusivamente no desenvolvimento econômico, por considerar que “a constituição de uma região leva em conta a história que identifica um determinado agrupamento humano, bem como características geoambientais, econômicas e sociais comuns”. O desenvolvimento de uma região seria, assim, um processo de construção social, um processo de transformação da realidade natural e social. O objetivo geral desse programa é:

Construir um espaço para a práxis relativa à teorização e a práticas que ocorrem na interface entre sociedade e natureza, através da produção e difusão de conhecimento científico, na perspectiva interdisciplinar, contribuindo com a formação de profissionais capazes de atuar na pesquisa, no ensino e como agentes de desenvolvimento regional em bases sustentáveis, com habilidades para dialogar com os diferentes campos do conhecimento (UNIVERSIDADE..., 2009c).

A participação dos docentes, servidores administrativos e alunos do Câmpus Pato Branco no desenvolvimento da região sudoeste tem se dado de várias formas e com intensidade também variada ao longo do tempo. Uma das instâncias em que essa participação ocorre é o Grupo Gestor do Território Sudoeste do Paraná, que terá sua trajetória contextualizada a seguir.

2.3 O GRUPO GESTOR DO TERRITÓRIO SUDOESTE DO PARANÁ: RELAÇÕES COM O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

O Grupo Gestor do Território Sudoeste do Paraná (GGETESPA) é a instância responsável pela discussão, negociação e tomada de decisões que envolvem este território. Trata-se de um colegiado paritário, composto por um representante de cada entidade participante (organizações governamentais e não governamentais) e do qual a UTFPR faz parte.

Antes de apresentar a composição deste Grupo e alguns pontos principais do PTDRS faz-se necessário um breve percurso sobre a origem de seu surgimento, considerando algumas discussões em torno da dimensão espacial de desenvolvimento, das experiências territoriais anteriores desenvolvidas no sudoeste paranaense, bem como da constituição do Território Sudoeste do Paraná.

2.3.1 O Grupo Gestor do Território Sudoeste do Paraná: origem

A década de 1990 marcou o início de um processo de mudanças por parte do Estado brasileiro em suas políticas públicas de desenvolvimento. Uma novidade surgida a partir desse período foi a incorporação da dimensão espacial de desenvolvimento, estruturada por meio da abordagem territorial, substituindo a dinâmica setorial que até então vinha sendo praticada (HESPANHOL, 2010).

Em um contexto de descentralização de suas funções e de estímulo à participação dos atores sociais o Estado passou a estruturar-se de forma a introduzir os novos aportes. No entanto, de acordo com Hespagnol (2010, p. 127), a adoção da perspectiva territorial de desenvolvimento, no âmbito rural, passou a ser exigência de instituições multilaterais, como Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, que atrelaram a concessão de financiamentos aos países periféricos à adoção de tal perspectiva.

Em 2003 com a criação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o PRONAF Infraestrutura e Serviços foi reformulado e passou a fazer parte de uma política direcionada ao desenvolvimento sustentável dos territórios rurais, o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT). Uma mudança de foco pode ser observada na estruturação dessa nova política pública, pois se passou da esfera local (Conselhos Municipais) para a territorial (Colegiado Territorial).

A partir de então, territórios rurais foram criados nas regiões onde predominam agricultores familiares e beneficiários da reforma e do reordenamento agrário, sendo um deles o Território Sudoeste do Paraná.

Porém, um dos problemas na adoção dessa abordagem tem sido o reducionismo em torno do conceito de território por parte do Estado, uma vez que, para o meio acadêmico, território é um conceito muito mais complexo.

Para o Estado brasileiro a abordagem territorial “é uma visão essencialmente integrada de espaços, atores sociais, agentes, mercados e políticas públicas”. Nesse sentido, considera “que a equidade, o respeito à diversidade, a solidariedade, a justiça social, o sentimento de pertencimento, a valorização da cultura local e a inclusão social são objetivos fundamentais a serem atingidos” (BRASIL, 2011d).

A partir dessa concepção, a abordagem territorial assume a função de uma ferramenta para se pensar o planejamento e uma forma de integrar os territórios à economia nacional, desconsiderando os conflitos inerentes aos interesses de classe e deslocando-os para o exterior, a partir da competição entre os territórios.

No meio acadêmico, por sua vez, território significa:

natureza e sociedade; economia, política e cultura; ideia e matéria; identidades e representações; apropriação, dominação e controle; des-continuidades; conexão e redes; domínio e subordinação; degradação e proteção ambiental; terra, formas espaciais e relações de poder; diversidade e unidade (SAQUET, 2007, p. 24).

Essa concepção considera a multidimensionalidade do conceito de território, os aspectos simbólico-culturais presentes, a identidade, as relações de poder, a superação da visão areal (formado por áreas) por uma visão de território visto de uma forma reticular (formado a partir das redes), com as dimensões: econômica, política, cultural e natural, predominantes, revelando tanto a materialidade quanto a imaterialidade dos territórios.

Embora a abordagem territorial proposta pelo Estado venha trazendo avanços, por favorecer uma maior integração entre o urbano e o rural e por valorizar e despertar a participação social, caberia a pergunta: O desenvolvimento territorial não seria mais uma forma de competitividade, só que agora entre territórios, visto que os sujeitos não se organizam mais em classes, haja vista o consenso que precisa ser criado dentro de cada território?

Espera-se que na prática concreta dos homens, socialmente construída, a proposta de desenvolvimento territorial possa aproximar os territórios construídos pelo Estado em territórios construídos pelos sujeitos.

Como já comentado anteriormente, a região sudoeste do Paraná se caracteriza por sua história de lutas em torno da terra, pela forte presença da agricultura familiar e pelo surgimento de diversos movimentos sociais, que surgiram como contraponto à modernização conservadora da agricultura que vinha sendo desencadeada nas décadas de 1960/1970 sob forte intervenção do Estado.

Na década de 1990, em meio a um contexto permeado por ideias neoliberais que provocaram mudanças no modelo econômico, no papel do Estado e nas relações de trabalho, como a criação de um Estado mínimo, desregulamentação financeira e abertura comercial, dentre outros, novas estratégias econômicas foram surgindo, como forma de sobrevivência diante desse novo contexto.

Em 1997 ocorreu no sudoeste paranaense uma articulação de atores sociais envolvendo um grupo de prefeitos municipais, instituições governamentais (dentre elas o CEFET-PR), associações de prefeitos e vereadores, entidades do setor empresarial, deputados federais e estaduais em torno da proposta de um pacto territorial – o Pacto Nova Itália – que buscava reproduzir uma experiência desenvolvida na Itália. Tal experiência consistia em um modelo econômico baseado em pequenas cooperativas que agregassem valor à produção agrícola, na transferência de tecnologias, certificação dos produtos e garantia de mercado para os produtores. O limite dessa iniciativa foi o fato de ficar restrita à esfera municipal (TORRENS, 2007, p. 41).

No final de 1998 foi instituído o Fórum Intergovernamental e da Sociedade do Sudoeste do Paraná, configurado como um espaço público para a construção de políticas e instrumentos que promovessem o desenvolvimento sustentável da região sudoeste a partir do meio rural. Esse Fórum era coordenado por instituições governamentais e da sociedade civil, tendo a participação de 41 instituições de abrangência regional (dentre elas o CEFET-PR) e representantes dos 42 Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável, abarcando diferentes interesses sociais por reunir também setores empresariais, industriais e comerciais (TORRENS, 2007, p. 42).

Um dos principais resultados desse fórum foi a elaboração do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Sudoeste do Paraná (versão agrícola), que desencadeou várias ações que repercutiram na região, como: a realização de várias reuniões; diversos levantamentos de informações; a implantação de um centro regional de estudos e de um banco

de dados para captar, gerar e difundir informações e tecnologias, a partir de convênio com o Grupo de Pesquisa CEPAD, do CEFET-PR; a viabilização de um laboratório para análises de alimentos; publicação de documentos sobre alimentação escolar no sudoeste do Paraná; realização do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Desenvolvimento Rural, com recursos do MDA e do Projeto Paraná 12 Meses, realizado no CEFET-PR; realização de eventos, como os Encontros Regionais sobre alimentação escolar, o Seminário Estadual de Juventude Rural: Educação, Crédito e Desenvolvimento, que resultou na criação do PRONAF Jovem e teve a participação do CEFET-PR e o Seminário de Desenvolvimento Rural Sustentável dos Municípios da Fronteira, que resultou posteriormente no Consórcio dos Municípios da Fronteira e que também teve a participação do CEFET-PR. (TORRENS, 2007, p. 44; LIONÇO, 2007).

Pode-se considerar como limites dessa experiência a assimetria entre as forças políticas que compunham o Fórum, com a hegemonia das instituições governamentais; a disputa por interesses locais em detrimento dos regionais, denotando a incapacidade dos atores sociais negociarem e formularem projetos concretos; a fraca participação da sociedade civil na gestão do Fórum; o fato do Plano de Desenvolvimento se restringir a uma versão agrícola de desenvolvimento e a uma visão setorial do rural, não ocorrendo a incorporação de outros temas nem a articulação com outros segmentos, e a falta de uma política pública que desse o suporte institucional a esse tipo de experiência (TORRENS, 2007, p. 42-44).

Com a desarticulação do Fórum Intergovernamental em 2002, os municípios da microrregião da fronteira formaram o Consórcio Intermunicipal da Fronteira com o objetivo de criar uma infraestrutura de comercialização ligada à cadeia produtiva da cana-de-açúcar. Formou-se assim o Fórum da Fronteira, com a participação apenas de instituições governamentais e entidades ligadas à agricultura familiar. A infraestrutura em torno desse investimento veio do governo federal e pela primeira vez não foi para o município, mas para um consórcio de municípios. Foi uma experiência territorial, um projeto de caráter supra municipal no âmbito do PRONAF Infraestrutura e Serviços (TORRENS, 2007, p. 44).

Essas iniciativas formaram a base das experiências intermunicipais e regionais no sudoeste, com projetos de desenvolvimento que já vinham sendo formulados, apesar das limitações e descontinuidades, e contaram em vários momentos com a participação do CEFET-PR, atual UTFPR, que naquela época tinha apenas o Câmpus Pato Branco na região sudoeste.

Em 2003 foi criado o Território Sudoeste do Paraná, sendo composto por 17 municípios: os que já faziam parte da experiência do consórcio de municípios da fronteira e parte dos municípios da microrregião de Francisco Beltrão.

O Quadro abaixo mostra a conformação inicial desse território e as sucessivas incorporações de municípios que foram ocorrendo até se alcançar a totalidade dos municípios da região sudoeste.

Ano	Nº	Municípios incorporados
2003	17	Ampére, Barracão, Bela Vista da Caroba, Bom Jesus do Sul, Capanema, Flor da Serra do Sul, Manfrinópolis, Marmeleiro, Pérola d'Oeste, Pinhal de São Bento, Planalto, Pranchita, Realeza, Renascença, Salgado Filho, Santa Izabel do Oeste, Santo Antônio do Sudoeste.
2004	27	Boa Esperança do Iguaçu, Cruzeiro do Iguaçu, Dois Vizinhos, Enéas Marques, Francisco Beltrão, Nova Esperança do Sudoeste, Nova Prata do Iguaçu, Salto do Lontra, São Jorge d'Oeste, Verê.
2004	33	Chopinzinho, Coronel Vivida, Itapejara d'Oeste, São João, Saudade do Iguaçu, Sulina.
2005	42	Bom Sucesso do Sul, Clevelândia, Coronel Domingos Soares, Honório Serpa, Mangueirinha, Mariópolis, Palmas, Pato Branco, Coronel Vivida, Vitorino.

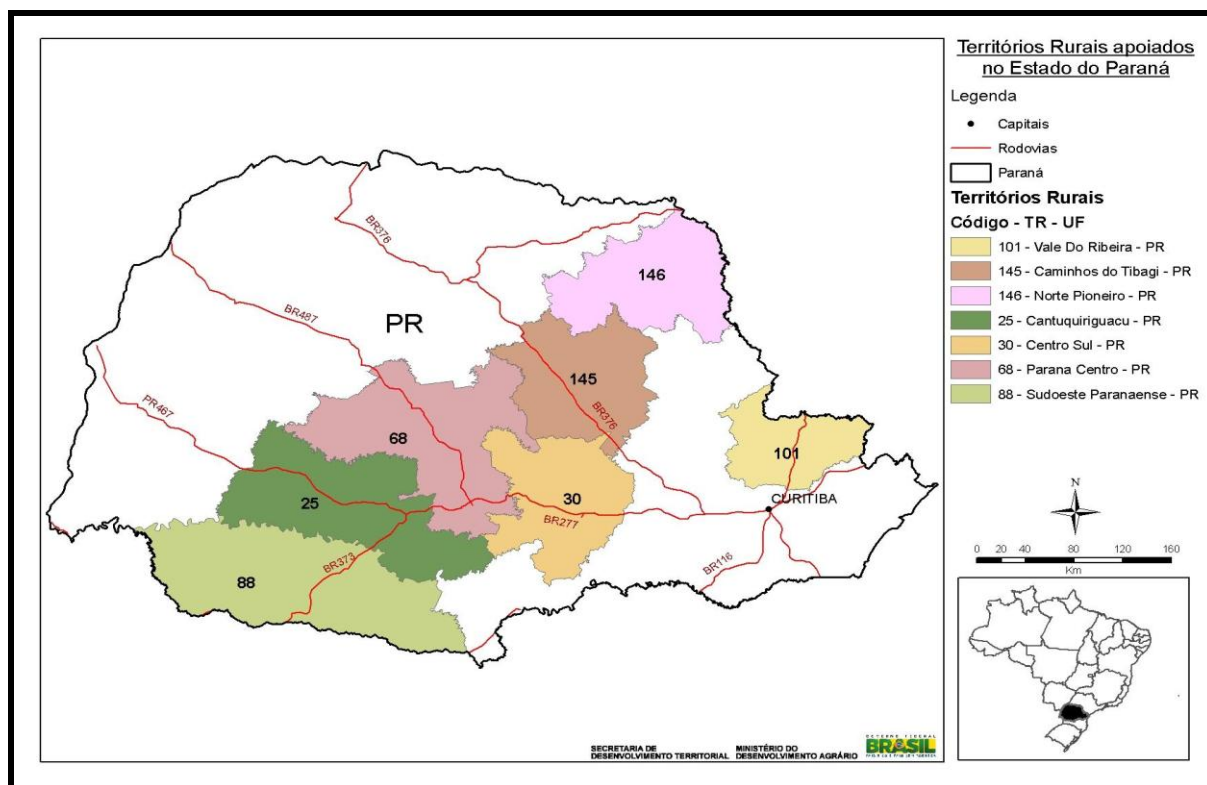
Quadro 2 - Evolução da incorporação de municípios ao Território Sudoeste do Paraná

Fonte: Lionço (2007, p. 182).

A partir de 2004 houve a ampliação do território para 27 municípios, com a incorporação dos 10 municípios restantes da microrregião de Francisco Beltrão. Em 2004 ainda mais 06 municípios da microrregião de Pato Branco foram incorporados, totalizando 33 municípios.

Somente em 2005, com a decisão local de ampliar o território, os demais municípios foram incorporados, mantendo assim a igualdade entre o Território e a região sudoeste do Paraná. No entanto, vale ressaltar que essa ampliação do território não havia sido reconhecida pela SDT.

O mapa abaixo mostra os territórios rurais criados no estado do Paraná.



Mapa 5 - Territórios Rurais no estado do Paraná

Fonte: BRASIL (2011e).

Disponível em: http://sit.mda.gov.br/caderno_estadual.php?ac=buscar&territorio=®iao=&uf=PR Acesso em: 21 nov. 2011.

Cabe ressaltar que o Território Sudoeste do Paraná é o que tem o maior número de municípios.

A divisão entre os municípios da região sudoeste, em que alguns municípios foram incorporados enquanto outros ficaram excluídos do processo provocou diversas reações. No decorrer do processo houve a mobilização em torno de duas propostas: a luta para que todos os 42 municípios da região sudoeste fizessem parte do território sudoeste, ou a criação de um novo território com os municípios que ficaram de fora do território sudoeste.

A busca da reunificação do território em torno dos 42 municípios apresentava vários argumentos: a AMSOP tinha sua abrangência nos 42 municípios do sudoeste; a região sudoeste paranaense que integrava a Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul era composta pelos 42 municípios; o Fórum Intergovernamental e da Sociedade do Sudoeste do Paraná, congregava representantes dos 42 conselhos municipais de desenvolvimento rural, dentre outros.

Outros argumentos se referiam à identidade regional, à unidade histórica do sudoeste:

O Sudoeste é uma região que, além de sua identidade cultural e histórica, possui um limite geográfico e político muito bem definido em torno dos seus 42 municípios. Tanto isso é verdade que município algum deste território deixa de se considerar sudoestino e município algum afora esses 42 considera-se da mesma forma. É um território muito bem delimitado em torno de sua identidade e organização política (GRUPO GESTOR..., 2007, p. 6).

Argumentava-se ainda os prejuízos que a fragmentação poderia provocar:

podemos afirmar que este território possui uma das maiores densidades organizativas da agricultura familiar em relação aos territórios rurais do país. Assim, o avanço nas discussões e processos articulados de desenvolvimento com visão territorial e na integração das redes de relações que vem sendo construídos a partir do conjunto dos 42 municípios, pode ser comprometido se o MDA/SDT não reconhecer esta conformação (GRUPO GESTOR..., 2007, p. 5).

Por isso, o processo foi encaminhado ao Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar (CEDRAF), que aprovou a ampliação, encaminhando-a à SDT.

Por suas experiências territoriais anteriores, pode-se dizer que o Território Sudoeste surgiu como a oficialização de uma prática que já vinha sendo construída na região, ao contrário dos demais territórios, que foram criados para se inserir na política pública.

A gestão do processo de desenvolvimento do território é feita pelo Grupo Gestor do Território Sudoeste do Paraná (GGETESPA). Os eixos temáticos, estratégias e ações que direcionam as atividades do território estão contidos no Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS), fruto da mobilização das entidades que compõem o território na busca de alternativas para o desenvolvimento.

A seguir, apresentar-se-á, brevemente, a composição do GGETESPA e alguns pontos principais do PTDRS.

2.3.2 O Grupo Gestor do Território sudoeste do Paraná: composição e PTDRS

O Grupo Gestor do Território Sudoeste do Paraná (GGETESPA) é a instância responsável pelas discussões e decisões que envolvem o território. Sua composição é paritária em relação à participação de organizações governamentais e não governamentais e tem variado ao longo do tempo, à medida que o Território foi se ampliando e que a prática foi exigindo novas dinâmicas que reorganizassem o processo de participação das entidades.

Trata-se de um Colegiado Territorial que tem seus trabalhos dirigidos por uma coordenação que mantém a paridade entre representantes de organizações governamentais e não governamentais, como pode ser visualizado no Quadro 03 abaixo:

Organizações Governamentais	
1	ACAMSOP - Associação das Câmaras Municipais do Sudoeste do Paraná
2	AMSOP - Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná
3	ASSEC - Associação dos Secretários Municipais de Agricultura – Região de Pato Branco
4	ASSEMA - Associação dos Secretários Municipais de Agricultura e Meio Ambiente – Região de Francisco Beltrão
5	EMATER - Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural
6	SETP - Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social
7	IAPAR - Instituto Agrônomo do Paraná
8	INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
9	SEAB - Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento
10	UNIOESTE - Universidade Estadual do Oeste do Paraná
11	UTFPR - Universidade Tecnológica Federal do Paraná
12	NRE - Núcleo Regional de Educação
13	UFFS - Universidade Federal Fronteira Sul
Organizações Não Governamentais	
1	ACESI/FETRAF - Associação do Centro de Educação Sindical/Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar
2	CMDR - Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural – Região de Pato Branco
3	CMDR - Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural – Região de Francisco Beltrão
4	ARCAFAR - Associação das Casas Familiares Rurais
5	ASSESOAR - Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural
6	CAPA - Centro Apoio ao Pequeno Agricultor
7	COOPAFI - Cooperativa de Produção da Agricultura Familiar.
8	COOPERIGUAÇÚ - Cooperativa Iguaçu de Prestação de Serviços
9	CRESOL/BASER - Cooperativa de Crédito com Interação Solidária
10	MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens
11	MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
12	SISCLAF - Sistema de Cooperativas de Leite da Agricultura Familiar
Coordenação	
Coordenação Geral	ASSESOAR
Secretaria Executiva	IAPAR
Coordenação de Projetos	CAPA
Coordenação da requalificação do PTDRS	EMATER

Quadro 3 – Composição do Colegiado Territorial e da Coordenação do GGETESPA

Fonte: GRUPO GESTOR DO TERRITÓRIO SUDOESTE DO PARANÁ (2011).

Vale ressaltar que na composição do colegiado não há paridade entre as organizações em virtude da saída de uma organização não governamental, ficando em aberto a vaga para outra organização que tenha interesse em participar.

A coordenação acima foi a responsável pela requalificação do PTDRS 2011. Tal coordenação está passando por processo de mudança, como previsto no regimento do GGETESPA. A coordenação conta também com o trabalho de uma assessoria, a partir de convênios com MDA, Departamento de Estudos Socioeconômicos Rurais (DESER), dentre outros.

Desde sua criação em 2003, o Território Sudoeste vem trabalhando na elaboração de um PTDRS que atenda as aspirações dos atores sociais envolvidos. O primeiro PTDRS data de 2006, tendo passado por reformulações em 2007, sendo o último o de 2011.

O primeiro PTDRS definiu 6 eixos prioritários de ação para sua proposta de desenvolvimento: desenvolvimento humano e qualidade de vida; desenvolvimento econômico; recuperação e gestão ambiental; educação do campo; serviços sociais e infraestrutura e desenvolvimento político-institucional.

A sistematização desses eixos foi proposta a partir de um conjunto de estratégias que priorizavam as seguintes ações: a) produção agroecológica sustentada com políticas de crédito e Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) diferenciada; b) adoção de políticas de proteção ambiental, especialmente da recuperação das bacias hidrográficas; c) fortalecimento e ampliação dos programas de educação do campo, já implantados e revelando uma demanda crescente; d) estreitamento das interações e redes territoriais através da otimização dos transportes e canais de comercialização; e) avanço na democratização dos serviços de saúde e saneamento públicos; f) adoção de programas de cultura e lazer focados no resgate de autoestima para as diversas gerações da população camponesa.

O ponto forte dessa proposta estava centrado na “sustentabilidade e no protagonismo das populações do campo” (GRUPO GESTOR..., 2006, p. 2).

No PTDRS de 2007 foi acrescentado o trabalho das Câmaras Temáticas, que eram: Agroecologia e Sementes; Comercialização; Meio Ambiente; Educação e ATER; Fortalecimento da Organização da Agricultura Familiar. O PTDRS de 2011 prevê as seguintes Câmaras Temáticas: Produção, Renda e Abastecimento; Educação Pública; Questão Agrária, Geração e Acesso à Energia e Sucessão; Meio Ambiente, Saneamento e Saúde. Tais câmaras são responsáveis pela análise do contexto e pela geração das diretrizes e ações, constituindo-se em um instrumento organizativo para os trabalhos e decisões do colegiado.

Desde o PTDRS de 2006, verifica-se neste a preocupação em promover a mudança da matriz tecnológica existente, rumo a uma agricultura baseada na agroecologia; o fortalecimento das organizações; a ampliação da participação; uma nova relação entre rural e

urbano, que passaria a ser definido a partir do rural e o desenvolvimento humano como um fim, com a busca pela autonomia.

A participação da UTFPR Câmpus Pato Branco nessa instância de desenvolvimento será detalhada no capítulo 4, quando serão apresentados os dados coletados nessa pesquisa.

Neste capítulo ficou evidenciada a origem, colonização e expansão da região sudoeste do Paraná e suas relações com o desenvolvimento. Diante do cenário apresentado, pode-se inferir que essa região teve sua história marcada por conflitos em torno da terra, uma economia pautada na agricultura, principalmente de base familiar, e a presença de diversos movimentos sindicais e associativistas. Essas características acabaram dando ao sudoeste paranaense uma identidade regional e seu histórico de lutas projetou a região na política regional e nacional.

Assim, essa região não passou imune ao processo de modernização que se instaurou no país na década de 1970, sofrendo transformações econômicas, sociais e culturais que estavam acontecendo no contexto nacional.

A história do cenário regional mostra que desse período para cá a região passou a apresentar maior diversidade em suas atividades econômicas, com o crescimento de atividades comerciais, industriais e de serviços. Mas as atividades agropecuárias continuam se destacando, desempenhando importante papel na geração de trabalho e renda.

Na década de 1990, com a retomada das discussões em torno do desenvolvimento, a região sudoeste também se integrou nesse processo, primeiramente inserindo-se na Política Nacional de Desenvolvimento Regional, integrando a Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul, e depois na política de desenvolvimento territorial, constituindo-se como Território Sudoeste do Paraná.

Verifica-se, assim, que o desenvolvimento dessa região acompanhou a política de desenvolvimento do Paraná e do Brasil, fazendo parte da conjuntura mundial, dinamizada pelo sistema capitalista. Porém, esse processo não ocorreu de forma homogênea nem consensual, uma vez que movimentos de resistência e luta também se fizeram presentes na região.

A UTFPR Câmpus Pato Branco surgiu no momento em que as discussões estavam voltadas para o desenvolvimento regional e sua instalação criou a expectativa de desenvolvimento para o município e para a região, ainda mais por ofertar cursos superiores. O engajamento dos docentes no desenvolvimento da região sudoeste foi um aspecto observado na trajetória do Câmpus, através de grupos de pesquisa, de programas de pós-graduação, de participação em entidades que discutem o desenvolvimento, dentre outros.

A atuação do Câmpus em atividades ligadas a processos de transferência e inovação tecnológica também pôde ser verificada, como também a diversificação de cursos ofertados e o crescimento da pós-graduação *stricto sensu* e da pesquisa, o que reflete a qualificação de seu corpo docente.

O Grupo Gestor do Território Sudoeste do Paraná, por sua vez, é um espaço institucionalizado de discussão e planejamento de ações voltadas ao desenvolvimento do sudoeste paranaense e fruto tanto de uma política pública quanto das experiências territoriais anteriores que ocorreram na região e das quais o Câmpus Pato Branco sempre esteve presente. Pelos seus eixos prioritários de ação, acredita-se que o mesmo possa significar um contraponto à exclusão social e à degradação ambiental, o que torna a participação do Câmpus nesse espaço como de grande relevância social.

3. O DESENVOLVIMENTO: ORIGEM E MULTIPLICIDADE DE SIGNIFICADOS

Este capítulo busca trazer elementos que possam propiciar, de maneira breve, um melhor entendimento sobre como a ideia de desenvolvimento surgiu e foi sendo disseminada de forma ideológica. Da mesma forma, busca entender os vários contornos que o desenvolvimento foi assumindo no Brasil, de acordo com as mudanças ocorridas no cenário nacional e mundial, e as implicações do Estado nesse processo.

3.1 DESENVOLVIMENTO: UM TERMO CARREGADO DE CONTRADIÇÕES

A ideia de desenvolvimento vem ocupando há bastante tempo uma posição privilegiada, central, na visão do mundo. De acordo com Castoriadis (2002, *apud* RUA *et al.*, 2009, p. 8) o discurso do desenvolvimento designa “[...] um complexo de ideias que traduzem a ação e o pensamento do Ocidente há seis séculos.” Dessa forma, a ideia de desenvolvimento é uma construção da sociedade ocidental – entendida esta como desenvolvida, urbanizada, industrializada, capitalista e moderna – que de longuíssima data vem se renovando e se perpetuando pelo mundo.

As formas de produção e consumo de uma sociedade estão diretamente relacionadas ao estágio de desenvolvimento de suas forças produtivas. E para compreender o funcionamento de uma sociedade é preciso partir das condições materiais da existência humana, pois segundo Marx e Engels (1977, p. 27) “o que os indivíduos são [...] depende das condições materiais de sua produção”, ou seja, os homens resultam das formas como produzem sua existência, das relações que estabelecem com o meio e entre si para se manterem vivos.

Lukács (1981, p. 5) afirma que “o desenvolvimento das forças produtivas é necessariamente também o desenvolvimento das capacidades humanas”. Dessa forma, o desenvolvimento das forças produtivas não é algo ruim, ao contrário, possui um caráter positivo, pois possibilita o desenvolvimento humano e cria valor de uso. A questão é que na sociedade capitalista o desenvolvimento adquire também um caráter negativo ao converter-se em valor de troca, tornando-se desumano. Assim, de acordo com Marx (1965), o desenvolvimento das forças produtivas carrega em si contradições.

Em certa fase de seu desenvolvimento, as forças produtivas da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes, ou, o que não é mais que sua expressão jurídica, com as relações de propriedade no seio das quais elas haviam se desenvolvido até então. De formas evolutivas das forças produtivas que eram, essas relações convertem-se em entraves. Abre-se, então, uma era de revolução social (MARX, 1965, p. 103).

A melhor expressão dessas contradições é a luta de classes, quando as forças produtivas entram em conflito com as relações de produção. É essa contradição que produz o movimento, a mudança para novas relações de produção.

Muitos têm sido, pois, os desdobramentos em torno do desenvolvimento.

De acordo com Furtado (2000), a ideia de desenvolvimento fez com que o homem passasse a ser visto como um agente de transformação do mundo, a partir de sua participação no processo de invenção cultural, interagindo com o meio na busca de atingir suas potencialidades. Dessa forma, a ideia de desenvolvimento associou-se à de transformação, realização de potencialidades, satisfação de necessidades, adquirindo um sentido positivo. O autor afirma ainda que a ideia de desenvolvimento carrega implícito um projeto de homem, uma teoria, denominada por ele de “antropologia filosófica”, e que a insuficiência dessa teoria tem levado o conceito de desenvolvimento a reducionismos. (FURTADO, 2000, p. 7).

Furtado (2000) enfatiza o valor da invenção cultural no processo de desenvolvimento, considerando que a mesma tem se orientado em duas direções: na busca da eficácia na ação, também chamada por Weber de racionalidade formal ou instrumental, e a busca de propósito para a própria vida, que Weber chamou de racionalidade substantiva ou dos fins¹⁶. A racionalidade instrumental estaria assim, direcionada à ação, aos meios. É ela que produz a técnica, o progresso técnico, a inovação, porém, desprendidos do julgamento ético, pois ela não pensa no sentido de suas ações. A racionalidade substantiva, de outro modo, estaria direcionada aos fins, aos valores, aos aspectos qualitativos, buscando sempre um sentido para a vida e para as ações.

O que Furtado (2000) observa é que não se sabe o motivo que tem levado cada sociedade a priorizar em cada momento de sua história uma ou outra racionalidade, verificando um descompasso entre ambas, com a prevalência na civilização industrial da racionalidade instrumental. Essa prevalência pode ser percebida pela ênfase que vem sendo

¹⁶ Bosi (2010, p. 254) explica que “a racionalidade instrumental não pode nem se propõe pensar o sentido ou o sem-sentido das ações que executa, pois os seus movimentos obedecem a uma lógica quantitativa imanente, cujo único valor é o de sua eficácia operacional. Tudo se resume em um cálculo de mais e de menos, de maior e menor, facilmente digitalizável. O qualitativo, por sua vez, remete a valores e antivalores, bem-mal, justo-injusto, moral-imoral, verdadeiro-falso, que são compreensíveis tão só no plano da racionalidade substantiva em vista dos fins da ação”.

dada à inovação e ao progresso técnico, ao mesmo tempo em que se instaura uma verdadeira crise de valores, uma vez que a racionalidade substantiva é desconsiderada e a técnica por si só não tem condições de atribuir juízos de valor. Dessa maneira, falar em desenvolvimento só faz sentido no seio de uma cultura que busque a mudança e que atribua a essa mudança um valor social, de coletividade.

No mesmo sentido, Carvalho (1998) considera que, embora o trabalho e o desenvolvimento de técnicas estejam presentes desde as primeiras atividades humanas, existem diferenças entre as sociedades. Algumas apresentaram um desenvolvimento tecnológico avançado, outras, no entanto, seguiram caminhos diferentes, de acordo com outras lógicas, não marcadas pelo desenvolvimento tecnológico. A autora verifica que são concepções de tempo e espaço diversas, lógicas diversas, não fazendo sentido a defesa de um modelo de desenvolvimento.

Mas como surgiu e se propagou a racionalidade instrumental em nossa sociedade?

Furtado (2000) verifica que a difusão dessa racionalidade foi possível graças às mudanças ocorridas na organização da produção e na estrutura social europeia, a partir do século XVIII. Tais mudanças, por sua vez, estão relacionadas às alterações ocorridas nas estruturas de dominação social, a partir do enfraquecimento e até mesmo dismantelamento das estruturas tradicionais de dominação (proprietários de terras e dirigentes das corporações de ofícios) e da ascensão de novas estruturas de dominação social. Essas novas estruturas, que tinham a classe burguesa no controle dos canais comerciais, ganharam ênfase à medida que as relações mercantis foram inseridas na estrutura da produção, transformando os ingredientes da produção – terra e trabalho – em mercadorias.

Esse processo, que Furtado (2000) considera como a passagem do capitalismo comercial ao capitalismo industrial, e que foi marcado pela inserção de relações mercantis na organização da produção, submeteu o sistema social ao sistema econômico, ou seja, submeteu o espaço social à racionalidade instrumental.

Vale considerar que as mudanças na organização da produção e na estrutura social acontecem de forma entrelaçada, pois “a reprodução da economia capitalista não é concebível, nem mesmo teoricamente, sem modificações nas estruturas sociais”. (FURTADO, 2000, p. 16).

Para Cardoso (2006, p. 28), a racionalidade instrumental produziu um sistema social que é racional para o capital, pois “a racionalidade própria do capitalismo se fundamenta em novas formas de exploração e de dominação e na esperança de que a expansão do capital signifique progresso e melhoria para todos”.

Cardoso (2006) explica que a ideia de desenvolvimento surgiu vinculada à de modernização e que, considerando-se a modernidade como uma proposta de realização do projeto Iluminista, com ênfase na razão e na ciência, foi sendo implantada uma sociedade racional, com foco no controle da natureza e do próprio homem. Dessa forma, a ideia de modernidade aliada à de progresso histórico provocou uma mudança significativa no entendimento do mundo, em que a crença em um futuro promissor, de desenvolvimento, passou a ser a meta buscada por todas as nações que desejavam igualar-se às sociedades ocidentais, modernas, capitalistas e industrializadas, consideradas modelo hegemônico de desenvolvimento.

O conceito de desenvolvimento é, pois, complexo. Cunha (1978, p. 15) acredita que a origem do conceito seja originária da linguagem biológica. Dessa forma, desenvolvimento corresponderia “às transformações que um ser vivo sofre, fazendo-o passar de uma fase à outra” de sua vida. Porém, o autor alerta que o uso desse conceito na ciência da sociedade carrega em si alguns riscos, como: a crença de que as sociedades sejam como os organismos vivos, com uma unidade funcional que as diferencie internamente; a crença na existência de fases naturais pelas quais as sociedades têm de passar, e a crença em padrões classificatórios entre as sociedades, considerando-as como normais ou patológicas. Por outro lado, o autor reconhece que o conceito de desenvolvimento pode ser útil ao estudo das transformações das sociedades, no sentido de identificar o modo de produção predominante em cada uma delas, bem como as leis que regem suas transformações.

Furtado (2000) considera que a ideia de desenvolvimento tem abarcado pelo menos três dimensões. A primeira diz respeito à eficácia do sistema social de produção, ou seja, ao aumento da produção e da produtividade da força de trabalho, graças à acumulação e ao progresso das técnicas. Tal dimensão, pela presença do aspecto quantitativo, tem levado ao entendimento de desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico e progresso técnico. A segunda dimensão está relacionada à satisfação das necessidades humanas. Tais necessidades, no entanto, são difusas, pois à medida que as necessidades básicas, como: alimentação, vestuário e habitação são atendidas, outras necessidades surgem, não sendo possível considerá-las dissociadas de um sistema de valores e fora de seu contexto cultural. A terceira dimensão refere-se à consecução dos objetivos dos grupos dominantes. Tal dimensão só pode ser percebida se estiver incluída em um discurso ideológico, pois o que é buscado por um grupo pode ser considerado por outro como irrelevante. Assim, segundo o autor, todas as três dimensões presentes no conceito de desenvolvimento são ambíguas e estão assentadas em uma concepção economicista e tecnológica de desenvolvimento, própria de uma sociedade

capitalista que visa ao aumento da produção e à satisfação das necessidades mínimas da força de trabalho como forma de atender os objetivos dos grupos dominantes. Assim, além de colocar o desenvolvimento como sinônimo de crescimento faz crer que esse crescimento irá beneficiar a todos.

Por isso, para Furtado (2000, p. 22), “a concepção de desenvolvimento de uma sociedade não é alheia à sua estrutura social, e tampouco a formulação de uma política de desenvolvimento e sua implantação são concebíveis sem preparação ideológica”. Dessa forma, ganha destaque o papel desempenhado pela ideologia no processo de dominação que busca incutir em todos o anseio pelo desenvolvimento. Em relação a isso, Bosi (2010, p. 236-237) afirma que a ideologia do desenvolvimento pode ser entendida considerando-se ideologia em seu sentido amplo, de acordo com a sociologia do conhecimento, mais especificamente de acordo com Mannheim, onde ela é entendida como “[...] um estilo de pensamento, um complexo de ideias e valores, uma visão de mundo peculiar a um determinado tempo social e cultural”; e do ponto de vista valorativo que Marx e Engels dão a ela na obra *Ideologia Alemã*, no sentido de que ela torna natural e racional o interesse de uma classe, a burguesia, “que ‘se desenvolve’ às expensas da exploração da força de trabalho.” Assim, a ideologia do desenvolvimento busca naturalizar e universalizar um modelo a-histórico e unilateral de desenvolvimento, que é parcial em relação ao sujeito, ao espaço e ao tempo social.

Bosi (2010) explica que o modelo é parcial em relação ao sujeito porque a ideologia considera o interesse do empresário, por exemplo, como sendo o interesse de todos os trabalhadores; é parcial quanto ao espaço social por considerar o interesse da classe dominante como sendo o interesse de todas as classes; e é parcial quanto ao tempo social por considerar as características de um período histórico como sendo características de todos os períodos históricos.

Furtado (2000) buscou tratar o desenvolvimento como um processo global, carregado de possibilidades e limites, uma vez que o mesmo representa tanto a transformação da sociedade em relação aos meios (racionalidade instrumental), como também em relação aos fins (racionalidade substantiva); está ligado a processos de acumulação, mas também a processos de apropriação do produto social; à divisão social do trabalho, mas também à dominação; à introdução de novos produtos, mas também à destruição de valores.

Ao longo de sua vida e de seus estudos, o autor procurou desfazer a crença em uma visão etapista de desenvolvimento, que fazia crer que o subdesenvolvimento era uma etapa inicial, comum a todos os países rumo ao desenvolvimento, como se essa passagem fosse um

processo natural. Ao contrário, Furtado afirmava que o subdesenvolvimento era uma condição da periferia do sistema capitalista, um subproduto do desenvolvimento do capitalismo europeu, resultado da expansão deste e que o mito do desenvolvimento induzia países da periferia a aceitarem sacrifícios sociais, naturais e culturais. O autor procurou também deixar clara a diferença existente entre crescimento econômico e desenvolvimento, criticando a crença no desenvolvimento por puro economicismo e orientando-se para um projeto social democrático que não dispensava a questão do Estado como planejador.

[...] o *crescimento econômico*, tal qual o conhecemos, vem se fundando na preservação dos privilégios das elites que satisfazem seu afã de modernização; já o *desenvolvimento* se caracteriza pelo seu projeto social subjacente. Dispor de recursos para investir está longe de ser condição suficiente para preparar um melhor futuro para a massa da população. Mas quando o projeto social prioriza a efetiva melhoria das condições de vida dessa população, o crescimento se metamorfoseia em desenvolvimento (FURTADO, 2004, p. 484).

Dessa forma, segundo Bosi (2010), Celso Furtado acabou criando um conceito contraideológico de desenvolvimento, com o mesmo tomando como ponto de partida o sentido das ações humanas, ou seja, os fins, pois “o desenvolvimento é a transformação do conjunto das estruturas de uma sociedade em função de objetivos que se propõe alcançar essa sociedade” (FURTADO, 1975 apud BOSI 2010, p. 246).

Como se vê, a discussão em torno do desenvolvimento é complexa, pois o termo reveste-se de um caráter polissêmico. Boisier (2002) destaca a multiplicidade de significados que o termo desenvolvimento tem adquirido a partir do acréscimo de adjetivos, como: territorial, local, regional, endógeno, sustentável, humano dentre outros, e que na visão do autor “son redundantes y tautológicos, ya que sólo dicen lo que el propio concepto de desarrollo dice” (BOISIER, 2002, p. 19).

Alguns autores destacam mais um ou outro termo. Mészáros (2007), por exemplo, considera que só faz sentido falar em desenvolvimento se ele for sustentável, pois de outra forma não existirá nenhum desenvolvimento significativo. Tal afirmação resulta da constatação do fracasso das tentativas de desenvolvimento realizadas nas últimas décadas, que em nome da modernização aplicaram no terceiro mundo o receituário prescrito pelas grandes potências. Para o autor, a busca do desenvolvimento sustentável só é possível com uma efetiva cultura da igualdade substantiva, bem diferente da cultura que tem prevalecido até nossos dias, que é da desigualdade substantiva.

Para Mészáros (2007) sustentabilidade significa:

[...] estar realmente no controle dos processos culturais, econômicos e sociais vitais através dos quais os seres humanos não só sobrevivem mas também podem encontrar satisfação, de acordo com os objetivos que colocam a si mesmos, em vez de estarem à mercê de imprevisíveis forças naturais e quase-naturais determinações socioeconômicas (MÉSZÁROS, 2007).

Nota-se que, além de polissêmico, o termo desenvolvimento é carregado de contradições e vem sendo apropriado de forma ideológica. Por isso, falar em desenvolvimento só faz sentido se ele vier acompanhado de autonomia, liberdade, igualdade substantiva e não apenas formal, como defende Mézáros, vinculação a fins e valores e não somente a meios, justiça social, distribuição de riquezas e cooperação.

3.2 DESENVOLVIMENTO NO CONTEXTO BRASILEIRO: UM BREVE PERCURSO HISTÓRICO

Busca-se aqui verificar os contornos que o desenvolvimento foi assumindo ao longo da história do país, principalmente em seus momentos de maior ênfase em torno do desenvolvimento. Esse breve percurso histórico traz à tona projetos, modelos, fases e padrões de desenvolvimento que foram se configurando no país e o papel assumido pelo Estado nesse processo. Para tanto se utilizou do aporte teórico de autores como: Fernandes (2006), Pochmann (2010), Cardoso (1978, 2006), Bielschowsky (2000), Freitag (2005), Frigotto (2009), Coutinho (2006) e Oliveira (2003). A escolha destes autores se deu em razão de os mesmos apresentarem discussões sobre o desenvolvimento, a atuação do Estado e o capitalismo de forma consistente e numa perspectiva crítica, embora cada autor divida ou nomeie cada momento de forma diversa e até mesmo apresente perspectivas diferenciadas em torno do assunto.

É fato que a ideia de desenvolvimento foi assumindo contornos diferenciados ao longo do tempo. Até a década de 1970, por exemplo, predominava o aspecto econômico do desenvolvimento; na década de 1980, incorporou-se o aspecto social e na década de 1990 ocorreu a adoção do significado de desenvolvimento sustentável. Na atualidade, arrisca-se a hipótese de incorporação de um novo enfoque ao desenvolvimento, o científico-tecnológico.

Fernandes (2006) observa a existência de três fases no desenvolvimento capitalista da sociedade brasileira: a primeira fase esteve associada ao surgimento de um mercado capitalista moderno e estendeu-se desde a abertura dos portos, no início do século XIX, até meados deste mesmo século; a segunda fase, de um capitalismo competitivo, se caracterizou pela formação de um mercado competitivo, compreendendo desde a economia urbano-

comercial até a primeira transição industrial, indo de 1860 a 1950; a terceira fase, de um capitalismo monopolista, é caracterizada pela reorganização do mercado e do sistema de produção, que através das grandes corporações realizam as operações comerciais, financeiras e industriais. Essa fase se acentuou no final da década de 1950 e se estende até os dias atuais.

Cardoso (2006) observa, de acordo com Florestan Fernandes, que a expansão do capitalismo monopolista cria o capitalismo dependente, ou seja, o capitalismo dependente é uma forma que o desenvolvimento capitalista assume na sua fase monopolista e que o capitalismo dependente resulta da parceria entre as burguesias locais e as burguesias internacionais, não se tratando apenas de uma dominação externa. A autora afirma que o desenvolvimento desigual é próprio do capitalismo, mas que nos países de capitalismo dependente a desigualdade se torna extremada e a democracia restrita.

Pochmann (2010), em sua análise sobre o desenvolvimento brasileiro distingue dois padrões de desenvolvimento presentes na história do país: o primeiro compreende a sociedade agrária, que predominou até o século XVIII e, a partir de então, transitou para um novo padrão que foi se configurando: o da sociedade urbano-industrial. Além destes dois padrões o autor analisa ainda a transição, neste início de século XXI, para um novo padrão de desenvolvimento que desponta a partir do avanço da sociedade pós-industrial.

O primeiro padrão, que correspondeu à sociedade agrária, compreendeu o período Colonial (1500 a 1822), Imperial (1822 a 1889) e a República Velha (1889 a 1930). Esse período, pela sua longa duração e pelo fato de ter sua origem na fase mais avançada do agrarismo no mundo, deu certas especificidades à transição para a próxima fase, que é a urbano-industrial (POCHMANN, 2010).

O autor verifica duas características principais na evolução do desenvolvimento brasileiro resultantes do modelo de colonização português, pautado na produção e exportação da cana-de-açúcar. A primeira característica diz respeito à vinculação da organização interna da estrutura econômica e social brasileira à dinâmica externa. Pochmann (2010) explica que isso ocorreu porque a produção agrícola, principal atividade econômica do país estruturou-se em torno de três elementos: na monocultura para exportação, no latifúndio e no trabalho escravo, denotando um desenvolvimento voltado para fora, para o mercado externo e dessa forma limitando e até mesmo impossibilitando a formação de um mercado interno. A outra característica observada pelo autor é a coexistência de dois circuitos econômicos distintos, um superior e outro inferior, em função da heterogeneidade da estrutura produtiva. O circuito superior contava com o apoio estatal, estava inserido no mercado internacional e estava associado a grandes empreendimentos gerados pela modernização tecnológica. O circuito

inferior, ao contrário, estava desconectado das ações do Estado e das novas tecnologias, mas, em contrapartida, gerava ocupação e renda para a população de menor poder aquisitivo.

Pochmann (2010) observa assim a presença do moderno em meio ao atrasado desde o início da colonização brasileira, expressando com isso o subdesenvolvimentismo do país.

Quanto a esse termo, Oliveira (2003) considera que o subdesenvolvimento é uma criação, uma produção da expansão do capitalismo, e não um estágio, uma etapa, como comumente se pensava. É uma unidade de contrários em que o novo, o moderno, cresce alimentando-se do atrasado; assim, um não existe sem o outro. O autor afirma que “o subdesenvolvimento é uma formação capitalista e não simplesmente histórica” (OLIVEIRA, 2003, p. 33) e que o desenvolvimento é um problema que diz respeito muito mais a uma oposição entre classes sociais internas do que entre nações.

Nesse primeiro padrão de desenvolvimento, Pochmann (2010) verifica o predomínio de um Estado mínimo, fragilizado institucionalmente, enfraquecido pela baixa arrecadação e que servia aos interesses da aristocracia agrária; uma economia pautada na exportação de produtos primários e subordinada ao mercado externo; uma grande desigualdade social e a aproximação subordinada com a potência capitalista mundial – a Inglaterra. Ao atraso socioeconômico do país por longo tempo o autor atribui, além do baixo dinamismo econômico da sociedade agrária, o posicionamento ocupado pelo Estado nesse processo.

Freitag (2005), ao analisar a política educacional brasileira no período de 1964 a 1975, contextualizou a sociedade brasileira a partir de três modelos de economia: o primeiro modelo, agroexportador, correspondeu ao Período Colonial, do Império e da Primeira República ou República Velha, conforme distinção feita também por Pochmann (2010), indo desde a colonização em 1500 até 1930; o segundo modelo, considerado pela autora como de substituição de importações, correspondeu ao período de 1930 a 1960, aproximadamente, e o terceiro modelo, caracterizado como de internacionalização do mercado interno, vai de 1960 até a atualidade. De acordo com a autora, neste primeiro modelo não havia instituições autônomas que compusessem a sociedade política, visto que esta se limitava a representações locais do poder da metrópole, e a sociedade civil, por sua vez, era composta quase que exclusivamente pela igreja, que exercia sua hegemonia. Mas com a independência do país se tornou necessário o fortalecimento da sociedade política e conseqüentemente ocorreu o enfraquecimento da igreja.

O segundo padrão de desenvolvimento analisado por Pochmann (2010) – da sociedade urbano-industrial – representou, segundo o autor, a possibilidade de acesso a uma condição socioeconômica superior, pois a redistribuição do excedente econômico produzido

por essa sociedade possibilitaria a politização da questão social, a partir de regimes democráticos. Porém, o autor afirma que o modelo de desenvolvimento urbano-industrial constituído no Brasil não necessariamente proporcionou tal possibilidade, uma vez que foi estabelecido em um ambiente político não democrático e com o poder econômico concentrado nas mãos de poucos.

O autor afirma que foi a partir da expansão da economia cafeeira, acompanhada da substituição do trabalho escravo pelo trabalho assalariado e de mudanças nas políticas tarifárias, que o processo de industrialização foi, aos poucos, se constituindo no país.

Sobre esse processo de industrialização, Bielschowsky (2000) traz importantes contribuições que ajudam a entender também a formação econômica e social do país, a partir de seu estudo, verificando a evolução do pensamento econômico brasileiro durante o ciclo desenvolvimentista, que teve seu início justamente na passagem para o segundo padrão de desenvolvimento citado por Pochmann (2010). De acordo com Bielschowsky (2000, p. 33), o desenvolvimentismo foi “o projeto de superação do subdesenvolvimento através da industrialização integral, por meio de planejamento e decidido apoio estatal”.

O ciclo desenvolvimentista analisado pelo autor teve sua origem no período de 1930 a 1944, transitou para uma fase de amadurecimento entre 1945 e 1955 e alcançou o auge entre 1956 e 1960, entrando em crise no período de 1961 a 1964, e representou a passagem do Brasil, de uma economia marcadamente agrária, para uma economia de base industrial. Nesse período, segundo o autor, ocorreu uma profunda divisão do trabalho no país devido a introdução do progresso técnico mundial e também se estabeleceram as bases do atual sistema produtivo brasileiro, por isso a grande importância de tal período para o entendimento da complexa sociedade brasileira atual.

De acordo com Bielschowsky (2000), o desenvolvimentismo possibilitou identificar cinco principais correntes de pensamento econômico, que foram: a corrente neoliberal, três correntes desenvolvimentistas – do setor privado, do setor público não nacionalista e do setor público nacionalista – e a corrente socialista. O autor considera, ainda, o pensamento de Ignácio Rangel, que não pôde ser classificado em nenhuma das cinco correntes em virtude da independência de seu pensamento. A corrente neoliberal e a desenvolvimentista nacionalista foram, segundo o autor, as que mais expressaram o pensamento econômico brasileiro no período.

A corrente neoliberal defendia a liberdade das forças de mercado e buscava o equilíbrio monetário e financeiro como forma de se atingir a eficiência econômica. Sua característica principal era contrapor as propostas desenvolvimentistas, admitindo intervenção

estatal somente para sanar possíveis desajustes. Essa corrente era resultante das transformações porque teve que passar a ideologia liberal a partir dos anos de 1930, em virtude da crise internacional e das transformações sociais, econômicas e políticas que se sucederam a partir daí. Seu principal representante era Eugênio Gudim, o mais importante economista conservador brasileiro do período (BIELSCHOWSKY, 2000).

Segundo este autor, as três correntes desenvolvimentistas tinham em comum o projeto de formar no Brasil um capitalismo industrial moderno com planejamento e intervenção do Estado, mas diferenciavam-se entre si pelo posicionamento frente ao grau de intervenção do Estado, ao capital estrangeiro e à questão inflacionária.

A corrente desenvolvimentista do setor privado apresentava uma posição antiliberal, era favorável à industrialização e ao apoio do Estado na acumulação privada, mas apresentava uma posição bastante variada em relação ao grau de participação do Estado e à participação do capital estrangeiro. Essa corrente enfatizava a preservação dos mercados, a ampliação do crédito e fazia oposição a aumentos nos salários e na tributação dos lucros. Seu principal representante foi Roberto Simonsen, ressalta Bielschowsky (2000).

A corrente desenvolvimentista do setor público não nacionalista, formada por técnicos do governo, era favorável ao apoio do Estado à industrialização do país, mas preferia soluções privadas em casos que envolvessem disputas de inversões estatais, inclusive do capital estrangeiro. Além disso, tendia à políticas de estabilização monetária e defendia a entrada de capital estrangeiro nos setores de energia, transporte e mineração. Roberto Campos foi o economista de maior destaque dessa corrente (BIELSCHOWSKY, 2000).

A corrente desenvolvimentista do setor público nacionalista defendia inversões do Estado em setores estratégicos para o processo de industrialização, pois o objetivo maior era garantir o processo de industrialização de forma planejada para solucionar o atraso do país. Essa corrente era contrária às políticas de estabilização, que poderiam desencadear a recessão. Celso Furtado foi o economista de maior destaque dessa corrente e dentre suas ideias estava a subordinação da política monetária à política de desenvolvimento, planejamento e apoio do Estado à industrialização e reformas sociais, como melhor distribuição de renda e reforma agrária (BIELSCHOWSKY, 2000).

Já a corrente socialista era vinculada ao Partido Comunista Brasileiro. Essa corrente defendia a intervenção do Estado e tinha como projeto básico a transição para o socialismo, que se daria através do desenvolvimento das forças produtivas via industrialização. As duas questões básicas enfrentadas por essa corrente eram o imperialismo e a reforma agrária, destaca Bielschowsky (2000).

Ignácio Rangel formulou uma teoria sobre o desenvolvimento econômico brasileiro, cujo elemento-chave centrava-se na tese da dualidade, presente em suas análises sobre planejamento, reforma agrária, inflação e crise do início da década de 1960. Seu pensamento divergia de todas as correntes anteriores e sua tese da dualidade consistia em considerar a existência simultânea de dois modos de produção no Brasil e que os mesmos são transformados pelas contradições entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção internas e externas. Observa-se que Rangel divide as relações de produção em internas e externas e considera que essa dupla determinação é que provoca a dualidade. Como exemplo tem-se o caso do latifúndio brasileiro no início do século passado. Em suas relações internas, agrícolas, prevaleciam relações de produção feudais, ao passo que em suas relações externas, de comércio internacional, prevaleciam relações capitalistas. Assim, tinha-se a coexistência de dois modos de produção, por isso Rangel considerava a economia brasileira como dual (BIELSCHOWSKY, 2000).

No entender de Cardoso (1978), a ideologia do desenvolvimentismo se apresentava como progressista, como se a industrialização bastasse para resolver todos os problemas do país e a prosperidade pudesse ser geral para todos aqueles que dessem sua participação. Segundo a autora, não havia, por parte dos cientistas e técnicos em economia, nenhuma discussão a respeito do significado do desenvolvimento; o mesmo era visto como um fenômeno universal, inquestionável, que não era discutido e que recebia um tratamento meramente técnico. A preocupação era com a expansão do sistema, elevando a taxa de crescimento, na busca de um desenvolvimento autônomo.

Cardoso (1978) afirma que o desenvolvimentismo foi a ideologia do crescimento econômico a qualquer custo, excluindo os meios que contrariavam a ordem vigente. Além disso, despertava nas pessoas a consciência do desenvolvimento, construindo uma nova mentalidade. Nesse sentido, a ideologia procurava infundir sentimentos de fé, esperança e coragem capazes de motivar o comportamento nos sentidos desejados e valorizados por ela.

Percebe-se, com isso, que intencionalmente a política desenvolvimentista rompia com uma hegemonia antiga, considerada atrasada (agrária), favorecendo a solidificação de uma nova hegemonia, a hegemonia industrial.

Pochmann (2010) afirma que a crise econômica de 1929, que indicou o esgotamento do modelo primário exportador e a Revolução de 1930, que abriu a possibilidade da constituição de uma nova maioria política, contribuíram para a transição para a sociedade urbano-industrial.

Oliveira (2003) também considera a Revolução de 1930 como um divisor de águas na economia brasileira, marcando o fim de um ciclo, o da hegemonia agrário-exportadora, e o início de outro, o da predominância da estrutura produtiva de base urbano-industrial, introduzindo-se, assim, um novo modo de acumulação.

Freitag (2005) considera que essa transição para o modelo de substituição de importações, que teve início na década de 1930, embora tenha sido consequência da crise econômica de 1929, foi reforçada pela conjuntura internacional da Segunda Guerra Mundial, que permitiu à indústria nacional se desenvolver, pois sem essa conjuntura não seria possível a substituição de importações. Tanto isso se confirma que ao final da guerra, a autora afirma que as relações de dependência do país em relação ao mercado internacional, que haviam diminuído durante a guerra, voltaram a se restabelecer.

Bielschowsky (2000) considera que, embora já existisse uma consciência industrialista no país, tal consciência não era expressiva e que a década de 1930 e a Segunda Guerra Mundial é que propiciaram mudanças substanciais nesse sentido. Para o autor, o período de origem do desenvolvimentismo, que foi de 1930 a 1944, esteve associado ao surgimento de quatro elementos ideológicos fundamentais ao projeto desenvolvimentista: a consciência de que era preciso implantar no país um setor industrial que fosse capaz de produzir insumos e bens de capital necessários à produção de bens finais; a consciência de que era preciso criar mecanismos que centralizassem recursos financeiros necessários à viabilização da acumulação industrial desejada; a ideia de que o Estado representava os interesses coletivos da nação, devendo promover a unificação nacional, apoiar a iniciativa privada, bem como ser responsável pelo planejamento; a nova dimensão que o nacionalismo econômico adquiriu, com o aumento do sentimento anti-imperialista e a visão de que o apoio estatal à industrialização deveria ir além do planejamento e do controle sobre recursos naturais, abrangendo outros setores de infraestrutura básica, como transportes, energia, etc.

Segundo o autor, havia também dois fatores históricos que deram suporte ao desenvolvimentismo. O primeiro estava relacionado ao surto industrial que ocorria naquele momento: a crise econômica internacional de 1929 repercutiu internamente no país, provocando a crise do setor exportador, que somada às desvalorizações cambiais e a capacidade ociosa acumulada desde a década de 1920 provocou um deslocamento na economia, que se direcionou para o mercado interno e passou por um processo de transformação em sua base produtiva; o segundo fator estava relacionado à criação de instituições que passaram a regular e controlar as atividades econômicas do país, contribuindo assim com a formação de uma consciência desenvolvimentista. Os integrantes dessas

instituições, técnicos e militares, formaram uma elite que passou a fazer parte do poder decisório a partir das brechas proporcionadas pela Revolução de 1930. Por isso, o autor considera que a Revolução de 1930 propiciou uma mudança de hegemonia, com o enfraquecimento das oligarquias regionais e a entrada de novos atores à restrita elite dirigente do país.

Pochmann (2010) afirma que a ação do governo diante da crise de 1929 foi buscar proteger a produção interna e desenvolver o mercado interno, através de políticas de estímulo à industrialização e substituição de importações. Tais medidas garantiram o enfrentamento da crise e proporcionaram meio século de avanços na direção da construção da sociedade urbano-industrial. No entanto, segundo o autor, “os resultados não foram suficientes, pois a capacidade de o país gerar autonomia pela ampliação tecnológica não se revelou robusta, tendo em vista a forte presença de empresas multinacionais na produção interna” (POCHMANN, 2010, p. 55).

Oliveira (2003) destaca que a expansão industrial ocorrida após 1930 se deu sem a infraestrutura adequada, uma vez que se produziu sobre uma base de acumulação razoavelmente pobre, já que a agricultura fundava-se sobre uma acumulação primitiva. O autor afirma que, com isso, essa expansão se deu sobre um modo de acumulação desigual e combinado, introduzindo relações novas no arcaico e reproduzindo relações arcaicas no novo.

Pochmann (2010) afirma que o avanço das forças produtivas do capitalismo industrial no período entre 1930 a 1980, que corresponde ao período de construção da sociedade urbano-industrial, expressou o perfil da maioria política que conduzia o projeto de industrialização do país e que essa maioria política não era necessariamente democrática, visto que grande parte desse período foi marcado por regimes autoritários e ditadura militar. Além disso, o autor constata que apesar das profundas mudanças na estrutura econômica e social do país persistiram as desigualdades da sociedade agrária, com o desenvolvimento econômico descolado do desenvolvimento social e o crescimento econômico sendo repartido de forma desigual tanto entre a população quanto entre as regiões geográficas do país.

Freitag (2005), por sua vez, considera que a mudança que ocorreu na classe dirigente brasileira durante a vigência do modelo de substituição de importações foi a divisão de poder entre a aristocracia agrária e a burguesia industrial, o que acabou provocando uma reorganização dos poderes repressivos do Estado. Assim, segundo a autora, a partir da chegada ao poder de Vargas em 1930 e da implantação do Estado Novo em 1937, a sociedade política subordinou a sociedade civil ao seu controle, mediante traços ditatoriais.

Oliveira (2003) observa uma especificidade do modelo brasileiro de acumulação no período pós 1930, em que sua progressão não requereu a destruição completa do antigo modo de acumulação. O autor se refere ao pacto estrutural que preservou modos de acumulação distintos entre os setores da economia, quando na passagem da economia primário-exportadora para a urbano-industrial, já que as classes proprietárias rurais não foram totalmente excluídas da estrutura de poder nem dos ganhos da expansão do sistema, haja vista que as produções agropecuárias eram as únicas que geravam divisas.

Outra característica da sociedade urbano-industrial foi, segundo Pochmann (2010), a transição do Estado mínimo para o Estado desenvolvimentista. Porém, o autor considera que o papel do Estado nesse período foi o de favorecer os “monopólios sociais”, que são as classes altas e médias. Dessa forma, apesar do extraordinário crescimento econômico verificado entre 1930 e 1980, a distribuição da riqueza e renda ficou contida, uma vez que sindicatos e instituições representativas dos interesses dos trabalhadores estavam cerceados pelo regime militar (POCHMANN, 2010, p. 78-79).

Oliveira (2003) também observa que a interferência do Estado na economia nos anos seguintes a 1930 buscou criar as bases para que a acumulação capitalista industrial, no nível das empresas, pudesse se reproduzir. Segundo o autor, o Estado passou a intervir destruindo o modo de acumulação para o qual a economia se inclinava naturalmente, criando e recriando condições para que o novo modo de acumulação pudesse se estabelecer, transferindo recursos e ganhos para a empresa industrial e fazendo dela o centro do sistema.

Bielschowsky (2000) considera que a fase de amadurecimento do desenvolvimentismo no Brasil, que foi de 1945 a 1955, pode ser dividida em três momentos: o primeiro, que se deu no imediato pós-guerra, entre 1945 e 1947, foi de ressurgência de ideias liberais, sendo marcado no plano ideológico, da produção intelectual, por certo equilíbrio entre os posicionamentos dos desenvolvimentistas e dos liberais, com os primeiros defendendo a continuidade do processo de industrialização e os últimos buscando a normalização da economia de mercado. O autor considera que a conjuntura política deste primeiro momento era de movimentação em torno das eleições presidenciais diretas, pois o final do Estado Novo em 1945 abriu a possibilidade de uma reestruturação política no país.

No entanto, o autor afirma que como o resultado das eleições foi favorável ao candidato do Partido Social Democrático (PSD), partido de Getúlio Vargas, o cenário manteve-se dominado por oligarquias regionais. A Constituição de 1946, por sua vez, preconizava uma democracia restrita e controlada, mostrando o caráter conservador do Congresso Nacional. Em 1947 o Partido Comunista Brasileiro foi declarado ilegal,

permanecendo como única oposição ao governo o partido conservador da União Democrática Nacional (UDN). Além desses acontecimentos de cunho conservador, o Brasil cortou relações diplomáticas com a União Soviética e alinou-se aos Estados Unidos.

No plano econômico esse primeiro momento deu continuidade, apesar de algumas variações, à evolução que vinha sendo registrada na economia brasileira desde os anos de 1930, com a crescente diversificação do aparelho produtivo e as atividades urbano-industriais liderando a expansão da economia. Nesse momento, segundo o autor, tinha início uma inclinação ideológica a favor da industrialização e a ligação desta à formação de um mercado interno como alternativa à dependência externa do país.

O segundo momento verificado por Bielschowsky (2000), que foi de 1948 a 1952 e abarcou parte do governo de Dutra e parte de Vargas, foi de estabilidade econômica e política, com crescimento da economia. O autor considera que alguns fatores contribuíram para o amadurecimento do desenvolvimentismo, como a demanda empresarial pela reposição de equipamentos para o parque produtivo nacional e o fato do período ser marcado por uma forte tendência de planejamento tanto em países europeus quanto em países subdesenvolvidos, com a literatura econômica da época refletindo essa visão desenvolvimentista. Esse momento deu sequência às conquistas do momento anterior, ampliando a difusão da ideologia desenvolvimentista e criando a consciência de que era preciso por parte do governo a elaboração de projetos e a concentração de recursos financeiros necessários à consecução de tais projetos.

Nessa época, foi criada a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) pela Organização das Nações Unidas (ONU), que desempenhou forte papel na transformação da economia dos países periféricos, por fornecer um poderoso instrumental analítico antiliberal aos desenvolvimentistas, haja vista o vazio teórico existente pela falta de teorias adequadas às realidades econômicas e sociais da América Latina. Tais teorias faziam um contraponto à estratégia neoliberal de desenvolvimento, que defendia a livre movimentação das forças de mercado como meio para atingir a eficiência econômica. Nesse período, os dois temas político-ideológicos que faziam parte do debate econômico – nacionalismo e questões sociais – receberam tratamento diferenciado, com o primeiro atingindo seu ápice e o segundo recebendo pouca importância (BIELSCHOWSKY, 2000).

Cardoso (2006) faz algumas considerações que ajudam a entender o porquê do amadurecimento do desenvolvimentismo no Brasil ter se dado nessa conjuntura do pós-guerra. A autora afirma que para o capital continuar se expandindo precisa realizar mudanças na parte pobre do mundo, adequando-a a essa expansão. Para que essas mudanças ocorram ele

faz uso das teorias da modernização, que buscam enquadrar todas as sociedades dentro de uma mesma escala, indicando uma direção a ser seguida por todas, em um processo de passagem de um nível a outro. Tais teorias surgiram, segundo a autora, no momento em que uma nova hegemonia capitalista se constituía a partir da Segunda Guerra Mundial – os Estados Unidos – denotando uma nova fase de expansão do capitalismo. A conjugação das teorias da modernização e do desenvolvimento resultou, de acordo com a autora, nas políticas desenvolvimentistas, atendendo assim tanto a expansão do capitalismo para o terceiro mundo como também a contenção da expansão comunista.

O terceiro momento da fase de amadurecimento do desenvolvimentismo a que se refere Bielschowsky (2000), de 1953 a 1955, foi de reafirmação dos princípios desenvolvimentistas frente às investidas liberais. O autor considera que a principal característica desse momento foi o grau de maturidade que o desenvolvimentismo alcançou em torno da industrialização planejada. A sociedade e a economia estavam passando por uma profunda transformação em virtude do processo de industrialização e a ideologia desenvolvimentista estava disseminada nas instituições da administração pública federal. Porém, paralelo a isso, havia um consenso de que o país vivia uma crise econômica relacionada a problemas de inflação e de balanço de pagamentos. Segundo o autor, existiam razões econômicas e políticas para que isso ocorresse. Dentre as econômicas o autor cita o custo de vida elevado nas grandes cidades, a incapacidade para importar em função do déficit do balanço de pagamentos, a crise de energia elétrica e problemas de transporte. Já as razões políticas estavam relacionadas à oposição ao governo de Vargas, sob a suspeita de que o mesmo estaria planejando instaurar uma república sindicalista, formando assim, a partir do controle da classe operária, uma base autônoma de poder. Os opositores acusavam que a crise era consequência do excesso de intervenção do governo na economia e defendiam a liberação dos mecanismos de mercado. Nesse contexto de instabilidade política e de grande pressão sob o governo, Vargas se suicidou em 1954.

Foi nessa conjuntura econômica e política de grandes decisões a serem tomadas e de instabilidade política que o autor afirma que as correntes de pensamento econômico do ciclo ideológico do desenvolvimentismo foram estabelecidas. Quanto às propostas de planejamento discutidas nesse período o autor afirma a existência de duas grandes propostas: a primeira, de um planejamento setorial ou seccional, que buscava transformar os pontos de estrangulamento setoriais em pontos de crescimento para o restante do sistema e que acabou predominando na segunda metade da década de 1950; e a segunda, uma proposta de planejamento que era mais

global e abrangente, e que buscava direcionar os investimentos na totalidade da estrutura econômica com base em estudos e projeções de tendências, era a proposta da CEPAL.

O período de auge do desenvolvimentismo, segundo Bielschowsky (2000), ocorreu entre 1956 a 1960, momento em que o projeto de industrialização planejada já estava consolidado na literatura econômica do país e que Juscelino Kubitschek assumia a presidência com a promessa de fazer cinquenta anos em cinco, com um audacioso planejamento: o Plano de Metas. Segundo o autor, o período foi de estabilidade política e de grande crescimento econômico, com a aceitação de que o planejamento econômico tem reflexos decisivos na economia e com a política de investimento ocupando a posição central da política econômica do governo. Bielschowsky (2000, p. 406) afirma que o que norteava o pensamento econômico desse período era “aprofundar a industrialização, planejando-a, ampliando a infraestrutura de bens e serviços básicos, garantindo as importações necessárias e evitando a interrupção do processo de desenvolvimento por políticas contracionistas”.

Freitag (2005) afirma que no período de 1945 a 1960, considerado por ela como um período fácil de substituição de exportações, foi possível a manutenção de um pacto populista por parte do governo que conciliasse interesses do empresariado nacional, de setores populares e ainda do capital estrangeiro. Porém, ao final desse período de bonança tornou-se impossível, segundo a autora, conciliar as pressões distributivas das massas populares com a alta lucratividade das empresas. Surgiu assim uma polarização, com os setores populares de um lado e a classe média, o capital estrangeiro e as antigas oligarquias, de outro. A autora considera como característica desse período a coexistência de duas tendências: uma populista e outra antipopulista.

Na década de 1960, que Freitag (2005) avalia como o início do modelo de internacionalização do mercado interno, surgiu a necessidade do crescimento da demanda para dar continuidade ao processo de acumulação desejado. Para que isso fosse possível sem alterar o modo de produção capitalista havia duas possibilidades: a primeira seria a realização de reformas estruturais que permitissem a inclusão das massas populares no consumo, correspondendo assim à política populista do Estado, mas ao mesmo tempo fazendo com que a burguesia se sentisse ameaçada em seu controle de poder; a segunda, ao contrário, consistia em reorganizar a estrutura de consumo interno, que deveria ser baseado na extrema concentração de renda, com consumidores de alto poder aquisitivo, e aproveitar as possibilidades do mercado externo, com intensa exportação de produtos manufaturados e semimanufaturados, produzidos em parte por empresas multinacionais aqui instaladas. De acordo com essa segunda possibilidade, os investimentos seriam direcionados à produção de

bens sofisticados para o mercado interno e de bens para a exportação. No entanto, esses dois processos dependiam do capital estrangeiro, seja através das grandes empresas transnacionais, que fazendo parte da rede internacional de comercialização inseririam os produtos brasileiros no mercado externo, seja através de suas subsidiárias instaladas no país, que, utilizando tecnologia avançada, criariam um consumidor mais exigente.

A escolha feita pela burguesia nacional foi, segundo Freitag (2005), a associação ao capital monopolista internacional, mesmo que fosse como sócio menor. Assim, com a internacionalização do mercado interno surgiu a exigência de uma reorganização da produção industrial, introduzindo tecnologias desenvolvidas nas metrópoles e direcionando a produção aos setores mais dinâmicos da economia.

Neste mesmo sentido, Oliveira (2003) afirma que no período Kubitschek (1956-1961) houve uma aceleração da acumulação capitalista em uma conjuntura internacional desfavorável, pois o capitalismo mundial estava se redefinindo, num sentido policentrista, o que resultaria em quase nenhum financiamento por parte dos países centrais ao Brasil. A solução para manter essa aceleração seria se associar ao capital estrangeiro, principalmente pelo fornecimento de tecnologia ou aumentar a exploração da força de trabalho.

A escolha a que se referiu Freitag (2005) promoveu mudanças também na organização do poder ao nível da sociedade política. A autora observa a existência de um paradoxo com a internacionalização do mercado interno: se de um lado as multinacionais buscavam um mercado interno com poder de compra para absorver os bens sofisticados produzidos, de outro ela buscava garantir uma taxa de lucro maior através do pagamento de salários mais baixos aos trabalhadores. Para resolver esse impasse foi necessária, segundo a autora, uma reorganização administrativa, tecnológica e financeira, que mexeu com o controle social e político a fim de tornar o Estado novamente o mediador dos interesses privados. Nesse momento, afirma Freitag (2005), a força militar ocupou o Estado em nome dos interesses que se acreditava serem da nação. Assim, o impasse foi resolvido com os aparelhos repressivos do Estado suprimindo os mecanismos democráticos das classes trabalhadoras e com a criação de uma classe intermediária de alta renda que estaria apta a consumir os produtos sofisticados produzidos.

De acordo com Oliveira (2003), a ditadura militar financiou-se externamente para elevar o coeficiente de investimento, gerando com isso uma enorme dívida que se transformou em fator de coerção do crescimento e de subordinação financeira internacional.

O período de 1961 a 1964 foi, segundo Bielschowsky (2000), de crise no pensamento desenvolvimentista. O período foi marcado por forte instabilidade política desde a posse de

Jânio Quadros até o golpe militar de 1964. Além disso, houve queda no crescimento, dificuldades financeiras, monetárias e cambiais e grande mobilização por reformas sociais. Nesse quadro de crise o projeto de industrialização planejada deixou de ser o núcleo das propostas e análises para dar lugar a questões relacionadas a problemas monetários e do balanço de pagamentos e às reformas sociais, principalmente reforma agrária. Segundo o autor, isso significou uma alteração no desenvolvimentismo, que passou a considerar a interação existente entre crescimento e distribuição de renda, haja vista que o vertiginoso crescimento econômico do período anterior trouxe consigo miséria, inflação e desemprego, mostrando que a industrialização, por si só, não resolveu os problemas sociais do país. O autor afirma que esse período de crise desencadeou reflexões sobre o modelo de desenvolvimento capitalista que estava em curso no Brasil e sugere ainda que um novo ciclo ideológico no pensamento econômico estava em evolução – o ciclo reformista – que, no entanto, foi interrompido pelo golpe militar.

Nesse novo contexto o autor observa que os economistas das várias correntes assumiram três posições: conservadora, reformista e revolucionária.

A posição conservadora seria composta pelos neoliberais, pelos desenvolvimentistas do setor público não nacionalistas e por parte dos desenvolvimentistas do setor privado. Para esses a ênfase estava em controlar as atividades produtivas do Estado, atrair capital estrangeiro e controlar a inflação, dando continuidade ao capitalismo industrial do país sem reformas sociais.

A posição reformista era composta pelos desenvolvimentistas do setor público nacionalistas, que defendiam o desenvolvimento capitalista com reformas sociais e redistribuição de renda, intervenção do Estado na economia e controle do capital estrangeiro.

A posição revolucionária envolvia os membros do Partido Comunista Brasileiro e de diversas organizações dissidentes que se opunham a qualquer estratégia de desenvolvimento econômico e social capitalista e almejavam a transição para o socialismo.

As três posições assumidas pelos economistas a que se referiu Bielschowsky (2000) - conservadora, reformista e revolucionária - vão ao encontro das afirmações de Frigotto (2009) sobre a existência de três projetos de desenvolvimento na constituição do Estado brasileiro durante o século XX. Frigotto (2009) afirma, considerando a análise feita pelo cientista político Luis Antonio Fiori, que o primeiro projeto defendia a aliança incondicional ao capital internacional como forma de promover o desenvolvimento do Brasil, tendo se tornado dominante; o segundo projeto, também chamado de nacional desenvolvimentismo, buscava desenvolver um mercado interno como forma de libertar o país da dependência externa,

porém, sem grandes mudanças estruturais, mantendo a dualidade social; o terceiro projeto, nunca chegou ao governo, embora sempre estivesse na disputa ideológica, fazendo-se presente através da aliança de forças diversas, que tinham em comum um projeto nacional de desenvolvimento que incluísse as massas, baseada na inclusão com qualidade.

Na década de 1980 deu-se a passagem do regime autoritário ao democrático. No entanto, Pochmann (2010) ressalta que tal passagem se deu em um contexto econômico desfavorável, em função da crise da dívida externa que se instaurou no Brasil no início desta década. A opção do país para enfrentar a crise, segundo o autor, foi abandonar o projeto de desenvolvimento pautado na expansão do mercado nacional, deixando com isso os investimentos no setor produtivo e no mercado interno para saldar a dívida externa, redirecionando a produção para as exportações. Tal opção gerou um quadro de desajuste interno, tanto econômico quanto social, marcado pela recessão, inflação alta, endividamento público, ajuste fiscal, desemprego, desigualdade de renda, dentre outros. O autor considera, ainda, que essa década foi acompanhada também por uma crítica generalizada à dominação que o ideário em prol do desenvolvimento a qualquer custo exercia no mundo. A ênfase nesse período recaiu sobre o desenvolvimento social, visto que o desenvolvimento baseado apenas no crescimento econômico deu provas de não atender aos anseios de promover o progresso e melhoria para todos.

O autor destaca que a crise da década de 1980 no Brasil foi consequência da opção dos Estados Unidos, ao final da década de 1970, de perseguir o receituário neoliberal, que promoveu a revisão do papel do Estado, a elevação da taxa de juros, a abertura comercial e financeira, o avanço da globalização, uma nova divisão internacional do trabalho e desencadeou o endividamento dos países periféricos. Essa opção estadunidense se deu em função da crise econômica de 1973, que evidenciou o esgotamento do padrão de financiamento do ciclo de expansão das economias capitalistas e o enfraquecimento dos Estados Unidos enquanto hegemonia mundial. Dessa forma, ao aderir ao receituário neoliberal os Estados Unidos passaram por um processo de reestruturação econômica que lhes permitiu manter sua hegemonia, em detrimento dos países periféricos.

Apesar do contexto econômico brasileiro desfavorável, Pochmann (2010) afirma que o regime democrático favoreceu a emergência de medidas sociais que amenizaram os efeitos maléficos do ciclo da financeirização da riqueza que se iniciava.

O autor faz a interessante observação de que foi a opção pela recessão feita pelo último governo militar na década de 1980 que acelerou o processo de redemocratização do país, uma vez que tal opção deixou insatisfeita sua base de apoio político e social. Na crise

econômica anterior, de 1973, a escolha foi outra, segundo o autor, com a implementação do segundo Plano Nacional de Desenvolvimento, o qual reforçou a base industrial do país, ampliou investimentos em alternativas energéticas e em medidas sociais.

Em relação à década de 1990, Pochmann (2010) considera que o país perseguiu o receituário neoliberal, enfraquecendo ainda mais as possibilidades de expansão econômica nacional. Segundo o autor, a desindustrialização da produção e o crescimento nas exportações de produtos primários são evidências de que o país ingressou na nova Divisão Internacional do Trabalho de forma subordinada, uma vez que ao desenvolvimento tecnológico não foi dada a devida importância. Assim, a internacionalização da economia brasileira, seja pelas privatizações, seja pela aquisição de empresas privadas nacionais pelo capital estrangeiro, afastou a possibilidade de retomada do projeto de desenvolvimento nacional.

Assim, de acordo com Pochmann (2010), as duas últimas décadas do século XX foram marcadas por um baixo dinamismo econômico, inflação alta e desorganização das finanças públicas. O autor afirma que ao Estado coube a maior responsabilidade em promover o ajustamento econômico, guiando-se por dois eventos: o primeiro deles era desenvolver uma macroeconomia financeira para compensar a perspectiva de queda na taxa de lucro do setor privado; o segundo era o atendimento mínimo das demandas populares, haja vista o estabelecimento de um regime democrático. Para atingir o primeiro evento o autor observa o uso de dois instrumentos: a expansão da dívida pública em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), que possibilitava a transferência de parcela da riqueza nacional aos segmentos privilegiados pela financeirização da riqueza, e a transferência dos investimentos que iriam para o setor produtivo, principalmente para infraestrutura, para o mercado financeiro.

Quanto ao segundo evento, a década de 1980 foi de avanços em relação à construção de um Estado de bem-estar social, mas nos anos de 1990 observou-se uma diminuição e modificação nos gastos sociais, com mais ênfase em ações assistencialistas. De acordo com Pochmann (2010) as reformas da década de 1990 privatizaram o espaço público, com a participação crescente das organizações sociais (OS) e das organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP), em substituição à ação do Estado. Essa década foi também a de maior exclusão social e de retrocesso nas conquistas trabalhistas, com a geração de postos de trabalho precários.

Pelas colocações de Pochmann (2010), observa-se que a sociedade urbano-industrial pode ser dividida em dois momentos: no primeiro predominou um modelo de desenvolvimento desenvolvimentista, com ênfase na industrialização do país e forte atuação do Estado no planejamento; no segundo momento, que corresponde às últimas décadas do

século XX, predominou um modelo neoliberal de desenvolvimento, com ênfase na internacionalização da economia, desindustrialização e um Estado mínimo.

Cardoso (2005c apud CARDOSO 2006) afirma que o cenário político brasileiro tem sido dominado pela modernização, com Juscelino Kubitschek sendo um exemplo de modernização desenvolvimentista e Fernando Henrique Cardoso de modernização neoliberal. Dessa forma, segundo a autora, a globalização nada mais é do que a teoria da modernização sob nova roupagem, adaptada à forma atual assumida pelo capitalismo. Cardoso (2006) afirma ainda que a modernização tem funcionado como uma ideologia que tem colocado o desejo de ser moderno e desenvolvido como o objetivo maior a ser alcançado por todos.

Pochmann (2010) observa que neste início do século XXI está ocorrendo uma transição para um novo padrão de desenvolvimento brasileiro, que ele chama de social-desenvolvimentismo e que está sendo construído à medida que avança a sociedade pós-industrial. Tal padrão, segundo o autor, combina crescimento econômico com melhorias sociais. Como prova disso o autor cita algumas ações que estão sendo tomadas nessa direção, como a conquista da soberania nacional, uma vez que o país mudou sua posição frente aos organismos multilaterais, passando de devedor a credor; a formação de reservas externas; o redirecionamento do comércio externo para o eixo sul-sul; investimentos no setor produtivo; diminuição da despesa pública com a financeirização da riqueza e ampliação do gasto social. Tais ações têm proporcionado, segundo Pochmann (2010), diminuição da pobreza e volta da mobilidade social, fazendo com que o Brasil alcance recentemente avanços nas políticas de segurança social, embora não tenha rompido definitivamente com a natureza da exclusão social.

Pochmann (2010, p. 119) constata que o projeto de sociedade existente não pode ser universalizado, “salvo na forma do subdesenvolvimento que gera o mito de permitir a absorção de alguns segmentos sociais simultaneamente à exclusão da maior parte da sociedade”. O autor observa que a nova Divisão Internacional do Trabalho vem concentrando o trabalho de concepção nos países ricos e o de execução nos países periféricos, em um cenário de desgovernança global, isso graças ao avanço tecnológico associado a cadeias de produção em redes planetárias. Trata-se, segundo o autor (p. 120), de um “neodarwinismo social”, que estimula atitudes individualistas e competitivas.

Nesse sentido, Pochmann (2010) enfatiza a necessidade de uma nova agenda civilizatória, construída por uma maioria política composta pelas diversas classes sociais, como forma de se fazer um contraponto ao projeto neoliberal e de fortalecer essa maioria política na disputa pelo fundo público. Para o autor, essa maioria política compromissada com

a sustentação das atividades produtivas com redistribuição da riqueza e da renda e da democratização das estruturas de poder, produção e consumo já está em construção. Nesse sentido, um desenvolvimento novo, construído em novas bases e pautado na democracia é a realidade que se impõe nesse novo contexto. Isso exige, segundo o autor, uma profunda reforma do Estado, não cabendo mais uma ação setorializada, mas sim, matricial e intersetorial, ou seja, articulada, integrada, para dar conta de problemas estruturais e conjunturais. Três grandes eixos estruturadores desse novo Estado precisam ser buscados, na opinião de Pochmann (2010), como a constituição de novas instituições na relação do Estado com o mercado, que promovam a competição e combatam os monopólios; o segundo eixo está relacionado à propriedade, com mudanças na tributação sobre a riqueza; e o terceiro eixo está relacionado à transformação do padrão de gestão pública, que exige cada vez mais o profissionalismo e a meritocracia na condução das ações públicas. O autor vê também a necessidade do empoderamento do Estado para que este assuma o planejamento de médio e longo prazos e a gestão do fundo público.

O autor afirma que a crise econômica global de 2008 provocou uma mudança significativa na conjuntura mundial, representando uma nova fase de desenvolvimento capitalista, pois nunca antes se tinha assistido a uma crise em um contexto de capital globalizado como agora. Assiste-se, assim, a um deslocamento do centro dinâmico do capitalismo, com a queda da hegemonia dos Estados Unidos e a formação de um mundo multipolar, com características policentristas. Pochmann (2010) afirma que essa crise, que faz parte das crises periódicas do sistema capitalista, representa uma oportunidade histórica para que países periféricos assumam algum protagonismo, pois o esgotamento do modelo de valorização do capital abre possibilidades para o surgimento de novas formas. O autor observa com isso que uma mudança de paradigma está ocorrendo, com o abandono das ações adotadas nas décadas anteriores e a busca de ações voltadas à produção e ao emprego, ao fortalecimento do Estado, à constituição de novas bases institucionais para a governança global.

O autor considera que a crise pode representar uma oportunidade para o Brasil, uma vez que o país se encontra mais bem preparado para enfrentá-la, por estar vivendo um cenário de crescimento econômico com inclusão social. Segundo o autor, o país conta com uma rede de atenção pública voltada para a base da pirâmide social e nos últimos anos percebe-se uma modificação na sua estrutura social, com diminuição da pobreza e da desigualdade de renda, expressando um movimento de ascensão social, embora essa ascensão não tenha ocorrido de forma homogênea entre todas as regiões do país. Além disso, desfruta-se de um regime

democrático, que abre possibilidades para a construção de um desenvolvimento pautado em novas bases econômicas, sociais e ambientais.

Para Pochmann (2010), esse novo desenvolvimento do capital vai depender da retomada do capitalismo reorganizado, ao contrário da defesa neoliberal de mercados desregulados, e sua expansão vai depender de três fatores: da alteração da partilha do mundo em novas centralidades, novos centros regionais de desenvolvimento, com a possibilidade inclusive de construção de uma nova polaridade no sul da América Latina; de associar o ultramonopolismo privado com o Estado supranacional, pois diante do risco dos monopólios privados se fortalecerem a tal ponto a chegarem a controlar países surge a necessidade de fortalecimento do Estado para além do espaço nacional; da internalização da revolução técnico-científica na produção e consumo ambientalmente sustentáveis, ou seja, um novo modelo de produção e consumo se faz necessário e as inovações técnico-científicas podem contribuir para isso.

O referido autor vê a possibilidade de o Brasil sair da posição de economia dependente e subordinada e alcançar uma posição de liderança em um novo padrão de desenvolvimento suprarregional. Internamente o autor observa a necessidade de se considerar quatro questões para um desenvolvimento de longo prazo: a primeira diz respeito à demografia nacional, visto que é preciso considerar a necessidade de conter o crescimento populacional e estar atento à mudança na estrutura populacional, com o envelhecimento da população, o que exigirá reformulações nas políticas públicas; a segunda questão refere-se à necessidade de um desenvolvimento vinculado à sustentabilidade ambiental, o que requer estratégias de desenvolvimento regionais e locais diferenciadas, de acordo com os diferentes biomas brasileiros; a terceira questão está relacionada à desigualdade existente entre as regiões brasileiras e a necessidade de se considerar isso em qualquer projeto de desenvolvimento, pois a reprodução de uma mesma lógica, de um mesmo modelo, já se mostrou insuficiente; a quarta e última questão se refere aos investimentos produtivos e educacionais, que segundo Pochmann (2010) estão sendo viabilizados mediante um esforço em redirecionar os recursos do circuito da financeirização da riqueza para o setor produtivo e para a expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica, bem como do ensino superior público e para apoiar o ensino básico.

Assim, observa-se que Pochmann (2010) tem uma atitude bastante otimista diante deste novo cenário que se abre recentemente para o país. Porém, em suas análises, percebe-se que as mudanças que o autor considera necessárias não buscam romper com o modo de

produção capitalista, mas sim torná-lo mais humanizado, se é que é possível falar em humanidade dentro desse sistema.

No decorrer da trajetória do desenvolvimento do país pode-se perceber como o Estado tem ocupado uma posição central, não sendo possível desconsiderar sua atuação como elemento de condução de qualquer projeto de desenvolvimento, independente de qual seja a perspectiva, pois mesmo que o Estado saia de cena, sua ausência já indica um posicionamento.

Coutinho (2006) observa o consenso entre os analistas de que o Estado brasileiro está em crise e de que esse Estado corresponde àquele que se formou a partir da Revolução de 1930. O que não é muito consensual, segundo o autor, é a constatação de que os traços que caracterizam esse Estado tenham se originado no início da colonização brasileira.

Para o autor, o país foi marcado até há pouco tempo por um Estado forte e autoritário e por uma sociedade civil fraca e primitiva. Utilizando-se da distinção que Gramsci fez entre Oriente e Ocidente, Coutinho (2006, p. 173) afirma que o Brasil foi, até 1930, um Estado “de tipo oriental, na qual o Estado é tudo e a sociedade civil é primitiva e gelatinosa”, ao contrário do Estado Ocidental, que Gramsci considera como um tipo de Estado que se caracteriza por uma relação de equilíbrio com a sociedade civil.

O termo sociedade civil utilizada pelo autor está relacionado ao sentido utilizado por Gramsci, “como uma arena da luta de classes, como o conjunto de aparelhos privados de hegemonia que representam os interesses e valores de diferentes classes e segmentos sociais” (COUTINHO, 2006, p. 197), ao contrário da visão liberal que renomeia sociedade civil de terceiro setor.

O autor utiliza três paradigmas que, no seu entender, ajudam a entender o tipo de Estado que se formou no Brasil: o conceito de Lênin de ‘via prussiana’, que corresponde a um tipo de transição ao capitalismo que mantém elementos da velha ordem, tendo como pressuposto e resultado o fortalecimento do poder do Estado; o conceito de Gramsci de ‘revolução passiva’, que equivale à transformação que concilia as frações modernas e atrasadas das classes dominantes, excluindo a participação das classes populares; e o conceito de Barrington Moore Jr. de ‘modernização conservadora’, que consiste no moderno conservando elementos do atraso.

Coutinho (2006) considera que o processo de independência do Brasil se deu pela via prussiana ou passiva, ou seja, do alto, de cima para baixo, com a presença de um Estado muito forte antes mesmo da existência de uma nação, o que gerou efeitos negativos, pois a classe

dominante não tinha nenhuma afinidade com o povo, foi imposta de cima para baixo e de fora para dentro.

Neste mesmo sentido, o autor considera que a Revolução de 1930 foi o maior exemplo de via prussiana, revolução passiva e modernização conservadora, resultando na superposição do Estado à nação. E que, apesar do Brasil já ser uma sociedade capitalista, foi a partir de 1930 que o capitalismo se consolidou definitivamente no país, em um processo de industrialização que se deu pelo alto, pois a industrialização não resultou da ação do empresariado e sim da ação do Estado. Assim, o autor afirma que, da Revolução de 1930 até a implantação do neoliberalismo, na década de 1990, o capital industrial predominou no poder, dando lugar ao capital financeiro a partir de então.

Além desse aspecto de o Estado assumir uma postura autoritária, intervencionista e centralizadora, como instrumento de constituição da nação, outro aspecto observado por Coutinho (2006) diz respeito à marca corporativista que o Estado brasileiro passou a assumir a partir de 1930 e que durou até o governo Geisel. O autor afirma que esse corporativismo se deu não somente em relação à representação da classe trabalhadora, que passou a ter seus movimentos sindicais incorporados ao aparelho do Estado, mas também à representação da burguesia, que além da incorporação dos sindicatos utilizou-se de outros meios, como as câmaras setoriais criadas. Assim ocorreu o fortalecimento do Estado e o enfraquecimento da sociedade civil.

Outro momento de revolução passiva na história brasileira está relacionado ao golpe militar de 1964, que não rompeu com a relação estabelecida anteriormente entre Estado e sociedade civil, com as reformas sendo realizadas pelo alto e reprimindo qualquer tentativa da sociedade civil.

O autor considera que uma das características mais marcantes do modelo de Estado que se estabeleceu no período de 1930 a 1980 foi a presença de uma dominação sem hegemonia, haja vista o longo período de ditadura de 1937 a 1945 e de 1964 a 1985. Já no período populista, que foi de 1951 a 1964 o autor considera que houve uma hegemonia seletiva, ou seja, a proposta burguesa obteve o consenso de parte das camadas populares, principalmente dos trabalhadores urbanos com carteira assinada, que desfrutavam de alguns benefícios trabalhistas.

Coutinho (2006) afirma que o Estado brasileiro, em sua forma política autoritária e centralizadora sempre esteve a serviço de interesses privados, mas não conseguiu eliminar a sociedade civil, pois esta continuou crescendo mesmo ao longo dos períodos de ditadura. O autor revela que foi na transição da ditadura à democracia que esse tipo de Estado deu sinais

de estar em crise, revelando que o Brasil já tinha se tornado uma sociedade de tipo ocidental, conforme a definição de Gramsci, que embora tenha um Estado forte tem também uma sociedade civil articulada e forte. Mas o problema existente, segundo Coutinho (2006), é saber a qual modelo de sociedade ocidental o Brasil vai aderir, ou seja, como vai se dar a relação entre Estado e sociedade civil no país. Segundo o autor, existem dois modelos principais de sociedades ocidentais que ele denominou de norte-americano e europeu.

O modelo norte-americano é caracterizado pelo autor por uma organização política e representação de interesses pautada em partidos sem definição ideológica, em que as políticas tem o mesmo projeto de sociedade e que, portanto, é o modelo mais adequado à conservação do capitalismo, e de organizações sindicais corporativas. O modelo europeu é caracterizado por um sindicalismo classista e politizado e por partidos políticos que defendem projetos de sociedade divergentes entre si. No entanto o autor afirma que o modelo norte-americano começa a ser implantado também na Europa.

Segundo Coutinho (2006), o Brasil dá sinais de adesão ao primeiro modelo, norte-americano, em virtude do avanço que o neoliberalismo teve no país desde o governo Collor. Porém, ao mesmo tempo, o autor observa sinais que indicam a existência de um projeto alternativo, que ele chamaria de democrático-popular. Como na realidade atual não cabem mais tentativas ditatoriais ou populistas para que a burguesia exerça sua dominação, o autor observa que a mesma procura exercer sua dominação de uma forma mais hegemônica, buscando certo consenso dos governados.

O autor considera que estamos vivendo um processo de revolução passiva em virtude da cooptação de lideranças de oposição realizada pelo grupo no poder, que, ao invés de eliminar a hegemonia neoliberal, reforçou-a. Contudo, adverte que o Estado burguês está em crise e diante desta é preciso fazer escolhas entre duas propostas de redefinição do Estado: uma que representa os interesses da burguesia, que o autor chama de liberal-corporativa, e outra democrática, que representa os interesses das classes populares, direcionada à construção de um novo modelo de Estado e de sociedade, a sociedade socialista.

Neste capítulo foi possível notar que o termo desenvolvimento é polissêmico; o desenvolvimento é permeado por contradições, pois embora o desenvolvimento das forças produtivas seja também o desenvolvimento das capacidades humanas, no capitalismo tais forças têm adquirido um caráter negativo, uma vez que são convertidas em valor de troca; que é uma construção da sociedade ocidental, que vem sendo disseminada pelo mundo de forma ideológica e que esta ideia está vinculada à ideia de modernização, com ênfase na razão e na ciência.

Porém, é preciso tratar o desenvolvimento como um processo global, que carrega possibilidades e limites, pois ele pode representar tanto a transformação da sociedade em relação aos meios quanto aos fins, ou seja, o que o converte em possibilidade ou limite é o modo de produção ao qual está vinculado.

No contexto brasileiro, verificou-se que o desenvolvimento foi assumindo diversos contornos, de acordo com a conformação que o capitalismo assumia no contexto mundial. O tipo de desenvolvimento que se configurou no Brasil foi o desenvolvimento capitalista, dependente e desigual, com a presença do moderno em meio ao atrasado desde o início da colonização do país.

Inicialmente, o modelo de desenvolvimento que se configurou foi o agrário-exportador, que perdurou por muito tempo, passando depois ao urbano-industrial, que pode ser dividido em dois momentos: o primeiro, com predomínio de um modelo de desenvolvimento desenvolvimentista, com ênfase na industrialização do país e forte atuação do Estado no planejamento, e no segundo, o modelo neoliberal de desenvolvimento, com ênfase na internacionalização da economia, desindustrialização e um Estado mínimo.

Neste início de século XXI, Pochmann (2010) aponta um novo padrão de desenvolvimento, que ele chama de social-desenvolvimentismo e que combina crescimento econômico com melhorias sociais.

Assiste-se, assim, a uma nova fase de desenvolvimento capitalista, com um deslocamento do centro dinâmico do capitalismo, a queda da hegemonia dos Estados Unidos e a formação de um mundo multipolar, com características policentristas.

O Estado tem ocupado uma posição central durante toda a trajetória do desenvolvimento do país, com uma forma política autoritária e centralizadora, sempre a serviço dos interesses privados. No entanto, isso não impediu a formação de uma sociedade civil articulada.

Nota-se que a conjuntura mundial produz seus reflexos na conjuntura brasileira e é justamente nesse momento de indefinições que abarcam a conjuntura mundial, tanto em termos políticos quanto econômicos, que se observa mais uma crise e talvez uma das maiores que o capitalismo já tenha enfrentado. É neste momento crítico de escolhas e de decisões fundamentais que se buscará identificar, no próximo capítulo, a concepção de desenvolvimento da UTFPR Câmpus Pato Branco.

4. O DESENVOLVIMENTO: EM DOCUMENTOS, DISCURSOS E PRÁTICAS

Neste capítulo busca-se identificar a concepção de desenvolvimento da UTFPR Câmpus Pato Branco a partir das três fontes de pesquisas: a) documentos institucionais; b) fala dos dirigentes do Câmpus Pato Branco; c) fala dos membros da Coordenação do Grupo Gestor do Território Sudoeste do Paraná e dos servidores do Câmpus Pato Branco que foram representantes da UTFPR no Colegiado deste Grupo.

Para a coleta de dados nos documentos institucionais, optou-se pelos seguintes: Lei n. 11.184/2005, lei de criação da UTFPR; Estatuto da Universidade Tecnológica Federal do Paraná; Projeto Político-Pedagógico Institucional (PPI); Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2009-2013).

É oportuno salientar que a Lei n. 11.184/2005 foi analisada junto aos documentos institucionais por representar o referencial que os embasa e que a opção por esses documentos se justifica em função de os mesmos serem norteadores dos rumos da UTFPR e do Câmpus Pato Branco, visto que é a partir destes que todos os projetos e ações da instituição são elaborados.

Quanto à coleta de dados junto aos dirigentes do Câmpus Pato Branco, foram entrevistados os diretores das cinco diretorias: Diretoria Geral, Diretoria de Graduação e Educação Profissional, Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Diretoria de Relações Empresariais e Comunitárias e Diretoria de Planejamento e Administração.

No intuito de verificar sobre a participação do Câmpus em uma instância de desenvolvimento foram entrevistados os membros da Coordenação do Grupo Gestor do Território Sudoeste do Paraná e os servidores do Câmpus Pato Branco que foram representantes da UTFPR no Colegiado deste Grupo. A escolha por esse Grupo, conforme já explicitada na introdução, se justifica pelo fato deste representar uma das manifestações em prol do desenvolvimento na região que discute o desenvolvimento nos 42 municípios que compõem tanto a região sudoeste do Paraná quanto o Território Sudoeste do Paraná, sendo fruto de uma política pública de desenvolvimento e de experiências territoriais que ocorreram na região.

Vale ressaltar que a análise de documentos e leis é algo que demanda certos cuidados, uma vez que eles são sempre resultantes de uma correlação de forças, são reflexos de muitas vozes, uma construção que nem sempre é consensual, que envolve disputas e

interesses, bem como diferentes teorias e visões de mundo, mesmo sendo fruto de uma construção coletiva, e por isso apresentam sempre algumas incoerências e contradições.

Shiroma, Campos e Garcia (2005, p. 431) orientam que “uma contribuição interessante para a análise desses documentos parece decorrer da exploração das contradições internas às formulações, posto que os textos evidenciam vozes discordantes, em disputa”.

Assim, nesse capítulo busca-se não só verificar as menções ao desenvolvimento nos documentos, como também nos discursos dos dirigentes e a prática da universidade, através da participação do Câmpus Pato Branco no GGETESPA.

Outro aspecto a ser considerado ainda é a dimensão ideológica presente nos discursos, pois de acordo com Orlandi (2001, p. 47 apud SHIROMA; CAMPOS; GARCIA, 2005, p. 441) “a ideologia faz parte, ou melhor, é a condição para a constituição do sujeito e dos sentidos”.

A seguir são apresentados os resultados obtidos nos documentos, seguido das falas dos dirigentes e, na sequência, da participação do Câmpus no GGETESPA. Por fim, será apresentado ainda um quadro geral do capítulo, de forma a permitir uma melhor visualização do todo.

4.1 MENÇÕES AO DESENVOLVIMENTO NA LEI N. 11.184/2005 E NOS DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS DA UTFPR

Neste espaço são apresentados dados referentes aos documentos institucionais, nos quais foram consideradas como menções ao desenvolvimento expressões como: desenvolvimento local, comunitário, regional, do estado do Paraná, nacional, sustentável, econômico, político, social, ambiental, cultural, científico e tecnológico. É apresentada também, através de tabelas, a incidência com que essas menções ocorreram nos mesmos.

Para efeito de quantificação, algumas menções ao desenvolvimento presentes nos documentos foram agrupadas, como: desenvolvimento das regiões/regional, do país/nacional, ao passo que outras foram separadas, como: desenvolvimento socioeconômico, que figurou nas tabelas como desenvolvimento social e desenvolvimento econômico.

Vale ressaltar ainda que nem todas as menções ao desenvolvimento foram consideradas, pelos seguintes fatores: ora o termo assumia formas que indicavam nomes de documentos e órgãos da universidade, como por exemplo: Plano de Desenvolvimento Institucional, Fórum de Desenvolvimento da UTFPR, dentre outros; outras vezes surgia acompanhado de adjetivos que não correspondiam aos propósitos da pesquisa, como:

desenvolvimento de habilidades, desenvolvimento de comportamentos etc; e ora, embora viesse acompanhado das menções consideradas nesta pesquisa, como desenvolvimento social, do país, dentre outros, estava inserido em um contexto e era utilizado de uma forma que não indicava vinculação com as pretensões da universidade, uma vez que indicava, por exemplo, relatos acerca de outras experiências.

Por outro lado, a leitura completa dos documentos possibilitou visualizar ênfases em alguns aspectos que, embora não fizessem menção direta ao termo desenvolvimento (e por isso não foram quantificados), demonstraram vinculação aos objetivos da pesquisa, sendo mencionados por contribuírem com a análise.

4.1.1 As Menções ao Desenvolvimento na Lei n. 11.184/2005

A Lei n. 11.184/2005, que transformou o CEFET-PR em Universidade, estabelece os princípios, as finalidades e os objetivos da UTFPR. Nela encontram-se várias menções ao desenvolvimento, como pode ser observado nos excertos, a seguir:

No Art. 2º, ao apresentar os princípios que regem a UTFPR, propõe em seu inciso I a “ênfase na formação de recursos humanos, no âmbito da educação tecnológica, nos diferentes níveis e modalidades de ensino, [...] voltados, notadamente, para o **desenvolvimento socioeconômico local e regional**” (BRASIL, 2005, grifo nosso); no inciso V do mesmo artigo, esta Lei prevê: “integração da geração, disseminação e utilização do conhecimento para estimular o **desenvolvimento socioeconômico local e regional**” (BRASIL, 2005, grifo nosso).

Quanto aos objetivos da UTFPR, expressos no Art. 4º, a lei estabelece a atuação da Universidade nos diferentes níveis e modalidades de ensino, bem como a realização de pesquisas e atividades de extensão. No que se refere à pesquisa, o objetivo é sua realização “estimulando atividades criadoras e estendendo seus benefícios à comunidade, promovendo **desenvolvimento tecnológico, social, econômico, cultural, político, ambiental**” (BRASIL, 2005, grifo nosso).

Na Tabela 01, abaixo, é possível verificar a incidência das várias menções ao desenvolvimento explicitadas por essa Lei:

Tabela 1 - Menções ao termo Desenvolvimento e número de ocorrências na Lei n. 11.184/2005.

Menções ao termo Desenvolvimento	Nº de Ocorrências
Social	5
Econômico	5
Regional	2
Local	2
Tecnológico	1
Cultural	1
Político	1
Ambiental	1
Total	18

Fonte: Dados da Pesquisa, 2012.

No total foram consideradas 18 menções ao desenvolvimento, sendo que os termos social e econômico foram mencionados 05 vezes cada, os termos regional e local, 02 vezes e desenvolvimento tecnológico, cultural, político e ambiental foram mencionados 01 única vez.

Dois aspectos se destacaram nesta lei: o tipo de desenvolvimento predominante é o social e o econômico, visto que tais termos apareceram tanto de forma isolada quanto articulada (socioeconômico); a abrangência espacial desse desenvolvimento está focada nas esferas local e regional.

A leitura completa da referida lei permitiu verificar também a ênfase dada à educação tecnológica e à tecnologia, visto que a formação de recursos humanos, a realização de pesquisas, as atividades de extensão, enfim, todo o conhecimento produzido pela universidade se daria no âmbito da educação tecnológica, estando esta, por sua vez, a serviço do desenvolvimento social e econômico do entorno da universidade.

Assim, parece ficar explícita a intencionalidade desta lei em enfatizar a UTFPR, a partir de uma educação tecnológica, a serviço do desenvolvimento social e econômico do seu entorno, numa dimensão espacial local e regional, ou seja, onde seus Câmpus estão inseridos.

4.1.2 As Menções ao Desenvolvimento no Estatuto da Universidade Tecnológica Federal do Paraná

O Estatuto da UTFPR apresenta os princípios, as finalidades e os objetivos da universidade de acordo com a Lei n. 11.184/2005; apresenta também a estrutura universitária, composta por vários órgãos deliberativos, consultivos, executivos e de controle, com suas respectivas competências e composição; seu regime didático-pedagógico, que engloba as atividades de ensino, pesquisa e extensão; sua comunidade, composta por docentes, discentes e técnico-administrativos; seu patrimônio e regime financeiro, dentre outros.

A maior parte das menções ao desenvolvimento presentes neste documento está concentrada nos princípios, finalidades e objetivos da universidade, coincidindo, portanto, com as menções apresentadas anteriormente na Lei n. 11.184/2005, e que não terão seus excertos repetidos novamente aqui, embora façam parte da contagem do número de ocorrências que consta na Tabela 02.

No Estatuto o termo é encontrado também em algumas finalidades que vão além das que já foram apresentadas na Lei n. 11.184/2005, como o presente no Art. 3º, inciso II: “diplomar profissionais nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no **desenvolvimento da sociedade brasileira**, e colaborar na sua formação contínua” (UTFPR, 2009b, p. 5, grifo nosso), e no inciso III que estabelece: “incentivar e promover o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao **desenvolvimento da ciência e da tecnologia** e da criação e difusão da cultura [...]” (UTFPR, 2009b, p. 5, grifo nosso).

O Art. 17, que trata das competências do Conselho de Relações Empresariais e Comunitárias, cita, dentre as competências deste Conselho, a aprovação de “regulamentos relacionados a programas de **desenvolvimento social e comunitário**” (UTFPR, 2009b, p. 16, grifo nosso), denotando a preocupação com esse tipo de desenvolvimento.

No Art. 30, que menciona o Fórum de Desenvolvimento da UTFPR¹⁷, órgão de caráter consultivo, afirma-se que tal Fórum tem por finalidade melhorar a interação da Universidade com a sociedade, “buscando aperfeiçoar as diretrizes institucionais e definir ações conjuntas que viabilizem e conduzam ao **desenvolvimento** da UTFPR e **do Estado do Paraná**” (UTFPR, 2009b, p. 20, grifo nosso).

O Art. 49, que trata do corpo discente, estabelece em seu inciso I que a Universidade deverá proporcionar a seus alunos atividades de pesquisa e extensão, indo além do ensino formal, oportunizando a participação dos acadêmicos em “programas de melhoria das condições de vida e meio ambiente da comunidade e no processo geral do **desenvolvimento local, regional e nacional**” (UTFPR, 2009b, p. 26, grifo nosso).

Esses foram os excertos do Estatuto da UTFPR contendo menções ao desenvolvimento que se diferenciam dos contidos na Lei n. 11.184/2005. A Tabela 02 abaixo apresenta todas as menções ao desenvolvimento consideradas neste Estatuto, inclusive as que coincidem com as contidas na referida Lei.

¹⁷ O Fórum de Desenvolvimento da UTFPR é um órgão superior da administração universitária, de caráter consultivo.

Tabela 2 - Menções ao termo desenvolvimento e número de ocorrências no Estatuto da UTFPR.

Menções ao termo Desenvolvimento	Nº de Ocorrências
Social	7
Econômico	5
Regional	3
Local	3
Tecnológico	2
Cultural	1
Ambiental	1
Científico	1
Político	1
Comunitário	1
Do estado do Paraná	1
Nacional	1
Total	27

Fonte: Dados da Pesquisa, 2012.

Verifica-se que em 27 menções ao desenvolvimento o termo social figurou 07 vezes, o econômico 05 vezes, os termos regional e local, 03 vezes cada, tecnológico 02 vezes e desenvolvimento cultural, ambiental, científico, político, comunitário, do estado do Paraná e nacional somente 01 vez nesse Estatuto.

Assim como na Lei n. 11.184/2005, neste documento o enfoque continua sendo no desenvolvimento social e econômico, com destaque ao desenvolvimento tecnológico e o aparecimento do desenvolvimento científico, que não consta na Lei. Também predomina a abrangência espacial local e regional, apesar de o documento fazer referência ao desenvolvimento comunitário, do estado do Paraná e do país (nacional). A ênfase à educação tecnológica e à tecnologia, comentados anteriormente no item 4.1.1 também se faz presente neste documento, uma vez que o mesmo reafirma os objetivos, princípios e finalidades estabelecidos na Lei n. 11.184/2005.

4.1.3 As Menções ao Desenvolvimento no Projeto Político-Pedagógico Institucional (PPI)

O Projeto Político-Pedagógico Institucional (PPI) foi criado a partir de 2005, após a transformação do CEFET/PR em UTFPR. Para isso, desencadeou-se na instituição, conforme expresso na Apresentação deste documento, “[...] um amplo processo participativo” que resultou neste documento “definidor da identidade, dos rumos futuros desta Universidade e balizador do Estatuto e dos demais documentos da UTFPR” (UTFPR/PPI, 2007, p. 9). Essa afirmação justifica a escolha pela análise desse documento, dado seu caráter direcionador.

Estruturado em 07 capítulos e contendo 80 páginas, o documento traz em vários momentos menções acerca do desenvolvimento. Os excertos que contém estas menções e que

foram considerados na contagem estão transcritos a seguir, com exceção dos que já foram expressos anteriormente na Lei n. 11.184/2005 e no Estatuto.

O documento inicia afirmando que “inserir a UTFPR na complexa sociedade moderna é buscar respostas para os desafios do novo conhecimento, da tecnologia e da inovação, da educação, da pesquisa e da capacitação tecnológica, fatores determinantes e indispensáveis para o **desenvolvimento das nações**” (UTFPR/PPI, 2007, p. 9, grifo nosso).

Ainda na Apresentação, o documento explicita seu desejo de ser um processo desencadeador da “reflexão sobre o papel de uma instituição pública da área tecnológica no **desenvolvimento de nosso país**” (UTFPR/PPI, 2007, p. 9, grifo nosso).

O capítulo 2, que trata da ‘Globalização e Inovação Tecnológica’, destaca que na realidade brasileira “os investimentos públicos e privados em pesquisa ficam muito aquém das necessidades de **desenvolvimento do país**” (UTFPR/PPI, 2007, p. 23, grifo nosso).

Mais adiante destaca ainda que o processo de transformação porque passa o país, marcado por rápidas mudanças relacionadas aos processos produtivos e à organização do trabalho significa para as instituições de ensino e pesquisa:

[...] a oportunidade de contribuir com o seu potencial científico e tecnológico, por meio da formação de recursos humanos e da pesquisa, voltados ao **desenvolvimento econômico, social e cultural das** pessoas, coletividades e **nações**, visando à qualidade de vida e ao bem-estar de todos, o que inclui a preocupação com a preservação do ambiente e com a defesa da vida humana no Planeta (UTFPR/PPI, 2007, p. 23, grifo nosso).

No capítulo 4, ‘A UTFPR: das origens à atualidade’, é destacada a relação da instituição com o desenvolvimento do país, como pode ser observado, abaixo:

a história da UTFPR confunde-se com a própria história da educação profissional brasileira. O resgate desta história vai revelar que a educação profissional e, por extensão, a Instituição, foram sendo chamadas a “adequar-se” às demandas de cada uma das etapas do **desenvolvimento do País**, motivo de muitas controvérsias em relação ao papel da educação na formação do trabalhador cidadão e do trabalhador produtivo (UTFPR/PPI, 2007, p. 31, grifo nosso).

O capítulo 5, ‘A Universidade Brasileira: alguns referenciais para a UTFPR’ faz um breve relato do surgimento da universidade no mundo e no Brasil. Afirma-se que “com o desenvolvimento do processo de industrialização, a universidade passou a ser considerada *locus* da modernização e de **desenvolvimento do País**, responsável por formar os intelectuais e pensadores brasileiros” (UTFPR/PPI, 2007, p. 41, grifo nosso).

Afirma-se também que após a Segunda Guerra Mundial dois fatores “levaram a universidade a ser considerada fundamental para o **desenvolvimento tecnológico**”: a vitória dos aliados, que foi atribuída aos cientistas das universidades norte-americanas e a industrialização brasileira, que provocou a demanda por avanços tecnológicos (UTFPR/PPI, 2007, p. 41, grifo nosso).

Assim, o documento afirma que após esses acontecimentos um novo modelo de organização de instituição de ensino superior foi sendo instituído no Brasil, pautado nos princípios das escolas dos Estados Unidos, que são: produtividade, eficácia e eficiência; e que, de acordo com esse modelo “as instituições de ensino superior brasileiras [...] deveriam ser responsáveis pela produção de conhecimento que proporcionasse o **desenvolvimento científico e tecnológico do País**, entendido como condição para o avanço social” (UTFPR/PPI, 2007, p. 42, grifo nosso).

Este documento refere-se também a um alerta do Fórum de Pró-Reitores de Graduação¹⁸ contido no documento ‘Plano Nacional de Educação: um projeto em construção’ do Ministério da Educação, sobre a importância da definição, por parte da universidade, do seu papel, compreendendo a que **modelo de desenvolvimento** ela está a serviço. O documento do Fórum alerta:

duas alternativas extremas podem ser esboçadas aqui: o **modelo concentrador**, que busca aproximar o País do padrão internacional pelo fortalecimento científico-tecnológico de determinados setores da sociedade, a partir do qual se aceita a exclusão de enormes segmentos sociais e, de outro, o **modelo incluyente**, para o qual o desenvolvimento deve ser igualitário, centrado no princípio da cidadania como patrimônio universal, de modo que todos os cidadãos possam compartilhar os avanços alcançados (BRASIL, 1999, apud UTFPR/PPI, 2007, p. 44, grifo nosso).

Na sequência, o documento explicita a adesão da universidade ao segundo modelo, incluyente, com a justificativa de cumprir sua função social, denotando a importância de seu posicionamento em relação ao desenvolvimento (UTFPR/PPI, 2007, p. 44).

Outro ponto destacado é o envolvimento necessário que a universidade deve ter com a comunidade “por duas razões: primeira, porque faz parte indissociável dela; segunda, porque, como local privilegiado de produção de conhecimento, deve contribuir com o **desenvolvimento da sociedade**” (UTFPR/PPI, 2007, p. 45, grifo nosso).

No capítulo 6, ‘A Universidade Tecnológica: algumas experiências internacionais’, são apresentados quatro modelos de universidades tecnológicas: francês, alemão, norte-

¹⁸ O Fórum de Pró-Reitores de Graduação é constituído por todos os Pró-Reitores de Graduação, ou ocupantes de cargos equivalentes, das Universidades e Centros Universitários.

americano e argentino. O documento deixa claro que não se trata de eleger um modelo para si, mas “a partir do conhecimento acumulado por elas, buscar soluções correspondentes às características e à realidade da UTFPR” (UTFPR/PPI, 2007, p. 49). Dentre as características apresentadas pelos quatro modelos e que são consideradas como importantes para uma Universidade Tecnológica, destaca-se a “preocupação com o **desenvolvimento das regiões** onde estão inseridas”, notadamente na UTFPR (UTFPR/PPI, 2007, p. 55, grifo nosso).

O capítulo 7 trata da ‘Identidade da UTFPR’, e destaca que sua atuação deve considerar o conceito de horizontalidade, que representa sua interação com a sociedade, refletindo-se na sua “capacidade de atuar como indutora e apoiadora do **desenvolvimento local e regional**, transformando as expectativas, os anseios, as demandas e as necessidades sociais em objetos de ensino, pesquisa e extensão” (UTFPR/PPI, 2007, p. 60, grifo nosso).

Neste capítulo são apresentados ainda os princípios, finalidades e objetivos da UTFPR expressos na Lei n. 11.184/2005, já tratados anteriormente e que não serão expostos aqui novamente, embora façam parte da contagem do número de menções ao desenvolvimento consideradas neste documento.

Mais adiante, ao mencionar a articulação do ensino com a pesquisa e a extensão, o documento aborda que as atividades de extensão “permitem estabelecer os vínculos entre as necessidades de soluções para problemas reais da comunidade local/regional e o conhecimento acadêmico” e que esse contato favorece “a socialização do conhecimento produzido na Instituição, assim como para a criação de novos conhecimentos que possam contribuir para o **desenvolvimento social** [...]” (UTFPR/PPI, 2007, p. 66, grifo nosso).

Defende também uma concepção de educação tecnológica, com a tecnologia entendida “enquanto conjunto de conhecimentos que, absorvidos e assimilados, conduzem à inovação, contribuem, impulsionam e servem de parâmetro para o **desenvolvimento científico, econômico e social**” (UTFPR/PPI, 2007, p. 67, grifo nosso).

Afirma ainda que “os processos de extensão e transferência de tecnologia da universidade para a comunidade” devem se basear no diálogo, “tendo em vista a necessidade de ações voltadas para o **desenvolvimento regional** e para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos” (UTFPR/PPI, 2007, p. 68, grifo nosso).

Neste documento, após apresentados os conceitos de extensão, coloca-se que os programas de extensão deverão “[...] promover o **desenvolvimento cultural** e constituir-se em organismo legítimo para acompanhar e avaliar a implementação de políticas públicas” (UTFPR/PPI, 2007, p. 69, grifo nosso).

Outro ponto destacado é que um dos pilares da identidade dessa instituição é a articulação desenvolvida com a sociedade ao longo da história, principalmente com o setor produtivo, baseada no diálogo permanente busca atender às demandas sociais, contribuindo “para o **desenvolvimento regional** e para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos” (UTFPR/PPI, 2007, p. 69, grifo nosso).

O documento ressalta ainda que a leitura correta do ambiente externo, como forma de alimentar os processos educacionais e produtivos, é necessária por parte de uma instituição comprometida com o **desenvolvimento tecnológico, econômico e social** do seu entorno (UTFPR/PPI, 2007, p. 69, grifo nosso).

Ainda no que diz respeito às atividades de pesquisa e extensão, o documento afirma que tais atividades geram uma melhor qualificação interna, pois “o professor/pesquisador/extensionista desempenha melhor e com mais dinamismo a docência, e exerce papel preponderante no **desenvolvimento tecnológico**, quer pela orientação de pesquisas, quer pela atuação em empresas, em institutos especializados ou em grupos de pesquisa” (UTFPR/PPI, 2007, p. 70, grifo nosso).

A necessidade de os programas de **desenvolvimento social e comunitário** refletirem “o compromisso da UTFPR com a transformação da sociedade em direção à justiça, à solidariedade e à democracia” também é destacada (UTFPR/PPI, 2007, p. 70, grifo nosso).

A universidade deve ainda “estimular o **desenvolvimento científico e tecnológico** que, pela geração e transferência de novas tecnologias de produtos, processos e serviços para a sociedade, permita o **desenvolvimento socioeconômico**” (UTFPR/PPI, 2007, p. 71, grifo nosso).

Quando trata do desenvolvimento da comunidade interna o documento afirma que o estudante da UTFPR “deve ser orientado e assumir atitude proativa no sentido de harmonizar as dimensões da formação profissional com as dimensões do **desenvolvimento humanístico e cultural**” (UTFPR/PPI, 2007, p. 72, grifo nosso).

Na Tabela 03 abaixo, são apresentadas as ocorrências do termo desenvolvimento encontradas no PPI.

Tabela 3 - Menções ao termo desenvolvimento e número de ocorrências no Projeto Político-Pedagógico Institucional (PPI).

Menções ao termo Desenvolvimento	Nº de Ocorrências
Social	12
Econômico	9
Nacional	7
Tecnológico	6
Regional	6
Cultural	4
Local	3
Científico	3
Ambiental	1
Comunitário	1
Político	1
Total	53

Fonte: Dados da Pesquisa, 2012.

Ao todo neste documento foram consideradas 53 menções ao desenvolvimento. O documento expressa forte ênfase ao desenvolvimento social, que teve 12 ocorrências, seguido do desenvolvimento econômico com 09, do desenvolvimento nacional com 07, do tecnológico e regional com 06, do desenvolvimento cultural com 04, do desenvolvimento local e científico com 03 e dos desenvolvimentos ambiental, comunitário e político com 01 ocorrência cada.

Manteve-se neste documento a predominância dos desenvolvimentos social e econômico, embora o social tenha obtido uma frequência maior. No que se refere à abrangência espacial, observa-se a predominância da esfera nacional, seguida da regional. Assim, este documento demonstra uma preocupação mais ampla em termos espaciais que os dois documentos analisados anteriormente, que estavam focados no âmbito regional e local. A ênfase na tecnologia, observada nos dois documentos anteriores também ficou evidente neste documento, tanto que o desenvolvimento tecnológico alcançou expressiva frequência. Os desenvolvimentos cultural e científico também se destacaram neste documento.

A leitura completa do documento permitiu observar ainda vários aspectos que serão melhor explicitados no item 4.1.5, mediante apresentação dos quatro documentos.

4.1.4 Menções ao Desenvolvimento no Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI (2009-2013)

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), elaborado para o período 2009-2013, tem a missão de idealizar o rumo da UTFPR no prazo de cinco anos. Este documento retrata o perfil da instituição, seus objetivos e metas planejadas e áreas de atuação acadêmica, alguns tópicos do Projeto Político-Pedagógico Institucional (PPI) norteadores da Instituição, o

cronograma de implantação de todos os cursos ofertados pela UTFPR, o perfil do corpo docente e técnico-administrativo, as políticas de atendimento aos discentes, a organização administrativa, a autoavaliação institucional, a infraestrutura acadêmica e administrativa e o demonstrativo financeiro.

O documento inicia constatando que a universidade brasileira, principalmente a pública, “resgata [...] o seu papel de vanguarda na produção, acumulação e disseminação do conhecimento cultural, científico e tecnológico, não voltada em si mesma, mas revertendo esta inestimável riqueza como insumo para o crescimento e **desenvolvimento sustentável para o País**” (UTFPR/PDI, 2009d, p. 17, grifo nosso).

Esse plano estabelece também a missão, a visão e os valores da instituição.

Como missão, a UTFPR busca “promover a educação de excelência por meio do ensino, pesquisa e extensão, interagindo de forma ética e produtiva com a comunidade para o **desenvolvimento social e tecnológico**” (UTFPR/PDI, 2009d, p. 21, grifo nosso).

O documento apresenta como visão da instituição “ser modelo educacional de **desenvolvimento social** e referência na área tecnológica” (UTFPR/PDI, 2009d, p. 21, grifo nosso).

Dentre seus valores, consta a integração social, a ser implementada através da realização de “ações interativas com a sociedade para o **desenvolvimento social e tecnológico**” (UTFPR/PDI, 2009d, p. 21, grifo nosso).

A missão, a visão e os valores que guiam essa universidade é que conduzem suas políticas, planos e ações. Sendo assim, este documento reforça os pontos contidos na Lei de criação da UTFPR, bem como no Projeto Político-Pedagógico Institucional, explicitando ainda as perspectivas de expansão e crescimento da instituição, com o estabelecimento de objetivos estratégicos, acompanhados de metas, cronograma e responsabilidades.

Este Plano afirma que a expansão da UTFPR para o interior do estado do Paraná, por meio do Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico (PROTEC), tinha dentre seus objetivos “a formação de recursos humanos capacitados ao enfrentamento do acelerado **desenvolvimento tecnológico** dos grandes centros; o incentivo ao **desenvolvimento das regiões** de instalação das UNEDs [...]” (UTFPR/PDI, 2009d, p. 44, grifo nosso). Destaca ainda que a expansão da instituição proporcionou o “**desenvolvimento social** onde foram implantadas as unidades” (UTFPR/PDI, 2009d, p. 44, grifo nosso).

O documento destaca que a transformação do CEFET-PR em universidade fez com que cada Câmpus mantivesse “os princípios e os valores historicamente estabelecidos” (UTFPR/PDI, 2009d, p. 44), dentre os quais: “a participação nas iniciativas locais de

incubadoras e parques tecnológicos como estímulo ao **desenvolvimento regional**” (UTFPR/PDI, 2009d, p. 45, grifo nosso).

Nesse mesmo sentido, o documento afirma que o contato da instituição com a comunidade é um “espaço privilegiado para a socialização do conhecimento produzido na Instituição, assim como para a criação de novos conhecimentos que possam contribuir para o **desenvolvimento social** e deve ser, por esses motivos, preocupação fundamental de todos os cursos da Instituição” (UTFPR/PDI, 2009d, p. 54, grifo nosso).

No que se refere às políticas de pesquisa e pós-graduação, é afirmado que as mesmas objetivam, dentre outros, “colaborar de forma direta com o **desenvolvimento científico e tecnológico**” (UTFPR/PDI, 2009d, p. 57-58, grifo nosso).

Afirma-se que com o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) será ampliada a oferta de novos cursos para todos os Câmpus da UTFPR, tendo como prioridade os cursos de Engenharia, representando, principalmente nos Câmpus do interior do estado, “um significativo impulso ao **desenvolvimento socioeconômico** nessas localidades” (UTFPR/PDI, 2009d, p. 67, grifo nosso).

No Programa de Empreendedorismo, dentre as metas para fortalecer o Programa de Empreendedorismo e Inovação (PROEM), consta: “fomentar o empreendedorismo visando o **desenvolvimento regional** e à transferência de tecnologia” (UTFPR/PDI, 2009d, p. 97, grifo nosso).

Quando trata da avaliação institucional, o documento afirma que os resultados da avaliação acrescentados às “mudanças e desafios que vêm se apresentando para a sociedade como um todo, possibilitará à UTFPR o estabelecimento de novos patamares institucionais, [...] como indutora do **desenvolvimento sustentável** e de relevância social” (UTFPR/PDI, 2009d, p. 153, grifo nosso).

Esses foram os excertos do PDI 2009-2013 contendo menções ao desenvolvimento considerados nesta pesquisa e que se diferenciam dos que já foram apresentados anteriormente na Lei n. 11.184/2005, no Estatuto e no Projeto Político-Pedagógico. A tabela 04 abaixo apresenta todas as menções ao desenvolvimento consideradas neste documento, inclusive as que coincidem com as contidas nos documentos anteriores.

Tabela 4 - Menções ao termo desenvolvimento e número de ocorrências no Plano de Desenvolvimento Institucional da UTFPR (2009-2013).

Menções ao termo Desenvolvimento	Nº de Ocorrências
Social	13
Tecnológico	7
Econômico	6
Regional	5
Sustentável	2
Científico	2
Comunitário	2
Local	2
Político	1
Nacional	1
Ambiental	1
Cultural	1
do estado do Paraná	1
Total	44

Fonte: Dados da Pesquisa, 2012.

Neste documento foram consideradas 44 menções ao desenvolvimento. As menções mais citadas foram: social, com 13 ocorrências; tecnológico, com 07; econômico, com 06; regional, com 05; seguidas pelo desenvolvimento sustentável, científico, comunitário e local, que apareceram 02 vezes cada, enquanto que os desenvolvimentos político, nacional, ambiental, cultural e do estado do Paraná apareceram 01 vez.

Como nos documentos anteriores, manteve-se o enfoque no desenvolvimento social, que aqui ganhou expressiva relevância. A novidade foi a ênfase no desenvolvimento tecnológico, que superou o econômico. No âmbito espacial prevaleceu o desenvolvimento regional, com fraca referência aos desenvolvimentos local e nacional, tão destacados nos documentos anteriores. Ao contrário dos demais documentos, surgiu neste a menção ao desenvolvimento sustentável.

A seguir, será apresentada a síntese dos quatro documentos, o que possibilitará que mais detalhes possam ser observados.

4.1.5 As Menções de Concepção de Desenvolvimento da UTFPR Câmpus Pato Branco nos documentos

Este item busca apresentar a concepção de desenvolvimento da UTFPR Câmpus Pato Branco manifestada em documentos institucionais a partir das menções ao desenvolvimento presentes nos quatro documentos apresentados anteriormente.

Ressalta-se que mesmo que tais documentos não sejam exclusivos do Câmpus Pato Branco, mas de toda a UTFPR, considera-se que expressam o pensamento do Câmpus, uma

vez que “cada Câmpus da UTFPR mantém os princípios e valores da instituição que foram construídos historicamente” (UTFPR/PDI, 2009d, p. 44), pois como afirma Kosik (1976, p. 30), existe um movimento “da parte para o todo e do todo para a parte”.

Para melhor ilustrar a análise, tem-se abaixo, na tabela 05, a apresentação das menções nos quatros documentos:

Tabela 5 – Menções ao termo desenvolvimento, documentos em que se encontram e número de ocorrências.

Menções ao Desenvolvimento	Lei	Estatuto	PPI	PDI	Total de Ocorrências
Social	5	7	12	13	37
Econômico	5	5	9	6	25
Regional	2	3	6	5	16
Tecnológico	1	2	6	7	16
Local	2	3	3	2	10
Nacional	-	1	7	1	9
Cultural	1	1	4	1	7
Científico	-	1	3	2	6
Político	1	1	1	1	4
Ambiental	1	1	1	1	4
Comunitário	-	1	1	2	4
do estado do Paraná	-	1	-	1	2
Sustentável	-	-	-	2	2
Total	18	27	53	44	142

Fonte: Dados da pesquisa, 2012.

O termo desenvolvimento foi considerado 142 vezes nestes 04 documentos, sendo que as menções ao desenvolvimento social somam o maior número (37), seguidas de 25 menções ao desenvolvimento econômico, 16 menções aos desenvolvimentos regional e tecnológico e 10 menções ao desenvolvimento local. Na sequência têm-se 09 menções ao desenvolvimento nacional, 07 ao desenvolvimento cultural, 06 ao científico, 04 ao político, ambiental e comunitário e 02 ao desenvolvimento sustentável e do estado do Paraná.

Como pode ser visto, a ênfase no desenvolvimento social foi uma constante nos quatro documentos, já as demais menções apresentaram variações.

Na Lei e no Estatuto o tipo de desenvolvimento predominante é o social e o econômico e a abrangência espacial desse desenvolvimento está focada nas esferas regional e local.

No PPI também predomina o desenvolvimento social e econômico, com um diferencial pelo destaque dado ao desenvolvimento tecnológico, que alcançou expressiva frequência, e à abrangência espacial, que teve seu foco no desenvolvimento nacional, seguido do regional.

Já o PDI, apesar de também manter o enfoque no desenvolvimento social, apresentou ênfase ao desenvolvimento tecnológico, que superou o econômico. No âmbito espacial prevaleceu o desenvolvimento regional, com fraca referência aos desenvolvimentos local e nacional, tão destacados nos documentos anteriores.

Do exposto pode-se verificar então a predominância do desenvolvimento social, econômico e tecnológico numa abrangência espacial regional.

A leitura completa dos documentos permitiu verificar também a ênfase em alguns aspectos que auxiliaram a identificação da concepção de desenvolvimento.

Vale ressaltar que no PPI e no PDI observou-se uma mescla de discursos que parece utilizar uma linguagem do bem público ao mesmo tempo em que se procura alinhar a instituição às necessidades do setor empresarial. Esse fator dificultou, de certa forma, a identificação do que realmente está sendo proposto pela instituição, devido à alternância de discursos que se contradizem.

Assim, ao mesmo tempo em que se verifica a defesa de uma educação ampla, que possibilite a formação de cidadãos críticos, politizados, pautados na ética, na solidariedade e em atitudes cooperativas etc., tem-se em outros momentos afirmações que enfatizam a positividade de ações que promovam o empreendedorismo, a aproximação com o mundo empresarial, o mercado, a ênfase em aspectos econômicos, em excelência, qualidade, que denotam a busca da competitividade e de um melhor posicionamento no mundo globalizado, de forma a aproveitar as oportunidades pra sair na frente, pra alcançar o topo, ao invés de se contrapor e questionar a ordem mundial única a que se refere o PPI. Vê-se assim nos textos um híbrido de pedagógico e gerencial, ora referindo-se à instituição, ora à organização.

Um exemplo de contradição observada no PPI refere-se à globalização: ao mesmo tempo em que apresenta aspectos negativos desse fenômeno, como a afirmação de que ele não é um processo homogêneo e seus benefícios não são distribuídos de forma igualitária entre todas as nações, que ele “passou a significar a emergência de uma ordem mundial única, que comanda a economia, a política e a cultura, à qual as nações vêm se integrando sem a correspondente implantação de políticas e estratégias de governo que atenuem seus efeitos sobre a realidade social” (UTFPR/PPI, 2007, p. 21), e que possui um sentido ideológico, indo além do aspecto econômico; parece concordar que se deva aderir a essa ordem única sem contestação, como se ela fosse um processo natural, pois o documento afirma que para as instituições de ensino e pesquisa participar desse processo

significa a oportunidade de contribuir com o seu potencial científico e tecnológico, por meio da formação de recursos humanos e da pesquisa, voltados ao desenvolvimento econômico, social e cultural das pessoas, coletividades e nações, visando à qualidade de vida e ao bem-estar de todos, o que inclui a preocupação com a preservação do ambiente e com a defesa da vida humana no Planeta (UTFPR/PPI, 2007, p. 23).

Ora, nesse modelo de produção pautado na competitividade e na desigualdade soa contraditório falar em bem-estar de todos e em preservação ambiental.

Outra passagem que denota que o pensamento da instituição vai ao encontro da busca de integração à ordem mundial única e de alcançar o patamar do seleto grupo de nações ‘desenvolvidas’ é a seguinte:

outro sério problema para os países periféricos, em sua integração “à nova ordem mundial” diz respeito ao distanciamento e à dependência tecnológica em relação às poucas nações que detêm o monopólio da tecnologia, dedicando investimentos significativos para o desenvolvimento da ciência pura e aplicada. Esta é a realidade brasileira em que os investimentos públicos e privados em pesquisa ficam muito aquém das necessidades de desenvolvimento do país (UTFPR/PPI, 2007, p. 23).

Essa afirmação denota a visão de que se deve buscar igualar-se às poucas nações desenvolvidas, como se o desenvolvimento obedecesse a um modelo único, que deve ser seguido por todas as nações e que o domínio da tecnologia é o divisor de águas entre desenvolvidos e ‘não desenvolvidos’ ou ‘menos desenvolvidos’.

Mais uma contradição observada no PPI (UTFPR/PPI, 2007, p. 27) diz respeito à defesa, por um lado, de uma educação profissional e tecnológica renovada, mais ampla, diversa daquela guiada pelo modelo taylorista-fordista, que estava subordinada aos interesses imediatos da produção, em detrimento ao desenvolvimento integral do cidadão. Afirma-se assim que “conhecimento e criatividade, raciocínio lógico e iniciativa, responsabilidade e cooperação passam a ser imprescindíveis, o que implica uma formação mais ampla, construída a partir das bases sólidas de uma educação básica universalizada”.

Por outro lado, o fim parece continuar sendo o mesmo, qual seja, os interesses imediatos da produção, pois considera como requisitos importantes: “a capacidade de lidar com uma variedade de funções, com diferentes formas de agregação e mobilização de trabalhos; a comunicação ágil, e o saber agir na presença de imprevistos, entre outros” (UTFPR/PPI, 2007, p. 27), ou seja, características do modelo toyotista.

O que parece ocorrer então, conforme alerta Kuenzer (2012, p. 3-4), é uma mudança de capacidades, “agora chamadas de ‘competências’ no âmbito da pedagogia toyotista, que se

deslocam das habilidades psicofísicas para o desenvolvimento de competências cognitivas complexas, mas sempre para atender às exigências do processo de valorização do capital”.

E a autora prossegue, afirmando que “as ferramentas que buscam superar os obstáculos decorrentes da fragmentação do trabalho [...] têm, antes a finalidade de evitar todas as formas de perda e assim ampliar as possibilidades de valorização do capital, do que reconstruir a unidade rompida” (KUENZER, 2012, p. 4). Essa afirmação demonstra o quanto é ilusório acreditar que essa mudança nas capacidades exigidas pelo mundo do trabalho dá ao trabalhador um melhor posicionamento frente ao capital.

Indo mais além, o PPI afirma apoiado em Schumpeter (1982), que “o trabalhador deve ser, um empreendedor, um contínuo inovador, agente de inovação tecnológica dentro do ambiente maior, que será a empresa inovadora e empreendedora” (UTFPR/PPI, 2007, p. 27). Aliás, a defesa do empreendedorismo e da inovação é uma constante nos documentos da instituição. Ao buscar o que este autor pensa sobre a figura do empreendedor, viu-se que, no entender deste, vai além das conquistas materiais:

Há a vontade de conquistar: o ímpeto de lutar, de provar-se superior aos outros, de vencer, não pelos frutos da vitória, mas pela própria vitória. Sob esse aspecto, a ação econômica se assemelha ao esporte – há corridas financeiras, idênticas a partidas de boxe. O resultado financeiro é uma consideração secundária, em todo caso, porém, muito valorizado como índice de sucesso e como sintoma de vitória [...] (SCHUMPETER, 1961, p. 128).

Assim, ser um empreendedor, para este autor, é ser um vencedor, é adquirir um novo perfil não apenas profissional, mas principalmente pessoal, envolvendo sua subjetividade, é um novo jeito de ser e de viver. Nota-se com isso a ênfase em querer ser patrão, vencer, e não um simples empregado. Porém, o que não se observa é que ser empreendedor é trabalhar em condições precarizadas, uma vez que se perde os direitos assegurados aos trabalhadores assalariados.

Em seguida, o documento afirma que a educação profissional e tecnológica “vem sendo entendida como um processo que objetiva, ao mesmo tempo, qualificar o cidadão e educá-lo em bases científicas, bem como ético-políticas e culturais, baseado na estruturação de uma formação que unifique ciência, tecnologia e trabalho” (UTFPR/PPI, 2007, p. 27).

E, mais adiante, o documento defende que a educação tecnológica “tem o compromisso de romper com a dualidade entre teoria e prática, dimensões indissociáveis para a educação integral, pois nenhuma atividade humana se realiza sem elaboração mental, sem

uma teoria em que se referencie, apesar de ser a prática o objetivo final de toda aprendizagem” (UTFPR/PPI, 2007, p. 64).

Essa afirmação parece seguir o pensamento de Gramsci (2000, p. 18) ao defender que “todos os homens são intelectuais”, mesmo que não exerçam essa função na sociedade, pois segundo o autor, “em qualquer trabalho físico, mesmo no mais mecânico e degradado, existe um mínimo de qualificação técnica, isto é, um mínimo de atividade intelectual criadora”.

Como se vê o texto alterna posicionamentos contraditórios como se fossem coerentes entre si, ora buscando uma educação ampla e emancipadora, ora buscando atender às necessidades imediatas do mercado.

Outro ponto polêmico do PPI é quando o mesmo se refere à adequação da instituição “às demandas de cada uma das etapas do desenvolvimento do País” e que já foi citado anteriormente nos trechos contendo as menções ao desenvolvimento (UTFPR/PPI, 2007, p. 31). Tal comentário revela uma visão etapista, gradualista de desenvolvimento, como se houvesse um modelo a ser alcançado e que tal alcance se daria por etapas. A crença em uma visão etapista de desenvolvimento faz crer que o subdesenvolvimento é uma etapa inicial, comum a todos os países rumo ao desenvolvimento, como se essa passagem fosse um processo natural. Furtado em suas obras desfez essa crença, afirmando que o subdesenvolvimento era uma condição da periferia do sistema capitalista, um subproduto do desenvolvimento do capitalismo europeu, um resultado da expansão deste.

Outro aspecto que se destacou a partir da leitura dos quatro documentos refere-se à ênfase dada à educação tecnológica, à tecnologia e ao desenvolvimento tecnológico, visto que a formação de recursos humanos, a realização de pesquisas, as atividades de extensão, enfim, todo o conhecimento produzido pela UTFPR se daria no âmbito da educação tecnológica. Diante disso, surgiram algumas questões para reflexão posterior: qual o entendimento dos termos tecnologia, educação tecnológica e universidade tecnológica nestes documentos? Por que essa ênfase para a tecnologia? Estaria a tecnologia assumindo um caráter ideológico?

A Lei n. 11.184/2005 estabelece no inciso III do Art. 2º, dentre os princípios que regem a UTFPR, sua “vinculação estreita com a tecnologia, destinada à construção da cidadania, da democracia e da vida ativa de criação e produção solidárias”. O inciso I do Art. 3º, que trata das finalidades da UTFPR, considera a educação tecnológica “como uma dimensão essencial que ultrapassa as aplicações técnicas, interpretando a tecnologia como processo educativo e investigativo para gerá-la e adaptá-la às peculiaridades regionais” e o inciso II compreende a tecnologia “como ciência do trabalho produtivo” (BRASIL, 2005).

Vê-se nessa lei a grande importância que é atribuída à tecnologia, o que talvez ajude a compreender o motivo da expansão que está ocorrendo na rede federal de educação profissional e tecnológica, com a criação até de uma universidade tecnológica.

O PPI discorre sobre tecnologia, educação tecnológica e universidade tecnológica mais longamente. Sobre tecnologia, o documento afirma que no atual processo de reestruturação produtiva e das relações de trabalho, em nível mundial, no contexto da globalização, a ciência e a tecnologia estão sendo utilizadas “como instrumentos para garantir a recuperação da produtividade e a aceleração da competitividade” e que à medida que esses processos se desenvolvem, geram, por outro lado, miséria e exclusão, agravando as contradições sociais. O documento afirma ainda que, dessa forma, a tecnologia passa a ser vista entre posicionamentos antagônicos que vão do seu endeusamento à sua demonização, e faz um alerta para a necessidade de se dimensionar o real poder e alcance da tecnologia, afirmando que, segundo Bastos (1998), sua neutralidade é um mito, uma vez que ela é utilizada pela estrutura de poder (UTFPR/PPI, 2007, p. 15-16).

Quanto aos conceitos de universidade tecnológica e de educação tecnológica o documento afirma que ambos se encontram em construção na sociedade brasileira, representando, por seu turno, um desafio para a UTFPR (UTFPR/PPI, 2007, p. 9). Mesmo assim o documento afirma que a educação tecnológica “vem sendo entendida como um processo que objetiva, ao mesmo tempo, qualificar o cidadão e educá-lo em bases científicas, bem como ético-políticas e culturais, baseado na estruturação de uma formação que unifique ciência, tecnologia e trabalho” (UTFPR/PPI, 2007, p. 27-28).

No que diz respeito à universidade tecnológica, o documento realça a responsabilidade da UTFPR em contribuir para aprimorar a identidade desse tipo de universidade, que por ser uma modalidade especializada “deve priorizar suas atividades de ensino, pesquisa e extensão em áreas mais específicas do conhecimento científico, tecnológico e cultural” (UTFPR/PPI, 2007, p. 43). Fazendo um relato das características de quatro modelos de universidades tecnológicas (americano, francês, alemão e argentino), o documento apresenta as características consideradas importantes para esse tipo de universidade, quais sejam:

caráter interdisciplinar; vocação para a formação profissional, notadamente na área tecnológica; concentração na pesquisa aplicada e tecnológica; necessidade de ligação e articulação com o sistema produtivo; preocupação com o desenvolvimento das regiões onde estão inseridas; forte articulação com o meio empresarial, e alunos com contato estreito com o mundo do trabalho (UTFPR/PPI, 2007, p. 55).

Ainda em relação à universidade, o documento afirma que nas sociedades desenvolvidas as universidades são a base da evolução científica e tecnológica e impulsionam as mudanças sociais em parceria com os setores produtivos, e por isso estão totalmente incorporadas, pois representam um grande potencial a ser aproveitado. Essa afirmação configura o atrelamento da educação à esfera econômica, visto que a universidade passa a ser vista como um instrumento para o desenvolvimento dos países (UTFPR/PPI, 2007, p. 45).

O que se observa diante dessas colocações é que embora os documentos discorram sobre tecnologia, educação tecnológica e universidade tecnológica, fazem-no de uma forma confusa, alternando afirmações que se contradizem, como por exemplo, a defesa, por um lado, de que a UTFPR, sendo uma universidade especializada, tem de priorizar suas atividades em áreas específicas do conhecimento; e por outro, que a educação tecnológica deve buscar qualificar o cidadão e educá-lo em bases científicas, ético-políticas e culturais, unificando ciência, tecnologia e trabalho.

Para Lima Filho (2006, p. 35-36), é necessária uma discussão sobre o entendimento do que seja universidade tecnológica, pois como seu conceito está em construção a importação de modelos educacionais representa uma limitação às especificidades de cada nação na construção do seu projeto próprio de educação. O autor considera que a universidade “é uma instituição social que, com autonomia, trata da universalidade e universalização dos saberes buscando constituir-se como o espírito crítico de seu tempo e de sua sociedade a partir de uma concepção de totalidade” e que dessa forma é contraditório falar em especializada por campo do saber, pois tal denominação sugere “reducionismos ou determinismos tecnológicos”.

Segundo o autor (*idem*, p. 37), a palavra tecnologia é polissêmica, abarcando múltiplos sentidos, mas duas matrizes conceituais vem se destacando: “(i) a matriz relacional, que concebe a tecnologia como construção social, produção, aplicação e apropriação das práticas, saberes e conhecimentos; (ii) a matriz instrumental, que concebe a tecnologia como técnica”. A última matriz, segundo Lima Filho deriva de concepções que veem uma ruptura entre teoria e prática e entre produção intelectual e material.

Silva (2006, p. 75), por sua vez, considera que, como a educação tecnológica é ampla, envolvendo todas as áreas do saber, não há razão para a universidade tecnológica ser restrita a um campo do saber, pois “não se desenvolve conhecimento tecnológico sem os demais conhecimentos”, sendo assim a autora defende que a universidade tecnológica seja um ambiente “no qual se possa produzir, organizar, disseminar e transformar conhecimentos das

mais variadas áreas e que, no entanto, juntos podem contribuir para o desenvolvimento científico e tecnológico, bem como para o desenvolvimento socioeconômico do país.”

Outro autor que problematiza a questão da universidade tecnológica é Frigotto (2009, p. 25). Para este autor “o nome tecnológica pode ajudar ou pode atrapalhar, dependendo do sentido ético-político que se tem e que tipo de projeto de sociedade queremos”, ou seja, está nas mãos da instituição a responsabilidade de definir o seu rumo, sua identidade. O desafio, segundo o autor, “é o de pensar a universidade na sociedade”, pois o “problema é mais político do que técnico” (FRIGOTTO, 2009, p. 26).

Outro aspecto observado nos documentos diz respeito à relação da UTFPR com a comunidade. Evidenciou-se uma ênfase muito grande em ações que visam estreitar os laços entre a universidade e o segmento empresarial. Apesar de os documentos expressarem o interesse em atender a sociedade e a comunidade local, observa-se que sua organização e suas ações estão muito mais voltadas ao segmento empresarial que aos demais segmentos sociais, como sindicatos, movimentos sociais, por exemplo. Assim, nota-se que a instituição assume muitas vezes nos documentos o discurso da empresa, utilizando-se inclusive de uma linguagem empresarial. Exemplos disso podem ser observados quando se afirma, por exemplo, que cada Câmpus da UTFPR mantém os princípios e valores da instituição que foram construídos historicamente, como “o estímulo ao desenvolvimento de projetos e serviços cooperados apoiados no binômio: universidade-empresa” (UTFPR/PDI, 2009d, p. 44); ou quando diz que a UTFPR é uma instituição que “detém forte vinculação com o segmento empresarial. Isto decorre a partir de uma consolidada política de interação escola-empresa, que canaliza competências institucionais, nas atividades de ensino e pesquisa tecnológica, à comunidade, particularmente a este segmento” (UTFPR/PDI, 2009d, p. 59) e que,

seguindo uma tendência mundial, em que as instituições acadêmicas buscam valorizar e proteger o conhecimento desenvolvido por seus ativos, a UTFPR instalou sua Agência de Inovação, que se encontra em funcionamento, ainda que em seus estágios iniciais. A Agência objetiva identificar oportunidades e incentivar a inovação, como nicho de mercado, amparada pela Proteção Intelectual, por meio da transferência de tecnologia (UTFPR/PDI, 2009d, p. 59).

Como já comentado anteriormente, a ênfase no empreendedorismo e na inovação é uma constante nos documentos. A inovação vem sendo colocada como essencial ao desenvolvimento, pois ser inovador é uma característica inerente ao empreendedor. A estrutura organizacional da instituição busca atender essa ênfase principalmente através de

programas e ações desenvolvidos pela Pró-Reitoria de Relações Empresariais e Comunitárias e as Diretorias de Relações Empresariais e Comunitárias dos Câmpus.

De acordo com o PDI, a universidade deve apoiar o desenvolvimento de habitats de inovação através de ambientes favoráveis à inovação, como:

hotéis tecnológicos, incubadoras de empresas de base tecnológica, aceleradoras de negócios, centros de pesquisa e desenvolvimento, laboratórios especializados, parques tecnológicos, entre outros mecanismos de fortalecimento das atividades empreendedoras e de empreendimentos solidários [...] (PDI, 2009d, p.71).

O PDI afirma ainda que o Programa de Extensão Social (PROES), que “é o meio de transformar o ensino por meio de uma prática direcionada à realidade e comprometida com a resolução dos problemas sociais” também é responsável por ampliar “o **capital cultural** da população” (UTFPR/PDI, 2009d, p. 59, grifo nosso), denotando, com isso, uma visão economicista, pautada nos valores do capital.

No mesmo sentido o PPI defende que a instituição deve buscar a qualificação de seus servidores,

tanto no aspecto humano quanto profissional, permitindo sua evolução no contexto de uma sociedade globalizada, em que o ser humano possa tornar-se o elemento gerador de ações positivas e éticas, **capitalizando seu desenvolvimento** tanto em benefício próprio, como também da comunidade (UTFPR/PPI, 2007, p. 72, grifo nosso).

Novamente aqui a visão economicista vem à tona. Expressões como capital cultural da população e capitalizar o desenvolvimento dos servidores em benefício próprio e da comunidade denotam um alinhamento à Teoria do Capital Humano, que, de acordo com Freitag (2005), busca associar crescimento econômico com nível educacional. Sob essa perspectiva a autora afirma que são desconsiderados os conflitos e contradições da sociedade de classes e o investimento público em educação traria um retorno tanto individual quanto social, despertando o interesse pela educação como um investimento necessário ao desenvolvimento do país. Tal teoria, no entanto, tem sido combatida pelos autores de tradição marxista, que, segundo Freitag (2005), alegam que a taxa de lucro não retorna para o indivíduo, tampouco para a nação, e sim para o empresário capitalista, sob a forma de mais-valia, mascarando, assim, a exploração e alienação da força de trabalho. Dessa forma, a força de trabalho mais bem treinada funciona como capital variável no processo produtivo.

Do exposto, verifica-se que os documentos analisados explicitam um discurso que se alterna entre posicionamentos alinhados a uma visão crítica de educação, que busca contribuir

para a formação ampla de sujeitos autônomos, conscientes e capacitados para atuarem com autonomia na sociedade, e posicionamentos alinhados aos interesses do capital, que procura utilizar-se das universidades e instituições de educação tecnológica para se beneficiar, fazendo do conhecimento ali produzido, das inovações e tecnologias um instrumento de poder e dominação.

Assim, pode-se inferir, de acordo com as menções ao desenvolvimento explicitadas nos documentos e com as ênfases verificadas a partir da leitura completa dos mesmos, que a concepção de desenvolvimento da UTFPR Câmpus Pato Branco está focada no desenvolvimento social, econômico, tecnológico e regional. Isso se daria a partir de uma educação tecnológica voltada para a promoção do desenvolvimento social e econômico das regiões onde os Câmpus estão inseridos.

4.2 MENÇÕES AO DESENVOLVIMENTO NA FALA DOS DIRIGENTES DO CÂMPUS PATO BRANCO

Para a identificação da concepção de desenvolvimento na fala dos dirigentes do Câmpus Pato Branco foram realizadas entrevistas individuais semiestruturadas aos diretores das seguintes diretorias: Diretoria Geral, Diretoria de Graduação e Educação Profissional, Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Diretoria de Relações Empresariais e Comunitárias e Diretoria de Planejamento e Administração.

As entrevistas foram agendadas com antecedência, de acordo com a disponibilidade de cada dirigente, sendo realizadas nos meses de maio e junho de 2011 e constavam de roteiro que abarcava questões relacionadas ao papel das universidades no desenvolvimento das regiões onde estão inseridas, à participação do Câmpus Pato Branco e da Diretoria entrevistada no desenvolvimento do sudoeste paranaense, à participação do Câmpus no GGETESPA, ao representante do Câmpus no GGETESPA e à concepção de desenvolvimento do dirigente entrevistado.

Por uma questão de sigilo e respeito ao anonimato de cada dirigente, optou-se por nomear aleatoriamente cada diretoria por letra, indo de A a E, uma vez que se tratava de cinco diretorias.

Ressalta-se que as entrevistas foram transcritas e o tratamento dado a elas ocorreu da seguinte maneira: primeiramente as mesmas tiveram seu conteúdo sintetizado e organizado em quadros, de acordo com as questões propostas, sendo que para cada diretoria correspondia um quadro completo, contendo todas as questões. Após essa etapa fez-se uma nova síntese de

cada questão em tópicos, por diretoria. Em seguida, elaborou-se uma figura com as ideias principais de cada questão, por diretoria e por fim, agrupou-se a figura de cada diretoria em uma única figura, por questão, contendo os pontos salientes de todas as diretorias.

A seguir, serão apresentadas tais figuras de maneira que se possa visualizar os pontos predominantes das entrevistas.

No que se refere ao questionamento sobre **o papel das universidades no desenvolvimento das regiões onde estão inseridas**, verificou-se o seguinte resultado:

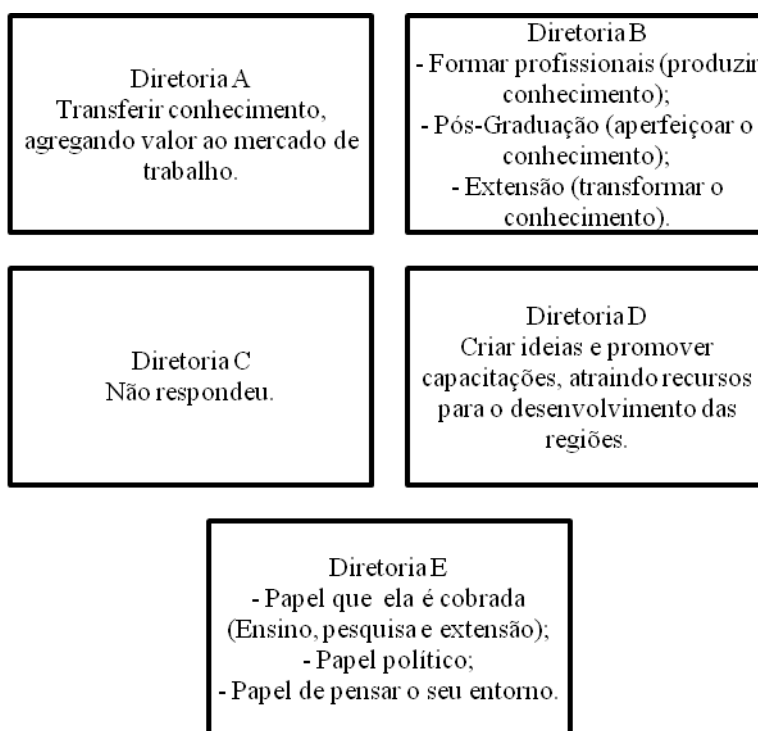


Figura 2- Papel das universidades no desenvolvimento das regiões onde estão inseridas
Fonte: Dados da pesquisa (2012).

Das respostas dadas observa-se a ênfase no conhecimento. Embora a produção do conhecimento seja um papel comum a qualquer universidade, em 2009, ano do centenário da instituição, foi amplamente divulgado o slogan “Construir conhecimento é nosso ofício há um século”. Tal slogan se mantém aceso, figurando inclusive em outdoor na entrada do Câmpus Pato Branco. Outra resposta que se sobressaiu nessa questão diz respeito ao aspecto econômico da educação, tanto no sentido de agregar valor ao mercado de trabalho, quanto de atrair recursos. O tripé básico: ensino, pesquisa e extensão, também esteve presente nas respostas. A resposta que trouxe um diferencial foi da Diretoria E, que considerou o papel político da universidade, bem como o papel social, de pensar no seu entorno.

Referente ao questionamento sobre **a participação do Câmpus Pato Branco no desenvolvimento do sudoeste paranaense** verificou-se as seguintes respostas:

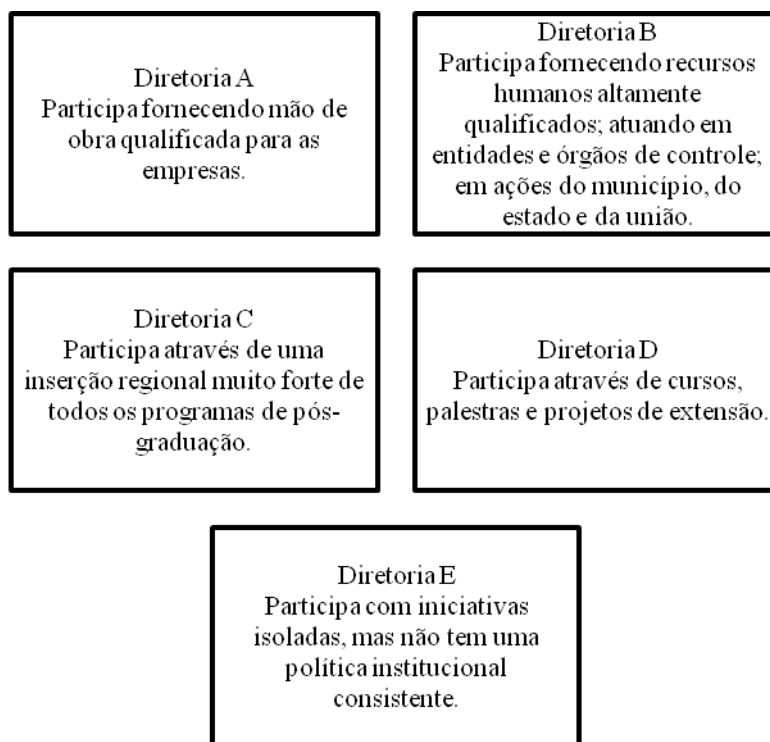


Figura 3 - Participação do Câmpus Pato Branco no desenvolvimento do sudoeste paranaense
Fonte: Dados da pesquisa (2012).

Nesta questão observa-se que o ensino é a maior forma de participação, através de cursos, formando mão de obra qualificada. No entanto, há que se considerar a participação através da extensão, dos programas de pós-graduação e da atuação em órgãos e entidades de controle. Porém, de acordo com o Dirigente E, essa participação não faz parte de uma política da instituição.

Quando questionados sobre **a participação da Diretoria entrevistada no desenvolvimento do sudoeste paranaense**, observaram-se as seguintes respostas:

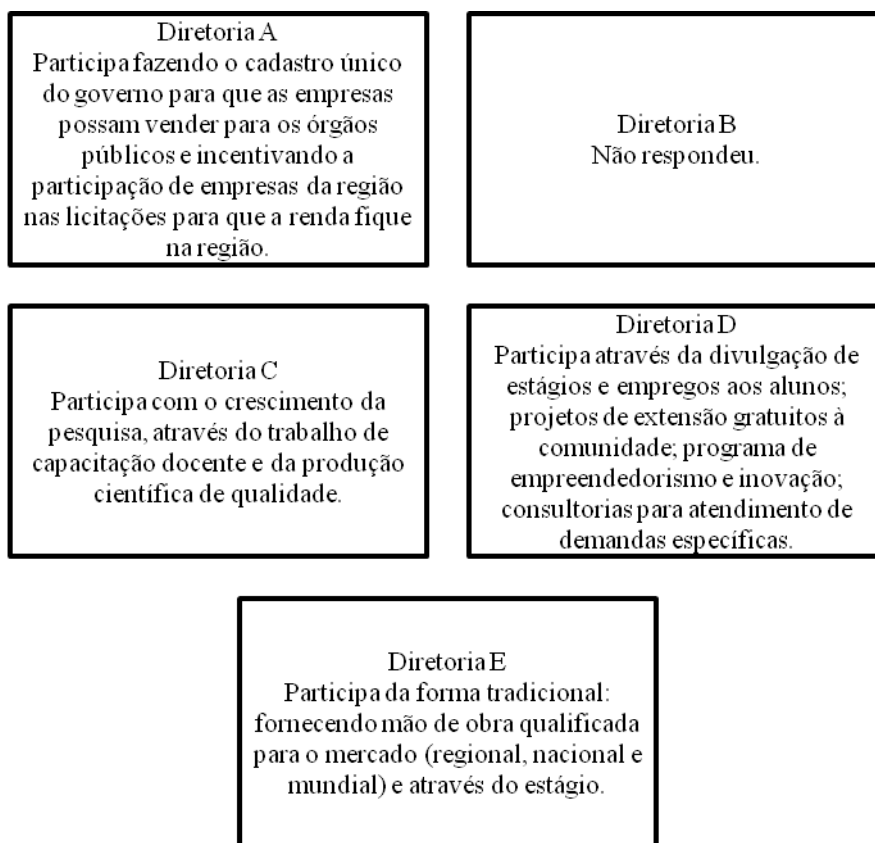


Figura 4 - Participação da Diretoria entrevistada no desenvolvimento do sudoeste paranaense
Fonte: Dados da pesquisa (2012).

A participação de cada Diretoria variou de acordo com o âmbito de atuação de cada uma. No geral, a participação ocorre da forma comum a qualquer universidade, ou seja, por meio do tripé ensino, pesquisa e extensão. Uma resposta que chamou a atenção (da Diretoria E) é que a formação de mão de obra agora não está mais restrita ao âmbito regional, uma vez que com a adesão da UTFPR ao Sistema de Seleção Unificada (SISU), a partir de 2010, a instituição passou a receber alunos de todas as partes do país, e com o aumento dos processos de mobilidade acadêmica internacional, de outros países também. Porém, embora inserida em um movimento de internacionalização de suas atividades o Câmpus busca também focar sua atuação na região, conforme resposta da Diretoria A.

Sobre a **participação do Câmpus Pato Branco no GGETESPA e do representante do Câmpus neste Grupo**, verificou-se o seguinte:

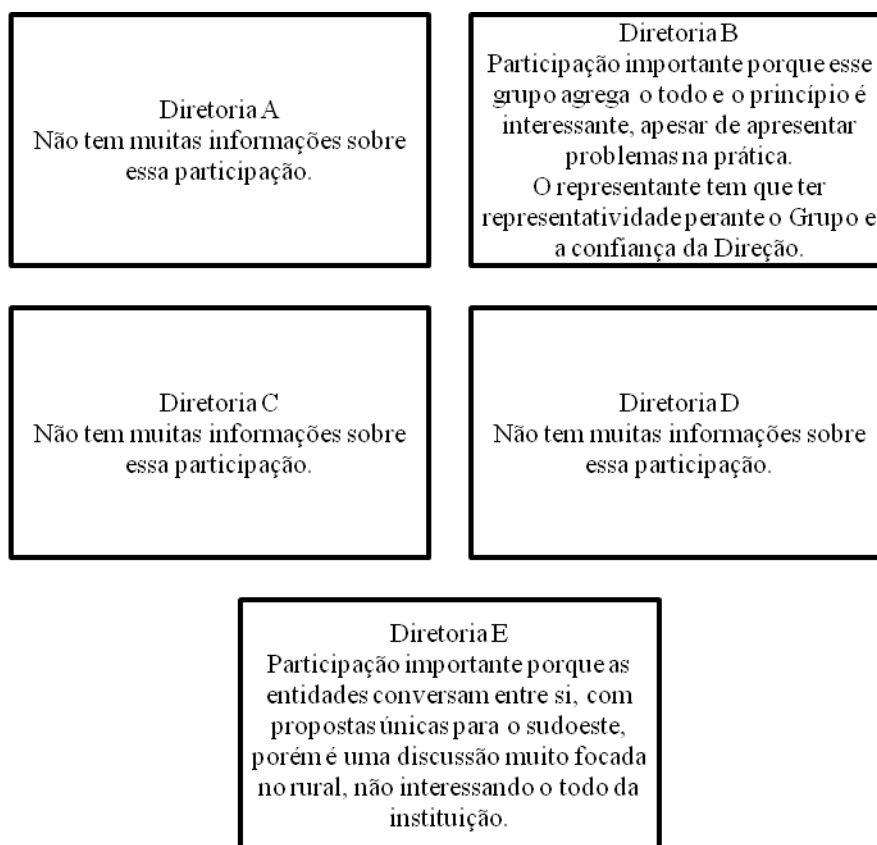


Figura 5 - Participação do Câmpus Pato Branco e do representante do Câmpus no GGETESPA
Fonte: Dados da pesquisa (2012).

Das respostas acima se verifica que, embora o GGETESPA atue na totalidade dos municípios do sudoeste paranaense e que o Câmpus Pato Branco participa desse processo antes mesmo da criação do Grupo, a maioria das Diretorias não tem muitas informações sobre o assunto. Das duas Diretorias que tem conhecimento, ambas reconhecem a importância desse Grupo para as discussões sobre desenvolvimento, porém com ressalvas. Seja por problemas práticos, na execução dos projetos, seja por considerar uma discussão muito específica que não interessa ao todo da instituição, como afirmado pela Diretoria E. Faz-se aqui uma ressalva: quando questionada sobre o papel das universidades, a Diretoria E destacou a importância de se pensar no entorno da universidade. Considerando que o sudoeste paranaense é uma região que sempre foi permeada pelo rural, conforme exposto no capítulo 2, a alegação da Diretoria E de que a discussão do GGETESPA é muito focada no rural parece desconsiderar que o rural faz parte do entorno do Câmpus Pato Branco. Sendo assim, para essa Diretoria pensar no entorno seria pensar no entorno real, existente, ou no entorno idealizado?

No que se refere ao questionamento sobre **a concepção de desenvolvimento dos dirigentes entrevistados**, as respostas foram:

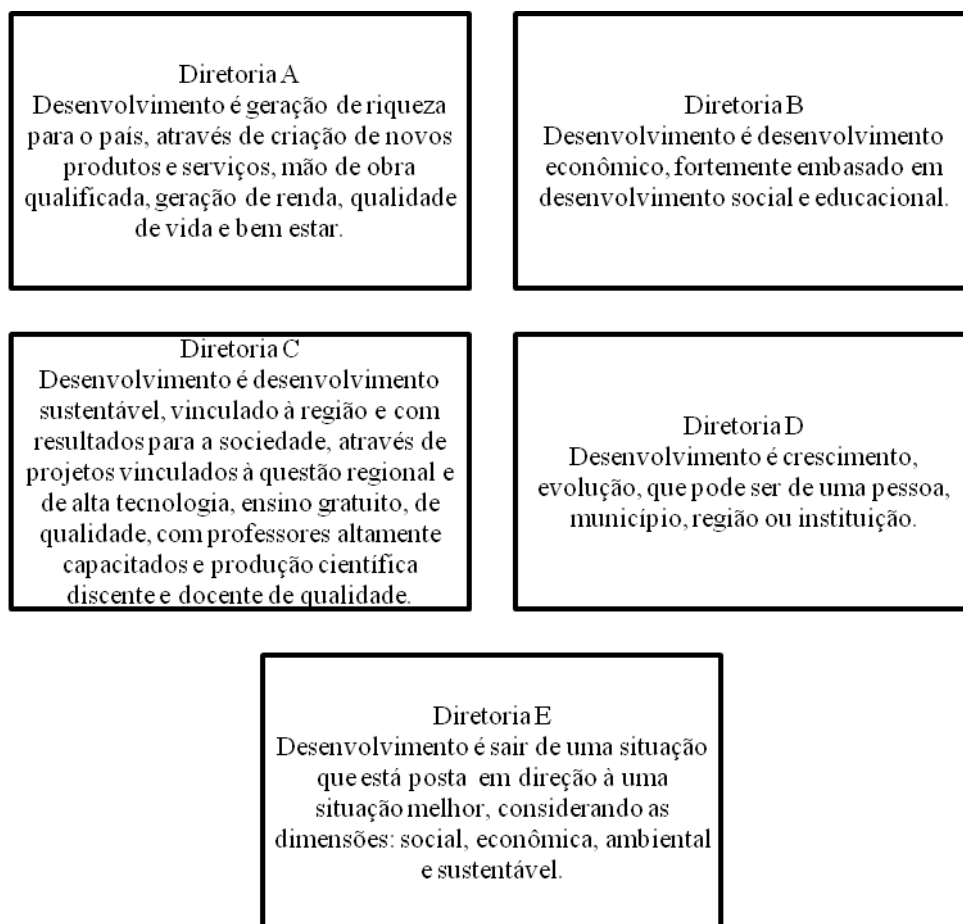


Figura 6 - Concepção de desenvolvimento dos dirigentes do Câmpus Pato Branco
Fonte: Dados da pesquisa (2012).

Nessa questão, que foi deixada por último nas entrevistas, dada a importância das respostas ao objetivo da pesquisa, destacou-se o aspecto econômico do desenvolvimento que vigora no pensamento dos Dirigentes do Câmpus Pato Branco, embora as Diretorias C e E apresentassem uma visão mais ampliada de desenvolvimento, levando em conta outras dimensões.

Assim, pelas respostas obtidas pode-se afirmar que, nas falas dos dirigentes do Câmpus Pato Branco, predominou a concepção de desenvolvimento enquanto crescimento econômico.

4.3 MENÇÕES AO DESENVOLVIMENTO NAS PRÁTICAS: PARTICIPAÇÃO DA UTFPR CÂMPUS PATO BRANCO NO GRUPO GESTOR DO TERRITÓRIO SUDOESTE DO PARANÁ

A investigação sobre a participação do Câmpus Pato Branco no Grupo Gestor do Território Sudoeste do Paraná (GGETESPA) ocorreu como forma de identificar em uma de

suas práticas/ações, a concepção de desenvolvimento do Câmpus. Para isso, foram realizadas entrevistas individuais semiestruturadas com os membros da Coordenação do Grupo e com os representantes e ex-representantes da UTFPR no Colegiado do Grupo pertencentes ao Câmpus Pato Branco. Além das entrevistas a pesquisadora assistiu uma reunião do GGETESPA realizada em 09 de junho de 2011 nas dependências do Câmpus Pato Branco.

Para a análise das entrevistas utilizou-se o mesmo procedimento utilizado nas entrevistas com os dirigentes do Câmpus Pato Branco, ou seja, as mesmas foram transcritas, tiveram seu conteúdo sintetizado e organizado em quadros, de acordo com as questões propostas, sendo que para cada entrevistado correspondia um quadro completo, contendo todas as questões. Após essa etapa fez-se uma nova síntese de cada questão em tópicos, por entrevistado. A seguir elaborou-se uma figura com as ideias principais de cada questão, por entrevistado e por fim, agrupou-se a figura de cada entrevistado em uma única figura, por questão, contendo os pontos salientes de todos os entrevistados.

Também por uma questão de sigilo e respeito ao anonimato de cada entrevistado, optou-se por se nomear aleatoriamente cada pessoa por uma letra.

A seguir serão apresentados os dados das entrevistas de forma que se possa visualizar os pontos predominantes de cada uma delas.

4.3.1 Participação da UTFPR Câmpus Pato Branco no GGETESPA: fala da Coordenação do Grupo Gestor

As entrevistas realizadas com os coordenadores do GGETESPA ocorreram nos meses de junho e julho de 2011. Como já comentado no capítulo 2, os membros da coordenação naquele momento representavam as seguintes organizações: EMATER e IAPAR (governamentais); CAPA e ASSESOAR (não-governamentais), sendo que a última ocupava a Coordenação Geral do GGETESPA¹⁹.

Constavam do roteiro de entrevistas questões relacionadas à origem, importância, ações e impactos do GGETESPA no desenvolvimento do sudoeste paranaense; à dinâmica do Grupo, limites, desafios e relacionamento com outras instâncias de desenvolvimento; ao papel das universidades no desenvolvimento das regiões onde estão inseridas e à participação delas e do Câmpus Pato Branco no GGETESPA e no desenvolvimento do Território; à escolha do representante da UTFPR no grupo e à concepção de desenvolvimento do GGETESPA.

¹⁹ Cabe ressaltar que posteriormente à realização das entrevistas ocorreu a troca das entidades que compunham a Coordenação do GGETESPA, bem como de alguns representantes das entidades no Colegiado do grupo.

No que se refere ao questionamento sobre **a origem, importância, ações e impactos do GGETESPA no desenvolvimento do sudoeste paranaense**, verificou-se o seguinte resultado:

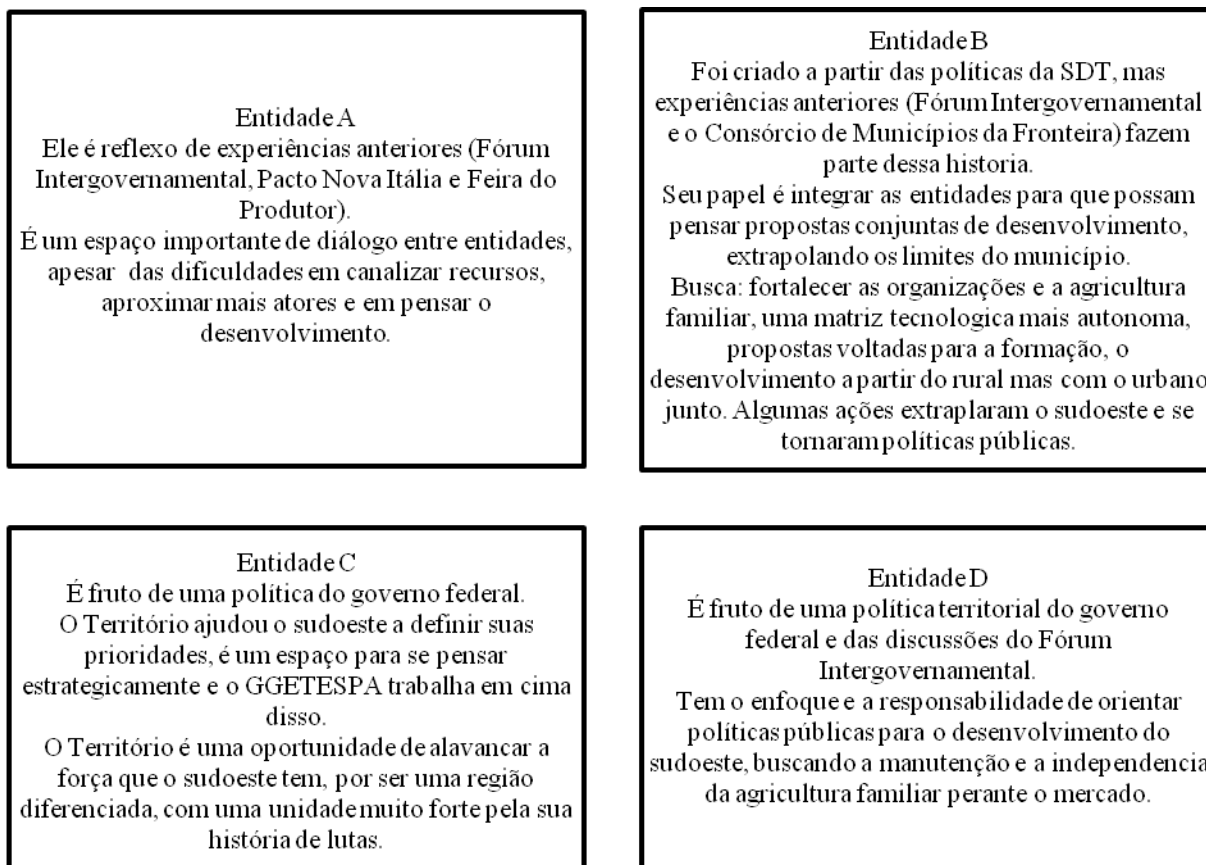


Figura 7 - Origem, importância, ações e impactos do GGETESPA no desenvolvimento do sudoeste paranaense
Fonte: Dados da pesquisa (2012).

Observa-se, pelos depoimentos, que o GGETESPA embora seja fruto de uma política do governo federal, faz parte também de uma caminhada desenvolvida na região em torno de experiências de organização e busca de articulação em torno de propostas de desenvolvimento. O espaço é visto como uma oportunidade para integrar ações em torno do desenvolvimento e mais que isso, pensar coletivamente tais ações. Uma questão interessante colocada pela Entidade B refere-se às ações que extrapolaram o sudoeste e se tornaram políticas públicas e da Entidade C, que reconhece que o sudoeste é uma região diferenciada, pela sua história de lutas.

Quando questionados sobre **a dinâmica do Grupo, os limites, desafios e relacionamento com outras instâncias de desenvolvimento**, as respostas que se sobressaíram foram as seguintes:

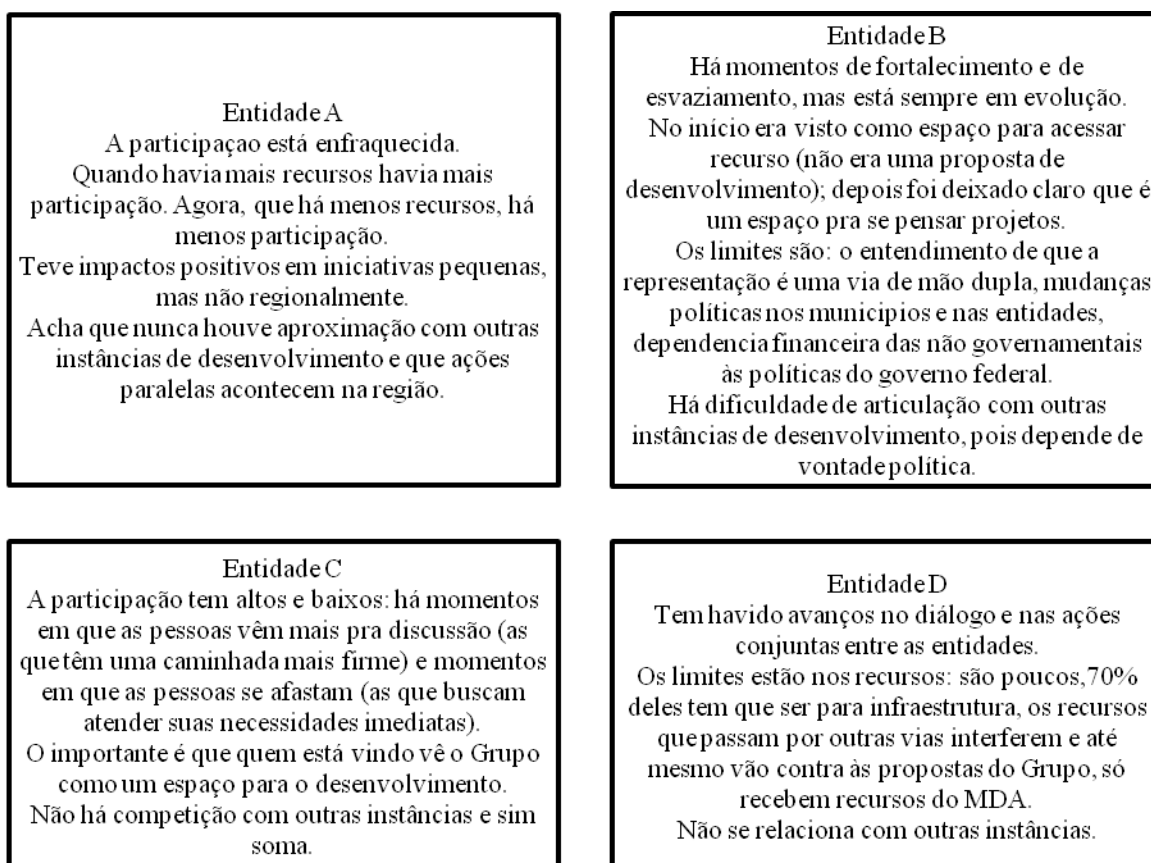


Figura 8 - Dinâmica do GGETESPA: limites, desafios e relacionamento com outras instâncias de desenvolvimento

Fonte: Dados da pesquisa (2012).

Como se vê, todos sinalizaram que a participação das entidades no GGETESPA tem variado, principalmente em função dos recursos. Observa-se, pela resposta da Entidade B, que houve um amadurecimento nessa questão e pela resposta da Entidade C, de que quem participa o faz de forma mais comprometida. Um ponto que variou nas respostas foi em relação ao relacionamento do Grupo com outras instâncias de desenvolvimento que se fazem presentes na região. Somente a entidade C considera que há essa articulação, as demais entidades viram esse aspecto como um obstáculo a ser superado. Outro ponto que ficou evidenciado é a diminuição dos recursos que são destinados ao Território. Além da diminuição apontou-se que os recursos que passam por outras vias, às vezes, vão contra as propostas pensadas coletivamente no Grupo.

Referente ao questionamento sobre **o papel das universidades no desenvolvimento das regiões onde estão inseridas e à participação delas e do Câmpus Pato Branco no GGETESPA e no desenvolvimento do Território**, destacou-se o seguinte resultado:

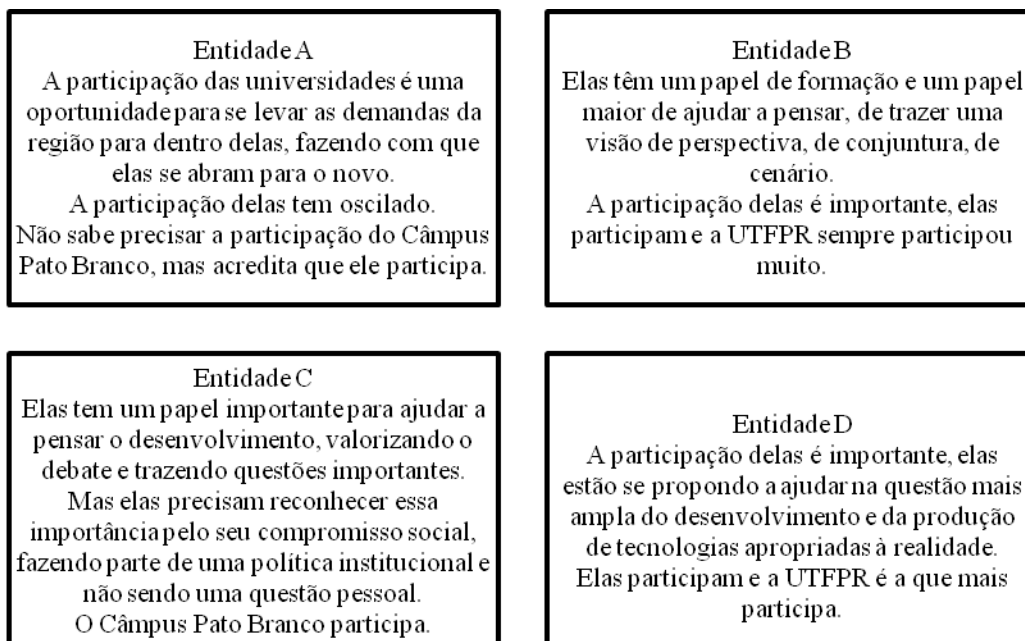


Figura 9 - Papel das universidades no desenvolvimento das regiões onde estão inseridas e participação delas e do Câmpus Pato Branco no GGETESPA e no desenvolvimento do Território
Fonte: Dados da pesquisa (2012).

Pelas respostas é possível verificar que a participação das universidades é vista como algo importante para o desenvolvimento das regiões onde estão inseridas e que a participação tem oscilado um pouco, embora a UTFPR tenha participado sempre. A Entidade C destaca que essa participação não pode ficar restrita a uma questão pessoal e sim, fazer parte de uma política institucional. Encontrou-se certa dificuldade em identificar nas respostas a participação específica do Câmpus Pato Branco, uma vez que no sudoeste estão localizados três câmpus da UTFPR e os entrevistados referem-se na maioria das vezes à instituição como um todo. No entanto, evidenciou-se que o Câmpus Francisco Beltrão não participa do GGETESPA e que o Câmpus Pato Branco, por ser o primeiro na região sudoeste, teve uma participação mais atuante no início da constituição do Grupo.

No que se refere ao questionamento sobre **a escolha do representante da UTFPR no grupo**, verificou-se o seguinte resultado:

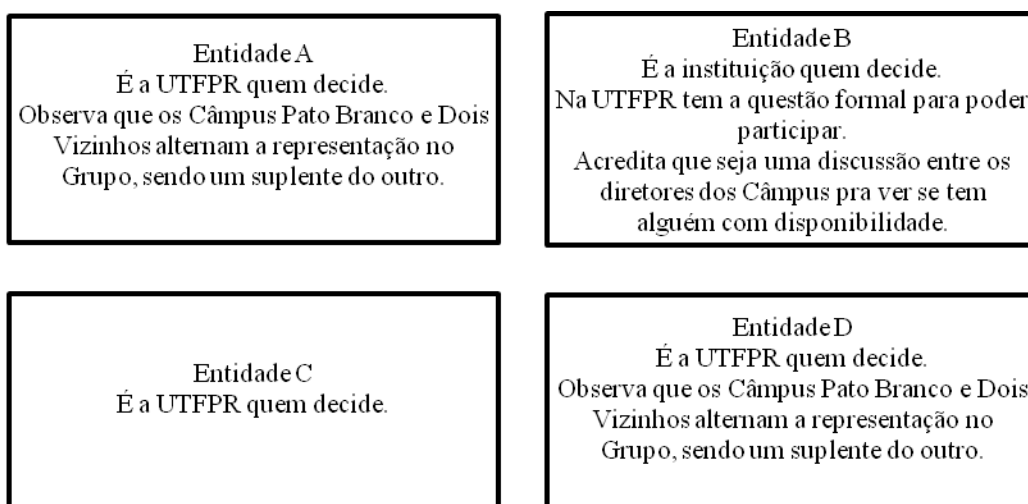


Figura 10 - Escolha do representante da UTFPR no grupo
Fonte: Dados da pesquisa (2012).

Todas as entidades entrevistadas alegaram que a escolha do representante é feita pela instituição e que isso vale para todas as entidades. Vale destacar que, embora a UTFPR tenha três câmpus no sudoeste, há somente uma cadeira para a instituição no GGETESPA. Sendo assim, duas entidades acreditam que exista um acordo entre os Câmpus Dois Vizinhos e Pato Branco no sentido de alternarem a representação no Grupo. A entidade B destaca que há a necessidade de Portaria para ser representante, supondo, assim, que a escolha seja uma decisão entre os diretores dos Câmpus.

No questionamento sobre **a concepção de desenvolvimento do GGETESPA**, verificou-se o seguinte resultado:

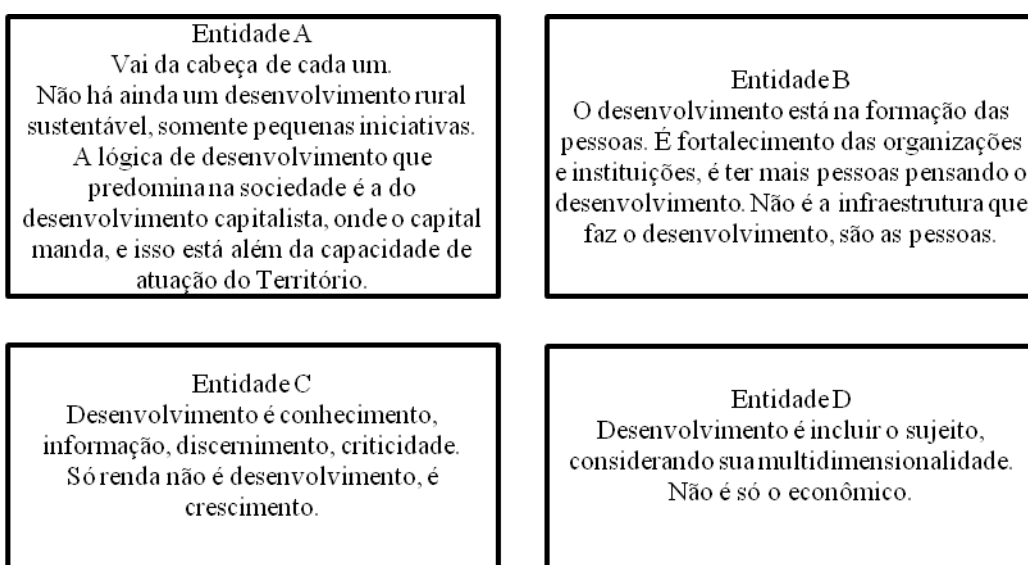


Figura 11 - Concepção de desenvolvimento do GGETESPA
Fonte: Dados da pesquisa (2012).

Vê-se que não há uma concepção única de desenvolvimento no GGETESPA e que tal entendimento, como citado pela Entidade A, “vai da cabeça de cada um”. Mesmo assim, evidenciou-se a compreensão de que desenvolvimento não está relacionado apenas ao aspecto econômico e que, de acordo com a Entidade A, há a predominância de uma visão de desenvolvimento sob a lógica do capital, que tem uma dimensão maior do que o campo de atuação do Território. A Entidade B destaca o papel da formação, uma vez que quem faz o desenvolvimento são as pessoas e a Entidade D destaca a multidimensionalidade que deve ser considerada quando se pensa em desenvolvimento.

Assim, do exposto nas falas da Coordenação do GGETESPA observa-se uma concepção ampliada de desenvolvimento por parte da mesma.

No entanto, como o objetivo aqui é verificar a participação do Câmpus Pato Branco no GGETESPA, para assim poder analisar sua concepção de desenvolvimento, pode-se observar que, no geral, o Câmpus tem participado no Grupo, e dessa forma, nas ações em torno do desenvolvimento propostas para o Território Sudoeste do Paraná. No entanto, como exposto anteriormente pela Entidade C, tal participação tem se dado mais de forma pessoal do que institucional.

4.3.2 Participação da UTFPR Câmpus Pato Branco no GGETESPA: fala dos representantes da UTFPR no Grupo Gestor

As entrevistas realizadas com os representantes e ex-representantes da UTFPR Câmpus Pato Branco no GGETESPA ocorreram no mês de maio de 2011.

A representação da UTFPR no GGETESPA teve início em 2004 e de lá para cá o Câmpus Pato Branco teve três representantes no Colegiado deste Grupo, sendo que os três ocuparam cadeira não somente no Colegiado como também na Coordenação do Grupo. Atualmente o representante da UTFPR no Colegiado do Grupo é servidor do Câmpus Dois Vizinhos, tendo por suplente o servidor do Câmpus Pato Branco que atuou anteriormente na Coordenação.

Além da participação no Colegiado e na Coordenação do GGETESPA, o Câmpus Pato Branco conta também com a participação de servidores nas Câmaras Temáticas do Grupo. No entanto, foram entrevistados somente os servidores do Câmpus que tiveram cadeira no Colegiado e Coordenação do Grupo.

Constavam do roteiro de entrevistas questões relacionadas ao surgimento do GGETESPA e à participação da UTFPR neste, à importância do GGETESPA para o

desenvolvimento do sudoeste paranaense, à participação da UTFPR no desenvolvimento do sudoeste, à escolha do representante da UTFPR no Grupo e à participação do representante, e à concepção de desenvolvimento do entrevistado.

Quanto ao **surgimento do GGETESPA e à participação da UTFPR neste**, verificaram-se as seguintes respostas:

Representante A	Representante B	Representante C
<ul style="list-style-type: none"> • Não conhece a fundo o surgimento do GGETESPA e a participação da UTFPR nele. • Por ser uma discussão muito focada no rural considera que a participação interessa mais ao curso de agronomia do que a instituição como um todo. 	<ul style="list-style-type: none"> • É fruto de uma política territorial do governo federal, mas suas origens estão no Pacto Nova Itália, no Fórum Intergovernamental e no Consórcio de Municípios da Fronteira. • A UTFPR tem participado dessa questão territorial desde o início, mas a instituição nunca se deu conta da importância disso e sim as pessoas. • A instituição trata o território de uma forma muito utilitarista, há a necessidade de um desapego sobre o retorno imediato. 	<ul style="list-style-type: none"> • É fruto de uma política pública relacionada aos territórios, mas havia uma experiência territorial anterior na região (Fórum Intergovernamental e Consórcio de Municípios). • A razão de sua criação foi a necessidade por parte do MDA de um ente acima do município que deliberasse sobre a aplicação de recursos no território. • O Câmpus Pato Branco participa desde as experiências territoriais anteriores. No início a participação era mais de um curso do que da instituição, mas a participação vem crescendo.

Figura 12 - Surgimento do GGETESPA e participação da UTFPR nele
Fonte: Dados da pesquisa (2012).

Com exceção de um representante que não conhece a fundo a história do surgimento do GGETESPA, os outros dois representantes veem que, além de ser fruto de uma política do governo, esse Grupo faz parte de uma caminhada pautada em experiências territoriais e organizacionais anteriores em torno do desenvolvimento da região. O Representante A considera que as discussões do Grupo não interessam à instituição como um todo e sim a um curso específico da instituição, o curso de agronomia. Já o Representante B destaca que a participação da instituição tem se dado muito mais em nível pessoal do que institucional, enfatizando inclusive a forma utilitarista que esse espaço é tratado pela instituição.

As respostas dadas pelos representantes demonstram visões bem diferenciadas em torno da participação da instituição no GGETESPA.

No que se refere ao questionamento sobre a **importância do GGETESPA para o desenvolvimento do sudoeste paranaense**, destacou-se o seguinte resultado:

Representante A	Representante B	Representante C
<ul style="list-style-type: none"> • Ele é um espaço de discussão interessante pelo fato das entidades conversarem entre si, com propostas únicas para o sudoeste. • A reorganização que o Grupo teve e o envolvimento de pessoas sérias indica que ele tenha se convertido em um importante canal de articulação com os Ministérios. 	<ul style="list-style-type: none"> • Ele é importante por pensar um projeto de desenvolvimento para o Território, buscando fortalecer o que é importante, como as organizações que tem amplitude e que podem representar um contraponto à exclusão. 	<ul style="list-style-type: none"> • Ele tem um papel importante na discussão de um projeto de desenvolvimento regional, extrapolando a lógica do município. • Mas ele não tem conseguido fazer isso porque é enxergado como um espaço para disputar recursos do MDA. • Se ele fosse enxergado no papel que ele tem de fato, que é discutir o desenvolvimento, talvez se empoderasse e conseguisse mais recursos. • Ele é muito mais um grupo de pessoas do que um grupo de entidades.

Figura 13 - Importância do GGETESPA para o desenvolvimento do sudoeste paranaense
Fonte: Dados da pesquisa (2012).

Nessa questão os três representantes são unânimes em reconhecer a importância desse Grupo enquanto um espaço para discussões de um projeto articulado de desenvolvimento para o Território Sudoeste. Porém, de acordo com o Representante C, o Grupo não tem conseguido fazer isso, pelo fato de ser visto como fonte de recursos e não de discussão de propostas. Novamente aqui é levantada a questão de que ele está muito mais pautado por uma participação pessoal do que de entidades.

Em relação à **participação da UTFPR no desenvolvimento do sudoeste**, verificou-se o seguinte:

Representante A	Representante B	Representante C
<ul style="list-style-type: none"> • Participa com iniciativas isoladas, mas não tem uma política institucional consistente. • Ela precisa atingir uma maturidade primeiro. 	<ul style="list-style-type: none"> • Quer queira, quer não, ela participa, porque ela está por trás da participação dos professores, alunos e programas, sendo medrosa em alguns momentos e arrojada em outros. 	<ul style="list-style-type: none"> • Ela não consegue interagir de fato com os projetos de desenvolvimento do sudoeste. • Sua participação está mais pautada nas pessoas do que em uma política institucional. • Participação para ela ainda é formar gente, e isso se deve à herança do CEFET, que era focado no ensino. • Ela está em construção enquanto universidade e hoje participa mais do que antes.

Figura 14 - Participação da UTFPR no desenvolvimento do sudoeste
Fonte: Dados da pesquisa (2012).

Novamente aqui é evidenciado que o envolvimento da instituição em ações voltadas ao desenvolvimento do sudoeste não faz parte de uma política institucional, uma vez que a participação da instituição neste grupo se dá mais por iniciativas pessoais. Um ponto interessante destacado pelo Representante C é que a instituição está em construção enquanto universidade, pois ela carrega uma herança muito forte de CEFET, o que de certa forma vai ao encontro do depoimento do Representante A, quando este afirma que falta maturidade, ou seja, a pesquisa e a extensão não estão totalmente integradas à tradição da instituição. Pelo exposto nas entrevistas, o Câmpus Pato Branco tem uma caminhada de participação no GGETESPA e no desenvolvimento regional ainda muito centrada nas pessoas, mas como a universidade ainda está em construção há indicativos de que essa participação aumente com o tempo.

Quando questionados sobre a **escolha do representante da UTFPR no Grupo e à participação do representante**, as principais respostas foram:

Representante A	Representante B	Representante C
<ul style="list-style-type: none"> • Busca-se um representante que traga as informações para perto da Direção do Câmpus. 	<ul style="list-style-type: none"> • A escolha é por meritocracia, mas tem política também. • São poucas opções de pessoas, porque tem que ter representatividade perante o GGETESPA e ser da confiança da Direção. 	<ul style="list-style-type: none"> • Inicialmente a Direção do Câmpus entendeu que a participação interessava mais a um curso (agronomia) do que a instituição como um todo. • Quando a Direção entendeu o que é o GGETESPA ela colocou um representante que representasse melhor os interesses da Direção.

Figura 15 - Escolha e participação do representante da UTFPR no GGETESPA
 Fonte: Dados da pesquisa (2012).

Nota-se que a escolha do representante no Câmpus Pato Branco é feita basicamente a partir do critério da confiança, uma vez que a representação é oficializada através de Portaria da Direção deste Câmpus. Além da confiança outro aspecto destacado diz respeito à representatividade perante o GGETESPA, pois busca-se um representante que tenha conhecimento a respeito das discussões tratadas no grupo. Novamente aqui surge a afirmação de que havia o entendimento por parte da Direção do Câmpus de que a discussão nesse grupo interessaria mais a um curso do que ao todo da instituição.

No que se refere ao questionamento sobre **a concepção de desenvolvimento do entrevistado**, verificou-se o seguinte:

Representante A	Representante B	Representante C
<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento é melhoria, considerando-se as dimensões social, econômica, ambiental e sustentável. 	<ul style="list-style-type: none"> • Concepção de desenvolvimento intrinsecamente relacionada à autonomia, autonomia decisória. • Se as pessoas estão bem (com educação, renda, oportunidades), o conjunto está bem, está desenvolvido. 	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento é criar oportunidades para que todos do mundo, em última instância, possam interagir entre si e usufruir daquilo que a humanidade desenvolveu em igualdade de condições.

Figura 16 - Concepção de desenvolvimento do representante da UTFPR Câmpus Pato Branco no GGETESPA

Fonte: Dados da pesquisa (2012).

Pode-se afirmar que a concepção de desenvolvimento dos representantes está pautada em três aspectos: desenvolvimento enquanto melhoria, evolução, embora considerando outras dimensões; desenvolvimento enquanto autonomia, capacidade decisória; desenvolvimento numa perspectiva de igualdade - que todos possam usufruir de tudo que a humanidade produziu em igualdade de condições.

A seguir, busca-se identificar a concepção de desenvolvimento do Câmpus Pato Branco a partir da junção dos pontos expostos nos documentos, nas falas de seus dirigentes e de sua participação no GGETESPA, verificada a partir das falas da Coordenação do Grupo e dos representantes do Câmpus no Grupo.

4.4 A CONCEPÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA UTFPR CÂMPUS PATO BRANCO A PARTIR DE DOCUMENTOS, DISCURSOS E PRÁTICAS

Observou-se na realização dessa pesquisa certa dificuldade, tanto por parte da pesquisadora, quanto dos entrevistados, em diferenciar UTFPR de Câmpus Pato Branco, uma vez que o Câmpus Pato Branco é reflexo do todo da UTFPR e ao mesmo tempo apresenta suas próprias especificidades. Nas entrevistas ambos os termos eram tratados muitas vezes como se fossem a mesma coisa, dificultando o entendimento se os entrevistados estavam se referindo à instituição como um todo ou somente ao Câmpus Pato Branco.

Fazendo um retrospecto das colocações acerca da concepção de desenvolvimento do Câmpus Pato Branco apresentadas anteriormente neste capítulo tem-se:

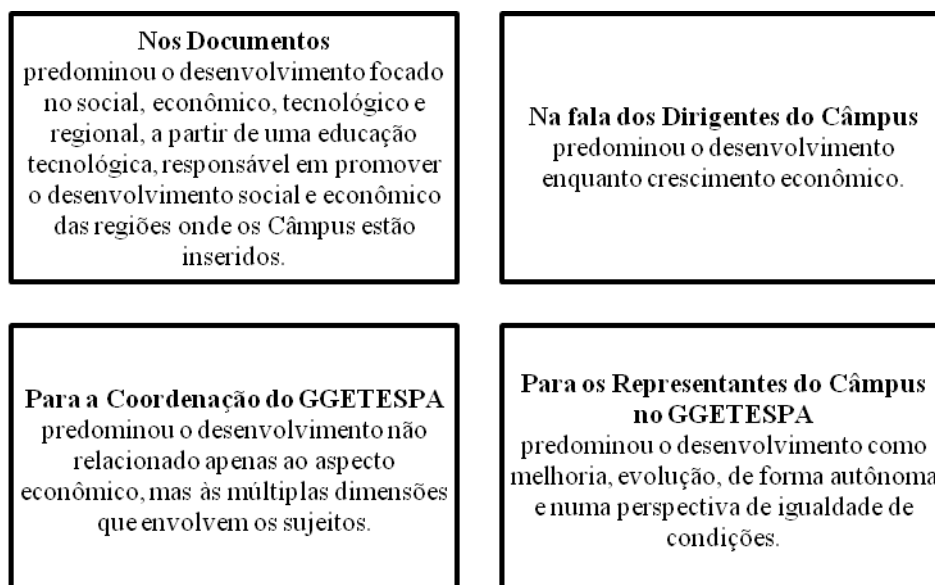


Figura 17 - Concepção de desenvolvimento do Câmpus Pato Branco
Fonte: Dados da pesquisa (2012).

Ficou evidenciado pelas entrevistas realizadas que a participação do Câmpus no GGETESPA está muito mais pautada nas pessoas do que em uma política institucional. Dessa forma, a participação do Câmpus nessa instância de desenvolvimento não configurou sua atuação no desenvolvimento da região onde o Câmpus está inserido, conforme evidenciado nos documentos da UTFPR. No entanto, é preciso deixar claro que tal afirmação é pautada em uma única instância de desenvolvimento, não podendo tal conclusão ser generalizada para outras instâncias presentes na região sudoeste, o que demandaria outros estudos.

Como desenvolvimento e tecnologia são tratados de forma ideológica na sociedade capitalista, é preciso considerar as possibilidades e limites que tais termos representam para uma universidade tecnológica. Negar o desenvolvimento bem como a tecnologia não é a melhor escolha.

A concepção de desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico embasa a relação entre educação e desenvolvimento na perspectiva da teoria do Capital Humano formulado por Shultz. Segundo Frigotto (2012), a essa teoria, que foi implantada no Brasil na década de 1950, foram acrescidas as noções de sociedade do conhecimento e de pedagogia das competências para a empregabilidade, ao final da década de 1980, instaurando um senso comum sobre a visão linear de desenvolvimento. O autor destaca que a teoria do capital humano e as noções de sociedade do conhecimento, pedagogia das competências e de empregabilidade está associada a uma visão reducionista de desenvolvimento, que não ajuda a entender a produção da desigualdade entre países e no interior de cada um deles, mas, ao contrário, produz uma visão deturpada da realidade. Nessa perspectiva, o pobre não é pobre

porque lhe falta uma boa educação, mas, ao contrário, não tem uma boa educação porque é pobre.

Como se vê essa visão distorcida afasta os problemas de sua materialidade e os coloca no plano das ideias, como se a educação, e agora, nesse momento, a educação tecnológica, fosse capaz de promover a mobilidade social por si só, sem que se mexam nas estruturas sociais e nas relações de classe.

Conforme Frigotto (2012, p. 12), faz-se necessária “uma nova concepção de desenvolvimento – socialmente justo, economicamente viável, solidário e participativo” - que forneça “as condições financeiras, políticas e culturais para romper com o ciclo vicioso de pobreza: baixo investimento em educação e em ciência e tecnologia, e para superar a condenação ao exercício das atividades "neuromusculares" na divisão internacional do trabalho”.

Na sequência, apresentam-se as considerações finais desse estudo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa surgiu a partir da observação da ênfase que é dada ao desenvolvimento na região sudoeste do Paraná e na UTFPR Câmpus Pato Branco, pois embora o discurso do desenvolvimento esteja presente em todos os espaços da sociedade, no sudoeste paranaense e no Câmpus Pato Branco observa-se que ele é muito forte.

Além disso, outro fator que despertou a atenção é a expansão que vem ocorrendo nas redes federais de educação profissional e tecnológica e de educação superior, embasada na justificativa de que as mesmas deverão promover o desenvolvimento das regiões onde estão inseridas.

Tal expansão vem denotando a ênfase dada à ciência e à tecnologia nesse momento de profunda reestruturação do sistema capitalista, que vem impondo mudanças na relação educação e trabalho, a necessidade de um novo padrão de produção e consumo, de uma nova matriz energética, como também de um novo padrão de desenvolvimento. Diante desse contexto colocou-se o seguinte problema: qual a concepção de desenvolvimento da UTFPR Câmpus Pato Branco? Será que ela tem clareza sobre sua concepção de desenvolvimento?

A partir dessas considerações essa pesquisa buscou identificar a concepção de desenvolvimento da UTFPR Câmpus Pato Branco.

Em uma perspectiva de totalidade é preciso considerar que a educação, seja ela em que nível for não está separada da realidade maior que a abriga e que o modo de produção da existência humana, dos bens materiais, embasa as ideias que se tem sobre essa realidade.

Assim, a perspectiva teórica que embasou a pesquisa é a que considera o desenvolvimento, dentro do modo de produção capitalista, enquanto uma ideologia. Quando na verdade o desenvolvimento deve ser considerado desenvolvimento das forças produtivas e das capacidades humanas, em uma perspectiva de igualdade, autonomia e respeito. Respeito em relação a si mesmo, ao outro e ao meio ambiente.

Dessa forma, para alcançar o objetivo proposto buscou-se identificar a concepção da instituição a partir de três fontes: a) seus documentos norteadores; b) a fala de seus dirigentes; c) a participação do Câmpus em uma instância de desenvolvimento presente no sudoeste, o GGETESPA, a partir da fala da Coordenação deste Grupo e dos representantes do Câmpus no Grupo.

Inicialmente buscou-se construir o cenário da pesquisa, resgatando a trajetória da região sudoeste, da UTFPR Câmpus Pato Branco e da instância de desenvolvimento

escolhida, o GGETESPA. Esse resgate permitiu verificar que o sudoeste paranaense apresenta uma identidade regional e histórica, é considerada uma região politizada, pelo seu passado de lutas em torno da terra e pela presença de vários movimentos associativistas e sindicalistas. Além disso, outra característica dessa região é a forte presença da agricultura familiar.

No que se refere às suas relações com o desenvolvimento, observou-se na história dessa região a forte presença do Estado em seus momentos de mudanças mais significativas, como a partir da década de 1940, com a política estatal denominada Marcha para o Oeste, que foi quando a região sudoeste entrou no circuito de desenvolvimento do país, pois até então ela era invisível aos olhos do Estado. Outro momento de mudanças foi nas décadas de 1960/70, quando novamente o Estado insere o país no processo de modernização, provocando transformações econômicas, sociais e culturais na região.

A partir da década de 1990, observa-se novamente a interferência do Estado, a partir de políticas voltadas ao desenvolvimento das regiões, que coincidem com a expansão do ensino superior no sudoeste, a instalação do Câmpus Pato Branco e a inserção do sudoeste na Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul. A partir de 2003 a região se integra às políticas territoriais, com a criação do Território Sudoeste do Paraná. E mais recentemente, observa-se a expansão de instituições federais de educação tecnológica e do número de vagas nas universidades federais.

Percebe-se, assim, que a região sudoeste do Paraná está inserida no movimento do capital e acompanha sua dinâmica, porém, essa inserção não tem se dado de forma homogênea nem consensual, alternando movimentos de inserção e adesão com outros de buscas de alternativas, resistência e luta.

Sendo herdeiro de uma instituição centenária, o Câmpus Pato Branco segue os princípios que regem a UTFPR, mas com algumas especificidades próprias. Um aspecto observado no Câmpus é a qualificação de seu corpo docente, o que possibilitou o crescimento dos programas de pós-graduação e da pesquisa. Além disso, percebe-se um forte engajamento de seus docentes em ações voltadas ao desenvolvimento da região sudoeste. Aliás, a instalação dessa instituição na região veio acompanhada da expectativa em torno do desenvolvimento. Assim, é fato que a presença do Câmpus no sudoeste não passou despercebida no âmbito regional, diante das possibilidades que essa instituição representa para o desenvolvimento desse contexto, porém, ainda não se tem muito claro a qual desenvolvimento esta universidade corresponde.

É possível perceber que a UTFPR Câmpus Pato Branco também está inserida no movimento do capital, uma vez que as políticas educacionais e de desenvolvimento do país

tem provocado mudanças na instituição. Ao longo da trajetória da UTFPR, explicitada no capítulo 2, demonstrou-se o quanto os interesses do capital interferiram no perfil de seus egressos, na estrutura da instituição, em seus cursos, dentre outros aspectos, e como a instituição vem aderindo às políticas governamentais e estreitando seus laços com o setor empresarial.

Por seu turno, o Grupo Gestor do Sudoeste do Paraná é fruto de uma política de desenvolvimento do governo federal (Ministério do Desenvolvimento Agrário), mas ao mesmo tempo é resultado de uma história de organização em torno do desenvolvimento presente na região. Dessa forma, esse espaço pode representar tanto um espaço de resistência, em prol de um desenvolvimento sustentável, como pode converter-se em um espaço de disputas em torno de recursos e de competição entre territórios.

Diante deste cenário e na busca de identificar a concepção de desenvolvimento do Câmpus Pato Branco, recorreu-se a autores que discutem amplamente o desenvolvimento, pois o mesmo, além de polissêmico é carregado de contradições e ideologias. É polissêmico por vir sempre acompanhado de diversos adjetivos, que embora sejam muitos, não ajudam no entendimento de seu sentido. É contraditório porque dentro do modo de produção capitalista, ao mesmo tempo em que ele representa possibilidades, traz consigo limites. Pois o capitalismo funda-se na desigualdade, na produção de um lado e no desperdício de outro, na acumulação e na miséria. Dessa forma, desenvolvimento dentro do capitalismo é sempre desenvolvimento de poucos, de alguns privilegiados, uma vez que está excluída a possibilidade de igualdade para todos.

Negar o desenvolvimento e passar a vê-lo como um mito maligno também não resolve o problema, uma vez que o desenvolvimento é também o desenvolvimento das forças produtivas, o que possibilita o desenvolvimento das capacidades humanas, já que a condição primeira da existência humana é manter-se vivo, ou seja, produzir a própria existência. Assim, desenvolvimento é possibilidade, mas no modo de produção capitalista essa possibilidade converte-se em entrave para a maioria, uma vez que poucos são os beneficiados.

Para que seja possível a preservação dessa situação desigual é que o termo tem sido apropriado de forma ideológica, produzindo o consenso necessário à manutenção das estruturas de poder.

Nesse sentido, buscou-se a origem da ideia de desenvolvimento, como ela foi e continua sendo disseminada de forma ideológica no Brasil e no mundo, os contornos que o desenvolvimento assumiu na trajetória histórica do país, sempre vinculado ao

desenvolvimento no cenário mundial e como o Estado tem exercido um papel fundamental no processo de desenvolvimento do capitalismo.

Observou-se que a ideia do desenvolvimento é uma construção da sociedade ocidental, capitalista, que considera desenvolvido o que seja moderno, industrializado, urbanizado, o que esteja associado à progresso. A partir dessa ideia surgem classificações entre o que é desenvolvido, ou seja, o que se encaixa no modelo proposto e o que não é desenvolvido, que passa a ser considerado patológico. A partir dessa visão os ‘desenvolvidos’ propõem receitas para que os ‘não desenvolvidos’ alcancem o modelo de desenvolvimento dos primeiros, a partir de um caminho linear, com etapas bem definidas. Essa crença tem levado muitos países a aderirem plenamente às recomendações propostas pelos ‘desenvolvidos’ em troca de ajuda financeira. Porém, essa é uma promessa ilusória, pois os beneficiados realmente acabam sendo os ‘desenvolvidos’, que tem atendidas suas condições para a ajuda.

Pôde-se observar na trajetória do desenvolvimento brasileiro, explicitada no capítulo 3, o quanto os interesses de grupos minoritários deram o rumo ao desenvolvimento do país, mantendo-o numa situação de dependência externa, de vinculação ao capital estrangeiro e de desigualdade. Em toda essa trajetória o Estado manteve uma postura autoritária, principalmente nos longos períodos de ditadura militar. Mesmo durante a prevalência de um Estado mínimo, observou-se que ele era mínimo no que dizia respeito à manutenção da coisa pública, privatizando os espaços públicos, mas mantendo a mão firme no controle da economia.

De acordo com Pochmann (2010), vive-se hoje um momento de transição, em que o capitalismo encontra-se em uma de suas maiores crises, porque a dimensão que ela atinge agora é global. Diante da crise abrem-se oportunidades históricas para que um desenvolvimento novo, construído em novas bases possa surgir. Porém, a mudança talvez não seja suficiente, é preciso transformação e esse é o grande desafio.

Para identificar a concepção de desenvolvimento da UTFPR Câmpus Pato Branco partiu-se de seus documentos norteadores: a Lei n. 11.184/2005; o Estatuto da Universidade Tecnológica Federal do Paraná; o Projeto Político-Pedagógico Institucional (PPI) e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2009-2013). A leitura desses documentos evidenciou a presença de muitas vozes, dissonantes e contraditórias, a mescla de uma linguagem pedagógica e empresarial. O desenvolvimento que predominou nos documentos foi desenvolvimento social, econômico, tecnológico e regional.

Além dos documentos buscou-se identificar a concepção de desenvolvimento do Câmpus a partir das falas dos seus dirigentes. As entrevistas evidenciaram que a concepção que predomina é a do desenvolvimento econômico, embora outras dimensões tenham sido consideradas. Percebeu-se com isso o quanto é forte a ideia de desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico.

Outra forma de buscar a concepção do Câmpus foi verificar sua participação em uma instância de desenvolvimento, o GGETESPA. Para isso, entrevistou-se a Coordenação do grupo e os representantes do Câmpus Pato Branco no grupo.

As entrevistas realizadas com os Coordenadores do GGETESPA evidenciaram uma visão ampliada de desenvolvimento, considerando-o além do aspecto econômico, a partir da multidimensionalidade que envolve os sujeitos. Os relatos das atividades desse grupo bem como as ações prioritárias que constam do seu PTDRS indicam a busca por um desenvolvimento que considere as pessoas e o meio ambiente. Isso tem a ver com a origem do grupo - pela organização e lutas históricas de resistência das entidades que o compõem, bem como pela política pública de desenvolvimento na última década. Os próprios coordenadores tem consciência dos limites do grupo, principalmente em função de algumas entidades que o vêem como espaço para buscar recursos somente. Observou-se que a UTFPR Câmpus Pato Branco tem tido uma participação significativa neste grupo, embora muito pautada em iniciativas pessoais.

As entrevistas com os representantes do Câmpus no grupo evidenciaram uma concepção de desenvolvimento pautada em desenvolvimento enquanto melhoria, autonomia e igualdade entre as pessoas.

A partir da verificação da atuação do Câmpus Pato Branco no GGETESPA, evidenciou-se a falta de clareza por parte dos dirigentes do Câmpus em relação ao desenvolvimento. Tal evidência, contudo não pode assumir uma dimensão generalista, uma vez que o Câmpus participa de outras instâncias que, por uma questão de limites dessa pesquisa, não puderam ser estudadas.

Assim, embora tenha predominado uma visão economicista de desenvolvimento e a ausência de uma política institucional consistente, o Câmpus apresentou iniciativas, que embora pessoais, vem contribuindo com as discussões em torno do desenvolvimento no GGETESPA, bem como na região sudoeste.

Como expresso nas entrevistas, a UTFPR está em construção, sua identidade está sendo definida e suas escolhas nesse momento histórico vão direcionar seu rumo daqui para frente. Por isso, as reflexões acerca do desenvolvimento não se esgotam neste estudo, e ao que

tudo indica, continuarão muito mais fortalecidas daqui para frente, uma vez que o Câmpus Pato Branco se colocou o desafio de discutir o desenvolvimento, seja através de grupos de pesquisa, seja através de um Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional.

Dessa forma, dentro das contradições da sociedade capitalista, a educação pode até ser reprodução dos interesses do capital, mas pode inclusive ser instrumento de transformação. Por isso, falar em desenvolvimento dentro de uma universidade é considerar o quanto esta vem sendo influenciada, cobrada, pelas novas necessidades do capital e o quanto ela pode contribuir para o enfrentamento dessa realidade, pois de acordo com Severino (2006, p. 310),

A análise crítica da experiência histórica da educação brasileira mostra que ela desempenhou, em cada um dos seus cenários temporais, a função de reprodução da ideologia, mediante o que contribuiu para a reprodução das relações sociais vigentes a cada momento. Mas isso não compromete seu outro papel fundamental, que é aquele de transformar essas relações sociais, contribuindo para a elaboração de uma contraideologia que possa identificar-se com os interesses e objetivos da maioria da população, fazendo com que os benefícios do conhecimento possam atingir o universo da comunidade humana a que se destina (SEVERINO, 2006, p. 310).

À guisa de conclusão pode-se inferir que a concepção do Câmpus Pato Branco em relação ao desenvolvimento revela um olhar pautado no econômico, dentro da lógica do capital, mas ao mesmo tempo, permeado por movimentos que buscam alternativas ao que está posto, a partir de iniciativas pessoais e de grupos que discutem e problematizam o desenvolvimento.

Por fim, considera-se que é ilusório falar em desenvolvimento de todos dentro do capitalismo. Um novo desenvolvimento requer uma nova sociedade pautada em outra lógica, que não a capitalista, onde predomine outra racionalidade, que não a instrumental. No entanto, dentro do capitalismo também existem possibilidades de transformação, pela natureza contraditória que o mesmo possui.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOWAY, Ricardo. **Transformações na vida camponesa: o sudoeste paranaense**. 1981. 274 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo-SP, 1981.
- AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO SUDOESTE DO PARANÁ – AGÊNCIA. Disponível em: http://www.agenciasudoeste.org.br/qs_historico.php. Acesso em: out. 2011.
- AMORIM, Mário Lopes. A Origem da Reforma do Ensino Técnico no Brasil. **Revista Tecnologia & Humanismo**, Curitiba, n. 22 e 23, p. 89-98, 1º e 2º semestre 2002.
- ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. **Catálogo Seletivo de documentos referentes aos indígenas no Paraná provincial: 1853-1870**. Curitiba: Imprensa Oficial, 2007. Disponível em: http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/catalogo_indigena_L.pdf. Acesso em: 12 out. 2011.
- ASSOCIAÇÃO PARA PROMOÇÃO DA EXCELÊNCIA DO SOFTWARE BRASILEIRO - SOFTEX. Disponível em: <http://www.softex.br/asoftex/historico.asp>. Acesso em: 19 out. 2011.
- BERNARTT, Maria de Lourdes. **Educação e trabalho na história do ensino técnico brasileiro: contribuições do CEFET-PR**. 1999. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação. Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 1999.
- BERNARTT, Maria de Lourdes. **Desenvolvimento e Ensino Superior: um estudo do sudoeste do Paraná nos últimos cinquenta anos**. 2006. 272 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação. Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 2006.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. 4. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- BOISIER, Sergio. Desarrollo (local): ¿de qué estamos hablando? *In*: BECKER, D.; BANDEIRA, P. S. (orgs.). **Desenvolvimento local – regional: determinantes e desafios contemporâneos**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.
- BOSI, Alfredo. **Ideologia e contraideologia: temas e variações**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- BRASIL. **Carta Régia, de 1º de abril de 1809**. Disponível em: http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/Colecoes/Legislacao/Legimp-A3_11.pdf#page=4. Acesso em: 12 out. 2011.
- BRASIL. **Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909**. Cria nas capitais dos estados da República Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário gratuito. Rio de Janeiro, RJ, 1909. Disponível em: <http://www.utfpr.edu.br/a-instituicao/documentos-institucionais/decreto-de-criacao-da-escola-de-aprendizes-artifices/decreto1909.pdf/view>. Acesso em: 02 jul. 2011.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942.** Lei Orgânica do Ensino Industrial. Rio de Janeiro, RJ, 1942. Disponível em: <http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/24/1942/4073.htm>. Acesso em: 02 jul. 2011.

BRASIL. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961.** Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1961. Disponível em: <http://www.fc.unesp.br/~lizanata/LDB%204024-61.pdf>. Acesso em: 02 out. 2011.

BRASIL. **Lei n. 9.394,** de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 03 jun. 2010.

BRASIL. **Lei n. 11.184,** de 07 de outubro de 2005. Dispõe sobre a Transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná em Universidade Tecnológica Federal do Paraná e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/Lei/L11184.htm. Acesso em: 11 jun. 2010.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Programas e ações. Programa de Sustentabilidade de Espaços Sub-regionais – PROMESO. **Mesorregião da Grande Fronteira do Mercosul.** Disponível em: <http://www.integracao.gov.br/programas/programasregionais/fronteira/abrangencia.asp>. Acesso em: dez. 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. **Sinopse das ações do Ministério da Educação edição 2/2011.** 2011a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pde/educsup.html>. Acesso em: 12 out. 2011.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Programas e ações. Programa de Sustentabilidade de Espaços Sub-regionais – PROMESO. 2011b. Disponível em: http://www.mi.gov.br/programas/programasregionais/index.asp?area=spr_promeso. Acesso em: 25 out. 2011.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Programas Regionais. **Faixa de Fronteira: Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira.** 2011c. Disponível em: http://www.mi.gov.br/programas/programasregionais/faixa/objetivos.asp?area=spr_frenteira. Acesso em: out. 2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. **Institucional.** 2011d. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/portal/sdt/institucional/institucional> Acesso em: 26 out. 2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. Sistema de Informações Territoriais. **Caderno Estadual.** 2011e. Disponível em: http://sit.mda.gov.br/caderno_estadual.php?ac=buscar&territorio=®iao=&uf=PR. Acesso em: 21 nov. 2011.

CARDOSO, Miriam L. **Ideologia do Desenvolvimento – Brasil: JK JQ.** 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

CARDOSO, Miriam L. Sobre as Relações Sociais Capitalistas. *In*: LIMA, Júlio C. F. (org.). **Fundamentos da Educação Escolar do Brasil Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ/EPSJV, 2006. p. 25-66.

CARVALHO, Marília G. Tecnologia e Sociedade. *In*: BASTOS, J. A. (Org.). **Tecnologia & Interação**. Curitiba: CEFET-PR, 1998.

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DO PARANÁ – CEFET/PR. Unidade de Ensino Descentralizada de Pato Branco. **10 anos/1993-2003**. Pato Branco, 2003.

CHAUÍ, Marilena de Sousa. **O que é ideologia**. São Paulo: Abril Cultural/Brasiliense, 1984.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

CORONA, Hieda Maria Pagliosa. **As Estratégias dos Agricultores Familiares do Sudoeste do Paraná frente à Modernização no Campo**. *In*: XI Congresso Brasileiro de Sociologia, 2003, Campinas, SP. Sociologia e conhecimento: além das fronteiras, 2003.

COUTINHO, Carlos N. O Estado Brasileiro: gênese, crise, alternativas. *In*: LIMA, Júlio C. F. (org.). **Fundamentos da Educação Escolar do Brasil Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ/EPSJV, 2006. p. 173-200.

CUNHA, Luis Antônio. **Educação e desenvolvimento social no Brasil**. 3 ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.

CUNHA, Luiz Antônio. O ensino industrial-manufatureiro no Brasil. **Rev. Bras. Educ.** [online]. 2000, n. 14, p. 89-107. ISSN 1413-2478. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782000000100006>.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. 5 ed. São Paulo: Globo, 2006.

FERRAZ, José Maria Gusman. **A insustentabilidade da Revolução Verde**. Disponível em: <http://redeagroecologia.cnptia.embrapa.br/biblioteca/impactos-da-agricultura-convencional/insustentabilidade%20da%20agricultura.pdf>. Acesso em: 23 out. 2011.

FREITAG, Bárbara. Quadro Teórico. *In*: **Escola, estado e sociedade**. 7. ed. rev. São Paulo: Centauro, 2005.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Fundamentos Científicos e Técnicos da Relação Trabalho e Educação no Brasil de Hoje. *In*: LIMA, Júlio C. F. (org.). **Fundamentos da Educação Escolar do Brasil Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ/EPSJV, 2006. p. 241-288.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A Universidade Tecnológica face ao projeto de nação e educação. *In*: FAGUNDES, Edson D.; LUZ, Nanci S. da (orgs.). **Universidade Tecnológica, política educacional e organização dos trabalhadores**. Curitiba: SINTUF-PR, 2009. p. 12-26.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M.N. **Educação Profissional e Desenvolvimento**. Disponível em: www.forum.feuc.br/.../Unesco%20final%202004.%20F.C.M. Acesso em: 02 mar. 2012.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 14 ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1976.

FURTADO, Celso. **Introdução ao Desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. 126 p.

FURTADO, Celso. Os desafios da nova geração. **Revista de Economia Política**, vol. 24, n. 4 (96), p. 483-486, out./dez. 2004.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. Caderno 12.

GRUPO GESTOR DO TERRITÓRIO SUDOESTE DO PARANÁ. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável**. Sudoeste do Paraná: GGETESPA, 2006.

GRUPO GESTOR DO TERRITÓRIO SUDOESTE DO PARANÁ. **Justificativa da ampliação (consolidação) territorial do Sudoeste do Paraná**. Sudoeste do Paraná: GGETESPA, 2007.

GRUPO GESTOR DO TERRITÓRIO SUDOESTE DO PARANÁ. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável**. Sudoeste do Paraná: GGETESPA, 2011. 154 p. Disponível em: http://assesoar.org.br/wp-content/uploads/2011/10/PTDRS_2011.pdf. Acesso em: 21 nov. 2011.

HESPANHOL, Rosangela A. de M. A adoção da perspectiva territorial nas políticas de desenvolvimento rural no Brasil. **Campo-Território: revista de geografia agrária**, Uberlândia, v. 5, n. 10, p. 123-147, ago. 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Agropecuário 2006**. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Agropecuario_2006/agri_familiar_2006/. Acesso em: 21 nov. 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Sinopse do Censo Demográfico 2010**. 2011. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/sinopse.pdf>. Acesso em: 12 out. 2011.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – IPARDES. **Base de Dados do Estado**. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/imp/index.php>. Acesso em 21 nov. 2011.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – IPARDES. Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral. **Arranjo produtivo local de software de Pato Branco, Dois Vizinhos e Região Sudoeste: estudo de caso**. Curitiba, 2006. Disponível em: http://www.ipardes.gov.br/webasis.docs/apl_software_pato_branco.pdf. Acesso em: 17 out. 2011.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – IPARDES. **Base Física e Política**. 2010. Disponível em: http://www.ipardes.gov.br/pdf/mapas/base_fisica/regioes_geograficas_base_2010.pdf. Acesso em: 10 out. 2011.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

KUENZER, Acacia Z. **Exclusão includente e inclusão excludente**: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho. Disponível em: http://www.pedagogia.seed.pr.gov.br/arquivos/File/semanas_pedagogicas/2009/exclusao_includente_kenzer.pdf. Acesso em: 10 fev. 2012.

LAZIER, Hermógenes. **Estrutura agrária no sudoeste do Paraná**. 1983. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba-PR, 1983.

LIMA FILHO, Domingos L. **A reforma da educação profissional no Brasil nos anos noventa**. 2002. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis-SC, 2002.

LIMA FILHO, Domingos L. A universidade tecnológica e sua relação com o ensino médio e a educação superior: discutindo a identidade e o futuro dos CEFETs. In: FILHO, Domingos L. L.; TAVARES, Adilson G. (orgs.). **Universidade Tecnológica: concepções, limites e possibilidades**. Curitiba: SINDOCEFET-PR, 2006. p. 17-59.

LIONÇO, Vânia. **A Abordagem Territorial no Desenvolvimento Rural Sustentável do Sudoeste do Paraná**. 2007. 250 f. Tese (Doutorado em Produção Vegetal) – Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas-RS, 2007.

LUKÁCS, Georg. L'estranniaziazione, Capítulo IV do volume II de **Per l'ontologia dell'essere sociale**, versão italiana de Alberto Scarponi, Roma: Editori Riuniti, 1981. Tradução de Maria Norma A. B. de Holanda (mimeo).

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. 4. ed. Lisboa: Editorial Presença, s/d, p. 55.

MARX, Karl. Prefácio da “Contribuição à crítica da economia política”. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**: e outros escritos. Rio de Janeiro: Zahar, 1965. p.101-106.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã: [I – Feuerbach]**. Trad. de José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Grijalbo, 1977. 138 p.

MÉSZÁROS, István. **O desafio do desenvolvimento sustentável e a cultura da igualdade substantiva**. Cúpula dos Parlamentos Latino-americanos, Caracas, 2001. Disponível em: <http://www.meszaros.comoj.com/?q=node/15>. Acesso em 18 de jan. 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: Minayo, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. 17ª ed., 2000.

MUSEU PARANAENSE. **Povos indígenas no Paraná.** Disponível em: <http://www.museuparanaense.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=68>. Acesso em: 12 out. 2011.

OLIVEIRA, Marlize Rubin; PEZARICO, Giovana. **Ensino superior:** uma análise da expansão no Sudoeste do Paraná. In: 26.^a Reunião Anual da ANPEd, Poços de Caldas-MG.2003. www.anped.org.br.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista o ornitorrinco.** São Paulo: Boitempo, 2003.

PARANÁ. Lei nº 15.825, de 28 de abril de 2008. Inclui os municípios de Palmas, Clevelândia, Honório Serpa, Coronel Domingos Soares e Mangueirinha na Região Sudoeste do Paraná, para todos os efeitos estatísticos de órgãos públicos do Estado do Paraná. **Diário Oficial Executivo**, Curitiba, PR, 19 mai. 2008. Disponível em: <https://www.documentos.dioe.pr.gov.br/dioe/consultaPublicaPDF.do?action=pgLocalizar&enviado=true&dataInicialEntrada=19/05/2008&dataFinalEntrada=19/05/2008&numero=7723&search=15.825&diarioCodigo=3&submit=Localizar>. Acesso em: 15 out. 2011.

PERONDI, Miguel Angelo. **Diversificação dos meios de vida e mercantilização da agricultura familiar.** 2007. 239 f. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS, 2007.

PERONDI, Miguel Angelo et al. **Descobrir as diretrizes de desenvolvimento sustentável de uma região:** análise de uma experiência de planejamento participativo nos municípios da fronteira do Sudoeste do Paraná. In: VI Congresso da Associação Latino-Americana de Sociologia Rural, 2002, Porto Alegre: Anais do VI Congresso da ALASRU (Sustentabilidade e Democratização das Sociedades Rurais da América Latina). Porto Alegre-RS: UFRGS, 2002.

POCHMANN, Márcio. Economia Brasileira Hoje: seus principais problemas. In: LIMA, Júlio C. F. (org.). **Fundamentos da Educação Escolar do Brasil Contemporâneo.** Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ/EPSJV, 2006. p. 109-132.

POCHMANN, Marcio. **Desenvolvimento e perspectivas novas para o Brasil.** São Paulo: Cortez, 2010. 191 p.

RUA, João et al. Geografia e Desenvolvimento Territorial. **GEOPUC [Online].** Rio de Janeiro, n. 4, Ano 2, 2009.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções sobre território.** São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SCHUMPETER, Joseph A. **Teoria do Desenvolvimento Econômico.** Rio de Janeiro: Ed. Fundo de Cultura, 1961.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Fundamentos Éticos Políticos da Educação no Brasil de Hoje. In: LIMA, Júlio C. F. (org.). **Fundamentos da Educação Escolar do Brasil Contemporâneo.** Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ/EPSJV, 2006. p. 289-320.

SHIROMA, E. O.; CAMPOS, R. F.; GARCIA, R. M. C. Decifrar textos para compreender a política: subsídios teórico-metodológicos para análise de documentos. **Perspectiva**, Florianópolis, SC, v. 23, n. 2, p. 427-446, jul./dez. 2005.

SILVA, Nanci S. Universidade Tecnológica: uma alternativa? In: FILHO, Domingos L. L.; TAVARES, Adilson G. (orgs.). **Universidade Tecnológica: concepções, limites e possibilidades**. Curitiba: SINDOCEFET-PR, 2006. p. 61-80.

SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR – ANDES-SN. **PDE – O Plano de desestruturação da educação superior**. Brasília: ANDES-SN, 2007. Disponível em: <http://www.adufjrj.org.br/observatorio/wp-content/uploads/2009/08/cartilhaPDE.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2011.

TORRENS, João Carlos Sampaio. **Território e Desenvolvimento: a Experiência de Articulação Territorial do Sudoeste do Paraná**. 2007. Disponível em: http://www.deser.org.br/publicacoes/estudosTerritoriais_2.pdf. Acesso em: 12 out. 2011.

TRIVINOS. Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa qualitativa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

TURMENA, Leandro. **O público, o privado e o Estado sob a lógica do Capital: a expansão do Ensino Superior no Sudoeste do Paraná**. 2009. 149 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa-PR, 2009.

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ – UTFPR. **Projeto Político-Pedagógico Institucional**. Curitiba, 2007. Disponível em <http://www.utfpr.edu.br/a-instituicao/documentos-institucionais/projeto-politico-pedagogico-institucional-1>. Acesso em: 04 jun. 2010.

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ – UTFPR. **UTFPR 100 anos: Edição comemorativa ao I Centenário da Universidade Tecnológica Federal do Paraná**. Curitiba, 2009a.

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ - UTFPR. **Estatuto da Universidade Tecnológica Federal do Paraná**. Curitiba, 2009b. Disponível em <http://www.utfpr.edu.br/a-instituicao/documentos-institucionais/estatuto-1>. Acesso em: 02 jul. 2010.

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ - UTFPR. **Proposta do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional**. Pato Branco: UTFPR câmpus Pato Branco, 2009c.

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ – UTFPR. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2009-2013**. 2009d. Disponível em: <http://www.utfpr.edu.br/a-instituicao/documentos-institucionais/plano-de-desenvolvimento-institucional-pdi-2009-2013>. Acesso em: 02 jun. 2011.

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ – UTFPR. **UTFPR: uma história de 100 anos**. José Carlos Corrêa Leite (org.). 2. ed. Curitiba: Ed. UTFPR, 2010a. 169 p.

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ – UTFPR. **Catálogo de Cursos 2010b**. Disponível em: <http://www.utfpr.edu.br/a-instituicao/informacoes-e-indicadores-universitarios/catalogo-de-cursos-2010/view> Acesso em: 15 out. 2011.

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ – UTFPR. **Jornal da Universidade Tecnológica Federal do Paraná**, Curitiba, 08 ago. 2011a. Editorial, p. 2.

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ – UTFPR. **Histórico do Câmpus Pato Branco**. Disponível em: <http://www.utfpr.edu.br/patobranco/o-campus/historico>. Acesso em: 16 out. 2011b.

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ – UTFPR. **Relatório de Gestão do Exercício de 2010**. Curitiba, 2011c. Disponível em: http://www.utfpr.edu.br/estrutura-universitaria/diretorias-de-gestao/diretoria-de-gestao-da-avaliacao-institucional/relatorios-de-gestao/RG_2010.pdf. Acesso em: 16 out. 2011.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **Paraná, Sudoeste: ocupação e colonização**. 2 ed. Curitiba: Ed. Vicentina, 1987.

APÊNDICE A – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS COM OS DIRIGENTES DO CÂMPUS PATO BRANCO

- 1) Qual o papel das universidades para o desenvolvimento das regiões onde estão inseridas?
- 2) A UTFPR Câmpus Pato Branco tem participado do desenvolvimento na região sudoeste do Paraná? Em quais ações e/ou atividades?
- 3) Tendo em vista a Diretoria que o(a) senhor(a) representa, qual o papel dela na promoção do desenvolvimento?
- 4) Como ocorreu a participação da UTFPR no Grupo Gestor do Território Sudoeste do Paraná?
- 5) Por que a opção em participar no Grupo Gestor?
- 6) Qual a importância dessa participação?
- 7) Como se deu a escolha do representante da instituição nas atividades deste grupo?
- 8) E como ocorria/ocorre a dinâmica de retorno dessa participação para a UTFPR?
- 9) Qual a sua concepção de desenvolvimento?

APÊNDICE B – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS COM OS COORDENADORES DO GGETESPA

- 1) Como se constituiu o Grupo Gestor do Território Sudoeste do Paraná?
- 2) Qual a importância do Grupo Gestor para o desenvolvimento da região sudoeste do Paraná?
- 3) Quais ações o Grupo Gestor tem desencadeado e/ou participado em relação ao desenvolvimento?
- 4) Quais os impactos/resultados dessas ações para o Território Sudoeste do Paraná?
- 5) Como está a dinâmica do Grupo? Seus objetivos estão sendo atingidos?
- 6) Quais as perspectivas, limites e desafios encontrados?
- 7) Qual a posição dele em relação à outras agências de desenvolvimento?
- 8) Qual o papel das universidades no desenvolvimento das regiões?
- 9) As universidades têm participado no Grupo Gestor do Território Sudoeste do Paraná? Quais? Como tem se dado a participação delas?
- 10) Como tem sido a participação da UTFPR no Grupo Gestor e no desenvolvimento do Território Sudoeste do Paraná?
- 11) Como tem sido a escolha do representante da UTFPR no Grupo, uma vez que o sudoeste engloba três Câmpus dessa universidade?
- 12) Qual a concepção de desenvolvimento do Grupo Gestor?

**APÊNDICE C – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS COM OS SERVIDORES DO
CÂMPUS PATO BRANCO QUE REPRESENTARAM A UTFPR NO COLEGIADO
DO GGETESPA**

1. Como foi o surgimento do Grupo Gestor do Território Sudoeste do Paraná e como ocorreu a participação da UTFPR nesse Grupo?
2. Como foi o processo de escolha dos representantes da UTFPR no Grupo Gestor?
3. Como tem se dado a sua participação como representante da UTFPR no Grupo Gestor?
4. Como ocorria/ocorre a dinâmica de retorno dessa participação para a UTFPR?
5. Qual a relevância do grupo gestor para o desenvolvimento do sudoeste?
6. A UTFPR campus Pato Branco tem participado do desenvolvimento na Região Sudoeste do Paraná?
7. Qual a sua concepção de desenvolvimento?